

**Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de
Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de
Negócios, SA.**

23.^a Reunião
(13 de julho de 2012)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Vitalino Canas) declarou aberta a reunião às 14 horas e 13 minutos.

Foi ouvido, em audição, o Sr. Eng.º Mira Amaral, Presidente da Comissão Executiva do Banco BIC Portugal, tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Hugo Velosa (PSD), Honório Novo (PCP), Basílio Horta (PS), João Semedo (BE), Carlos Abreu Amorim e Afonso Oliveira (PSD), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Pedro Delgado Alves e Ana Catarina Mendonça (PS).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 19 horas e 18 minutos.

O Sr. **Presidente** (Vitalino Canas): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 14 horas e 13 minutos.

A nossa reunião de hoje é preenchida com a audição do Eng.º Mira Amaral, a quem cumprimento e agradeço a presença.

Antes ainda de iniciar a audição, queria apenas referir dois aspetos.

Em primeiro lugar, a circunstância que verificaram hoje: foi votada a deliberação, em Plenário, que prorroga o prazo de funcionamento desta Comissão, conforme tínhamos aqui deliberado, por 60 dias, com interrupção durante o período de não funcionamento das comissões. Portanto, isso foi concretizado de acordo com o que tínhamos deliberado.

Em segundo lugar, queria dar conhecimento aos Srs. Deputados que entendi tomar uma iniciativa perante algumas notícias e perante algumas imagens televisivas que davam conta de uma queixa que o Dr. Fernando Teles exprimiu aqui, nesta Comissão, em relação ao atraso com que iniciou a sua audição. Atendendo a que a resposta que imediatamente tinha sido dada não foi transmitida pelos mesmos meios de comunicação social, entendi fazer uma nota à comunicação social, chamando a atenção para que esse foi um dia em que esta Comissão funcionou quase ininterruptamente cerca de 12 horas, com um breve espaço para almoço de 30 minutos — um funcionamento de mais de 11 horas da parte da Comissão com a presença dos Srs. Deputados, com o empenho dos funcionários e dos próprios Srs. Jornalistas que aqui militantemente também estiveram —, e que, portanto, essa crítica do Dr. Fernando Teles era manifestamente injusta, tendo em conta que tínhamos tido uma primeira audição que se tinha prolongado por muito tempo, simplesmente porque os Deputados e aquele que estava a ser

ouvido fizeram o seu trabalho, que foi prestar esclarecimentos no âmbito da Comissão de Inquérito.

Portanto, não houve um problema sequer de funcionamento; houve apenas a prestação de trabalho, como deve ser feita, por esta Comissão em nome dos contribuintes, procurando apurar a verdade. E, assim, entendi fazer uma nota à comunicação social, uma vez que a queixa do Dr. Fernando Teles tinha passado, mas não tinha passado, depois, a resposta que imediatamente tínhamos dado, esclarecendo esse aspeto.

Vejo que alguns dos Srs. Deputados pretendem usar da palavra sobre este tema.

Tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedindo desculpa ao nosso convidado, Eng.º Mira Amaral, por tratar deste assunto neste momento, quero, em 30 segundos, dizer o seguinte: não vou pronunciar-me sobre a bondade ou não bondade do que o Sr. Presidente fez. Naturalmente, fê-lo com a boa intenção de resolver uma questão que se colocou nessa audição.

No entanto, Sr. Presidente, para que o nosso convidado não esteja a ouvir estas interpelações, eu, como coordenador do Grupo Parlamentar do PSD, gostaria de tratar dessa matéria numa reunião da Mesa e dos coordenadores.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, também com um pedido de desculpa ao Sr. Eng.º Mira Amaral, porque estamos a tratar de intencções antes da sua audição, queria dizer que, da minha parte — não falo em termos coletivos, porque aqui represento-me apenas a mim —,

entendo que a sua iniciativa é perfeitamente adequada, pois, para um espectador desatento destas notícias, a conclusão óbvia é que tinha havido uma manifestação de desagrado por parte do Dr. Fernando Teles, sem que tivesse havido a devida explicação e um adequado enquadramento por parte da Comissão, o que não corresponde à verdade, porque, de imediato, o Sr. Presidente tomou essa iniciativa. Esse facto não foi reproduzido nas notícias, mas, em meu entender, deveria ter sido e ainda bem que o Presidente faz o mesmo entendimento e tomou a iniciativa que tomou.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — Sr. Presidente, também pedindo desculpa ao Sr. Eng.º Mira Amaral e aproveitando para saudar a sua presença nesta sua Casa, quero dizer que, sem embargo de tratarmos desta matéria numa reunião para o efeito, o Partido Socialista e eu próprio nos revemos na nota que publicou. Acho que era necessário fazer um esclarecimento, ele foi feito e mal seria que não tivesse sido feito, pois poderia ser objeto de interpretações erróneas.

Portanto, Sr. Presidente, tem o nosso apoio e a nossa concordância com a iniciativa que tomou.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não vamos, naturalmente, prolongar esta questão. Peço desculpa por ter sido eu a suscitá-la, mas entendi que deveria fazê-lo, uma vez que não tinha sido anteriormente referida.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, já me tinha inscrito anteriormente. Quero também pedir desculpa ao Sr. Eng.º, mas são apenas 30 segundos.

Felicito o Sr. Presidente pela iniciativa que tomou e julgo que, nomeadamente quanto a alguns órgãos de informação, em particular às televisões que reproduziram o protesto do Sr. Dr. Fernando Teles sem reproduzir na altura a sua explicação, isso justificaria até um protesto por parte do Sr. Presidente ou por parte da Comissão, porque acho que a forma como esse episódio foi transmitido ou passou nas televisões não é bom para a Assembleia.

Portanto, mais do que um esclarecimento que vai ficar esquecido, penso que se deveria ter feito também um protesto pela forma como alguns órgãos de comunicação social trataram essa situação. Sr. Presidente, é tudo o que queria dizer, mas revejo-me bastante na sua posição.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, teremos oportunidade de voltar a este tema de uma forma mais profunda em reunião da Mesa e dos coordenadores.

Vou dar, de imediato, a palavra ao Sr. Eng.º Mira Amaral, para fazer a sua intervenção inicial, e depois darei a palavra aos Srs. Deputados pela ordem que está estabelecida, que, recorde, hoje começa com o PSD.

Tem, então, a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral** (Presidente da Comissão Executiva do Banco BIC Portugal): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero começar por agradecer a possibilidade de vir aqui expor a minha participação neste *dossier* BPN.

Começo por dizer-vos que, hoje em dia, sou gestor ao serviço de um grupo privado. Eu estou a defender legítimos interesses dos meus acionistas privados. O Governo, naturalmente, deve defender os interesses públicos.

Portanto, começo por fazer este registo de interesses, dado que, como já tive funções públicas há 20 anos ao serviço do meu País no Governo, há alguns que ainda pretendem fazer confusões sobre essa matéria, o que não aceito. Fiz as minhas funções públicas ao serviço do País, fiz o meu serviço ao País. Hoje sou gestor profissional num grupo privado e, naturalmente, defendi os interesses legítimos, enquadrados na lei, dos meus acionistas. Isto é natural e, portanto, vou esclarecer o que se passou.

Quero começar por chamar-vos a atenção — é a minha opinião pessoal — que não vou discutir aqui a nacionalização do BPN, porque não tenho informação sobre a matéria. Não sei quem é que tem razão, se o meu querido amigo, Dr. Miguel Cadilhe, ou se o então Ministro das Finanças, Professor Teixeira dos Santos, pessoa pela qual, aliás, tenho grande estima e consideração, apesar de ter discordado dele várias vezes e de ser de outro partido, mas é uma pessoa que respeito e pela qual tenho muita consideração.

Agora, para mim, como cidadão interessado, e vendo a matéria, acho que o Governo anterior levou demasiado tempo depois na privatização do BPN. Eu louvo-me num governo trabalhista inglês do Sr. Gordon Brown, que intervencionou vários bancos em Inglaterra e, nos dias seguintes, chamou os bancos privados e perguntou-lhes: «Quem toma conta da ocorrência? Fazem favor, apresentem-nos uma proposta». E foi ao serviço disso, aliás, que o Dr. Horta Osório, nosso conterrâneo ao serviço de um banco inglês, no dia seguinte, teve essa oportunidade para tomar conta de bancos em Inglaterra, aumentando a dimensão do banco que geria. Portanto, louvo-me até num governo trabalhista inglês do Sr. Gordon Brown para dizer que, como cidadão, essa é a minha perspetiva.

Devo dizer-vos que, se isso tivesse acontecido, com toda a franqueza não estaria aqui, nem à frente do BPN. Eu acho que, na altura, quem teria comprado o BPN teria sido o Montepio Geral. É fácil explicar porquê. Não tinha comprado o Finibanco, queria alargar a sua rede, tinha uma marca prestigiada que nós não tínhamos e, portanto, mesmo que nós na altura fôssemos a jogo, naturalmente que, para mim, era pacífico que quem seria o candidato natural para comprar o BPN, na altura, seria o Montepio.

Vamos, então, à primeira privatização que foi feita. O Governo fê-la no contexto clássico: quis privatizar o Grupo BPN como estava, o BPN com as suas participadas e calcularam um preço — 180 milhões de euros. E, nessa privatização, concluiu-se que o concurso ficou deserto, ninguém apareceu.

Portanto, lamento e fico estupefacto quando o anterior Secretário de Estado do Tesouro e Finanças vem aqui dizer, muito surpreendido, que aquilo valia 180 milhões de euros e foi vendido por 40 milhões de euros. Penso que um homem que foi Secretário de Estado do Tesouro e Finanças devia saber o que diz e, neste caso, lamento dizer-vos, acho que o senhor não tem consciência que, quando se calcula o valor de um banco ou de uma empresa e depois se vai vender e o mercado não dá aquele valor, obviamente algo correu mal, porque o mercado é que valida aquilo que o banco vale.

Devo dizer-vos que fiz essas contas e já as transmiti na televisão num dia, várias vezes. Nós, no Banco BIC, fizemos o trabalho de casa, avaliámos, com aquele perímetro de privatização, quanto é que valia o BPN e chegámos à conclusão que precisávamos meter 1000 milhões de euros — repito, 1000 milhões de euros — não para ganhar dinheiro, mas para pôr o Banco a flutuar, a chegar ao chamado *break-even*.

A conclusão é óbvia: o Banco não valia 180 milhões de euros, tinha um valor altamente negativo. Pois, se há uma entidade que vai tentar

comprar, vai ver quanto é que lhe custa lá injetar para recuperar o Banco e chega à conclusão que precisava de lá pôr 1000 milhões de euros, não para ganhar dinheiro, mas para pôr o Banco a flutuar sem prejuízo, no chamado *break-even*, obviamente a conclusão só pode ser uma: o banco tinha valor negativo.

Portanto, lamento, mas os 180 milhões de euros — não sei quem é que calculou —, a meu ver, como gestor e como professor muitas vezes de Finanças Empresariais na universidade, acho que aquelas contas estão mal feitas e, portanto, não valia aquilo, e não percebo como é que um Secretário de Estado, na altura, não percebe isso. Tenho, pois, de concluir que o então Ministro das Finanças estava muito mal acompanhado em termos de ajudantes no Ministério, porque há um Secretário de Estado que diz uma coisa destas.

Lamento profundamente pela consideração que tenho pelo Sr. Ministro das Finanças da altura, Prof. Teixeira dos Santos. Isto é para dizer-vos que esta minha consideração nada tem de partidário, é um juízo objetivo de um gestor profissional que já tem sido várias vezes professor de Finanças Empresariais na universidade. Esta é a primeira questão.

Depois, quero dizer-vos que é evidente que o Governo da altura tirou as conclusões do falhanço, como qualquer governo com bom senso teria tirado, e chegou à conclusão que «com este perímetro de privatização isto é inviável. A gente não consegue vender este produto. Temos de flexibilizar o esquema».

Então, o que é que aconteceu? Talvez não saibam isto, mas digo-vos em primeira mão: eu e o Dr. Fernando Teles fomos ao gabinete do Dr. Francisco Bandeira, na altura Presidente do BPN e Vice-Presidente da Caixa Geral de Depósitos, fomos ao gabinete dele na Caixa Geral de Depósitos e foi ele que nos transmitiu, em nome do Governo da altura, o desejo de lançar um novo processo de privatização, mas em moldes

totalmente diferentes, no sentido de que já não ia haver um figurino rígido de venda do BPN, uma vez que seriam aqueles que estavam interessados em comprar que iam fazer a sua oferta de acordo com as suas conveniências: uma consulta aberta a todo o mundo; quem quisesse aparecia e, ao fazer uma oferta, essa oferta que o Governo seleccionasse é que ia formatar o perímetro da privatização.

Portanto, foi no gabinete do Dr. Francisco Bandeira, no Governo anterior, a mim e ao Dr. Fernando Teles, que o Dr. Francisco Bandeira nos transmitiu este desejo, pedindo que nós, no interesse do Governo, concorrêssemos, não por nós porque, obviamente, qualquer Governo que quer vender um produto terá interesse em que toda a gente apareça a concorrer. E foi neste sentido, aliás, que eu interpretei depois declarações de gestores da Caixa Geral de Depósitos, nomeadamente do seu presidente, no Brasil, a dizer: «Vai haver vários brasileiros interessados, vai haver este, aquele e aqueloutro». E percebi que o concurso era aberto a nível mundial, quem quisesse aparecia.

Devo dizer-vos que o meu estado de espírito como gestor profissional do BIC Português não era de grande entusiasmo para comprar o BPN. Porquê? Porque eu tinha um banco pequeno que passava nos interstícios da crise portuguesa, era mais um banco de empresas do que um banco de retalho. Os resultados comprovam-no: em 2011, tive 5,1 milhões de euros de lucro com uma situação líquida de 33 milhões. Portanto, isto dá um retorno para o acionista de 15%, o que diria que, nos tempos atuais, quase não se usa.

O que significa que a minha estratégia de banca de empresas ligada a Angola era passar nos interstícios da crise portuguesa e, portanto, compreendem que, como gestor profissional, não era entusiasmo meu nem fiz uma única diligência, não mexi uma palha para ir ao BPN. Apenas expliquei aos meus acionistas o seguinte: «Se os meus amigos querem ter

um banco de retalho em Portugal, vai ser muito difícil de raiz eu construir uma rede de retalho, porque já temos muitas redes e isto está saturado, não é como há 25 anos. Portanto, se os meus amigos quiserem um banco de retalho, então, o racional é irem comprar uma rede que esteja à disposição.» E foi nesta lógica que os meus acionistas me instruíram: «Olhe, sim senhor, é boa ideia a gente ir ver o BPN».

Portanto, foi esta a minha sugestão, porque senti que eles gostariam de ter um banco de retalho em Portugal, mas como gestor profissional estava mais cómodo e calmo no BIC pequeno, passando nos interstícios da chuva, do que nesta matéria. E foi assim que nós fizemos a nossa proposta. Como compreendem, repito, a minha proposta defendia os interesses dos meus acionistas, esperando eu que o Governo legítimo do meu País (esse é que tem de os defender) defendesse os interesses públicos.

Concluimos que havia quatro propostas. Há uma que nunca ninguém soube quem era. Curiosamente, os jornalistas telefonavam a perguntar quem era aquela quarta proposta, e ninguém sabia. Nem eu sabia. Vi três propostas em cima da mesa: a nossa, do BIC, a do Montepio e a de um núcleo que se chamava Núcleo Estratégico de Investidores NEI). Como compreendem, eu não conheço as propostas dos outros, e mal seria que eu as conhecesse!

Em tudo o que vou dizer, limito-me a reproduzir palavras da Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, que disse, em público, que o Montepio Geral só pretendia adquirir algumas linhas de negócio, não pretendia adquirir um banco, e eu percebo porquê, porque já tinha comprado o Finibanco. Por isso é que vos disse que, se fosse na fase inicial, o Montepio seria o candidato natural; só que nesta fase, estando ainda no processo de integração do Finibanco, é do mais elementar bom senso, nem é preciso ter grande formação para perceber que seria difícil para o

Montepio (estando a integrar um banco, que era o Finibanco) ir comprar outro banco.

Portanto, o que é que fez o Montepio? E eu faria o mesmo que o Dr. Tomás Pereira, ou seja, faria uma proposta para comprar umas linhas de negócio. Eu, no lugar dele, faria uma proposta, por exemplo, para o *Netpay*, o sistema de terminais — eu teria feito uma proposta desse tipo.

Havia uma outra proposta do NEI, e aqui chamo-vos a atenção para o facto de que eu não sei os valores, foi a Sr.^a Secretária de Estado que disse, não sei se na televisão ou aqui, que quanto a essa proposta, que, aparentemente, era de 120 milhões de euros, eles só pagavam 5 milhões este ano e o resto ao longo dos anos.

Não é preciso saber cálculo atuarial para perceber que 5 milhões pagos agora e o resto ao longo dos anos é menos de 40 milhões pagos imediatamente. Chamam os economistas: o valor atual, nosso, é de 40 milhões, o valor atual de 5 milhões pagos agora e o resto a perder de vista é, seguramente, menos de 40 milhões. Não é preciso ser economista para perceber isto.

Portanto, na base disto, a Sr.^a Secretaria de Estado disse que nós tínhamos sido selecionados para discutir com ela e com o Governo a nossa proposta, e tivemos várias sessões no fim do mês de julho com a Sr.^a Secretária de Estado. Porquê? Porque a nossa proposta já levava — nós tivemos um distinto gabinete jurídico a apoiar essa proposta — em anexo o contrato de compra e venda do BPN feito por nós. Portanto, nós fizemos a nossa proposta com o contrato jurídico a seguir.

O que é que aconteceu? O Governo não aceitou uma série de cláusulas constantes da nossa proposta, e isso forçou a quê? A quatro sessões de negociações na Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, porque o Governo, repito, não aceitou um conjunto de cláusulas da nossa proposta.

Finalmente, no dia 31 de julho, chegámos a um acordo de princípio entre o Governo e nós, em que o Governo obrigou-nos a renegociar um conjunto de itens que lá tínhamos posto.

Portando, acordámos uma proposta a 31 de julho, e eu disse à Sr.^a Secretária de Estado: «Bom, lá me estragaram as férias, porque agora, de acordo com a metodologia que eu propus...». Pensei que me iam estragar as férias e disse: «A senhora agora faz o seguinte: tem aqui a nossa proposta, a senhora e o Governo não aceitaram alguns dos termos da nossa proposta e o que acho *fair* e equilibrado é que a senhora pegue no nosso contrato jurídico e, naqueles casos em que não está de acordo, refaça esses itens, não vamos ser nós a fazê-lo. Nós demos o contributo inicial, a senhora pega nisto, refaz esses itens e a gente, em meia dúzia de dias, fecha o negócio e começamos com isto».

Pensei comigo: «Tens as férias estragadas».

O que aconteceu, para meu proveito pessoal, foi que o Governo não considerou esta sugestão. E, então, o que é que fez? Fez tábua rasa do nosso texto jurídico e resolveu encomendar a um gabinete jurídico um novo contrato-promessa de compra e venda, que não era o que tínhamos proposto, fazendo tábua rasa do nosso. Com isto, ganhei as férias de agosto, passei duas semanas de agosto no Algarve — aliás, a telefonar à Sr.^a Secretária de Estado a perguntar quando é que vinha o texto. Mas, feliz ou infelizmente, não fui importunado e só depois percebi o que se passava.

Esse gabinete jurídico resolveu fazer, da estaca zero, uma nova proposta e, como é fácil perceber, quando essa proposta é feita e nos é entregue no princípio de setembro, eu nem queria acreditar! Porque aquela proposta não coincidia em nada com o consenso que tinha sido estabelecido em 31 de julho. Isto é, um gabinete que está de fora e que não tinha participado nas negociações interpretou à sua maneira o acordo e o

consenso estabelecido e fez uma nova proposta que tinha condições inaceitáveis.

Aí, tive de dizer à Sr.^a Secretária de Estado que nós não aceitávamos aquele texto, que não estava em condições, tinha coisas que não tinham sido previstas — e eu já vos digo uma delas — e, então, recomeçaram as negociações com uma lógica do lado dos negociadores, por parte do Governo, que achei estranha.

A minha lógica era esta: a gente entregou uma proposta ao Governo, tudo o que o Governo não contestou é porque está acordado; o que contestou é que vai ser objeto de negociação, como foi, e teve um novo consenso. Portanto, eu achava isto pacífico.

O que é que este gabinete de advogados fez? Tudo o que não discutimos com o Governo tem de ser discutido de novo, não está acordado, e só não se discute o que já estava acordado, ou seja, partiu do princípio que tudo o resto...

Devo dizer que não acho que isto seja intenção do Governo, mas a minha experiência governativa diz-me que, às vezes, temos umas orientações e, depois, mandamos fazer as coisas e eles não estão bem alinhados com as orientações... Esta é a minha experiência governativa, não posso dizer mais do que isso, mas é o *feeling* que tive sobre a matéria.

Então, andámos vários meses a partir pedra, os senhores leram nos jornais, todos os dias, coisas do género «BPN nunca mais se faz», eu a tentar pôr água na fervura, dizendo que estávamos a negociar para ter um acordo confortável, mas já muito desconfortável com esta matéria. E há um belo dia em que digo à Sr.^a Secretária de Estado: «Sr.^a Secretária de Estado, eu não tenho mais paciência para este filme. Acabou! Eu não avanço mais nada. Se o Governo não consegue cumprir o que acordou em 31 de julho eu, como gestor (não sou acionista no banco), tenho de transmitir aos meus acionistas que os senhores não cumprem o acordado em 31 de julho,

chama-se cá o meu presidente do conselho de administração, que é também acionista e que age, como é óbvio, em esquemas de *corporate governance*, como presidente dos acionistas – porque eu sou gestor profissional —, e ele negocia com a Sr.^a Secretária de Estado se aceita ou não os novos termos. Não sou eu que tomo... Eu estou aqui a fazer um trabalho a nível técnico para cumprir o acordado em 31 de julho, os senhores dizem que não podem cumprir». E também vos posso explicar quais as cláusulas que o Governo dizia que não podia cumprir.

Portanto, «Por mim, fechei a loja: «Fazem favor, desculpem, chamem o Dr. Fernando Teles, de Luanda, para tratar do assunto». E assim foi: o Dr. Fernando Teles foi chamado de Luanda para tratar do assunto numa reunião – tenho aqui a data, porque fui buscar a agenda do ano passado — a 21 de novembro de 2011. Presenças: eu, o Dr. Fernando Teles, como presidente do conselho de administração, o meu CFO, que era o negociador, Dr. Jaime Pereira, e a Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças.

A Sr.^a Secretária de Estado disse: «Lamento, mas não posso cumprir o acordo». Uma das cláusulas que a senhora dizia que não podia cumprir era a cláusula do acordo de empresa.

O BPN tinha um contrato coletivo de trabalho e nós, no BIC, tínhamos um acordo de empresa negociado com os sindicatos, portanto não é nada de estranho, e acordado pacificamente com os sindicatos, que achámos que era melhor do que o contrato coletivo que vinha do BPN e, portanto, queríamos que os trabalhadores do BPN, ao comprá-lo, fossem integrados no contrato do BIC

O Governo dizia que não podia fazê-lo. Tive de dizer à Sr.^a Secretária de Estado: «Não percebo! Então, o Governo – pelo que veio nos jornais —, por despacho, reduz vencimentos no setor empresarial do Estado e agora, num banco falido, não quer, por despacho, acabar com o

contrato coletivo de trabalho do BPN, diz que não pode fazê-lo? Não percebo! Acho que vocês estão com falta de boa vontade para resolver isto. A gente só fica se for assim». Foi uma das cláusulas que a Sr.^a Secretária de Estado disse que não podia resolver, e o Dr. Fernando Teles disse: «Então, o assunto está arrumado, nós não compramos o BPN, o negócio está rompido». Isto passou-se a 21 de novembro de 2011.

A Sr.^a Secretária de Estado pediu-nos o máximo sigilo, coisa que fizemos. Porquê? Porque tinha de preparar a opinião pública, eventualmente os Srs. Deputados, para a liquidação do BPN com 1700 trabalhadores que eram despedidos, Como compreendem, até tive compreensão pela Sr.^a Secretária de Estado, pois qualquer governo torce-se todo, se for de bom senso e responsável, antes de tomar uma decisão destas.

Portanto, a Sr.^a Secretária de Estado pediu-nos esse apoio e nós não abrimos a boca, estivemos calados, porque o Governo ia preparar a opinião pública para esta cena.

Fui almoçar com o Dr. Fernando Teles num restaurante de Lisboa, ia muito bem-disposto, como compreendem o meu estado de espírito — já me tinha livrado desta!, digo-o com toda a franqueza —, estou a almoçar e percebo que está do outro lado da linha o Sr. Américo Amorim já a telefonar ao Dr. Fernando Teles a dizer-lhe «já estou em negociações para avançarmos e irmos comprar um outro banco».

Encantado da vida, vamos para outro negócio já... — não vos digo qual, mas já estávamos em negociações. E, nesse dia, julgava que tinha fechado *dossier* BPN, fechei o *chip*.

Qual não é a minha surpresa quando, na quarta-feira de manhã, às 8 horas e 15 minutos, portanto, estamos a falar do dia 23 de novembro, o Sr. Primeiro-Ministro me telefona a pedir se eu podia passar por São Bento, às 19 horas.

Fiquei surpreendido porque o Sr. Primeiro-Ministro, desde que tinha chegado ao Governo, nunca mais me tinha telefonado. Portanto, fiquei surpreendido pelo facto de o Sr. Primeiro-Ministro me telefonar, não estava à espera de tanta honra, e disse-lhe que às 19 horas não podia, tinha uma reunião na Universidade às 18 horas, mas que estaria lá às 19 horas e 30 minutos. E assim aconteceu.

Cheguei lá às 19 horas e 30 minutos, e quem estava na reunião? O Sr. Primeiro-Ministro, a Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças e eu.

O Sr. Primeiro-Ministro, com a simpatia que sempre teve para comigo, disse-me: «Mira Amaral, com compreende, eu, como Primeiro-Ministro, tenho o dever de tentar fazer tudo para salvar a liquidação do BPN e apelo à sua boa vontade para conseguirmos ter uma solução para salvar o BPN.

Eu disse-lhe: «Sr. Primeiro-Ministro,... —tratei-o por Primeiro-Ministro porque tinha a Sr.^a Secretária de Estado ao lado, senão tinha-o tratado de uma forma mais informal, possivelmente — «... o que é que põe em cima da mesa, porque a sua Secretária de Estado, anteontem, disse que não conseguia cumprir o acordo de 31 de julho, que o Governo era incapaz de cumprir o acordo. Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro compreenderá que eu nem sequer vá falar com os acionistas, a menos que o senhor me apresente algum facto superveniente, porque se não me apresentar nada, nem sequer vou falar aos acionistas, porque o assunto ficou fechado na segunda-feira, e eu já mudei o *chip* na minha cabeça. O Sr. Primeiro-Ministro ou apresenta qualquer coisa de novo...». Como não apresentou nada de novo, eu conclui dizendo: «Sr. Primeiro-Ministro, veja se a Sr.^a Secretária de Estado, face ao que nos disse na segunda-feira, emenda ou corrige alguma coisa». A Sr.^a Secretária de Estado não abriu a boca e eu

conclui, calma e tranquilamente: «Sr. Primeiro-Ministro, lamento, mas nem sequer vou falar aos meus acionistas. O assunto está fechado».

Saí de São Bento às nove da noite, dizendo: «Sr. Primeiro-Ministro, gostei muito de o ver, o assunto está fechado, eu nem sequer falo aos meus acionistas, porque os senhores não apresentam facto nenhum novo. Então, a sua Secretária de Estado disse, na segunda-feira, que não pode cumprir o acordo, o Sr. Primeiro-Ministro chama-me... Eu sou um gestor profissional e isto não vai só com simpatia! Ou há factos em cima da mesa, ou então...»

Qual é o meu espanto quando, sexta-feira de manhã, às 8 horas, telefona o Dr. Fernando de Teles de Luanda a dizer: «Eng.º Mira Amaral, pedia-lhe o favor de ir comigo, na segunda-feira, ao gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, porque ele telefonou-me de Lisboa a pedir-me para ir a Lisboa falar com ele».

Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro fez uma diligência para Luanda, telefonou ao Dr. Fernando Teles para Luanda, dado que eu não lhe tinha dado aberta nenhuma, pelas razões que já vos expliquei, e convenceu o Dr. Fernando Teles a vir a Lisboa.

Então, na segunda-feira de manhã, dia 28 de novembro, vou a São Bento, a uma reunião numa sala que conheço, que era onde havia os Conselhos de Ministros do tempo do Prof. Cavaco Silva, antes da Gomes Teixeira. E quem estava do lado do Governo? O Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Ministro das Finanças, a Sr.ª Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças e, do lado do BIC, o Dr. Fernando Teles, como Presidente do Conselho de Administração, eu, como Presidente da Comissão Executiva, e o meu colega Dr. Jaime Pereira, como CFO do banco — os três.

O Sr. Primeiro-Ministro disse aquilo que eu também diria no caso dele: «É dever de um Sr. Primeiro-Ministro tentar tudo para salvar o Banco, para não o fechar, porque são 1700 trabalhadores liquidados. Eu já

tentei junto do Eng.º Mira Amaral e não consegui, venho apelar ao Dr. Fernando Teles para que consigamos chegar a um acordo».

O Dr. Fernando Teles, que estava «brifado» por mim, como é óbvio, perguntou: «Então, o que é que os senhores dão de novo?» E o Sr. Primeiro-Ministro começou a lamentar-se, a dizer que era muito difícil mudar o contrato coletivo para acordo de empresa. E eu expliquei ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Ministro das Finanças aquilo que tinha aprendido como ministro do trabalho, porque já tinha sido dirigente do Sindicato dos Engenheiros antes de entrar para o Governo: «Eu acho que os sindicatos são realistas, são responsáveis, defendem os seus legítimos interesses, mas os senhores se não querem fazer por via legislativa uma imposição para os sindicatos, que, aliás, já fizeram para o setor empresarial do Estado —voltei a repetir isto —, quando, de forma unilateral, esquecem os acordos que existem no setor empresarial do Estado e impõem..., por razões que eu percebo de austeridade. Porque é que não querem fazer isso aqui?»

Os senhores até têm outra solução, tentam chegar a acordo connosco e, depois, vão aos sindicatos dizer-lhes o seguinte: «Meus amigos, temos todo o acordo fechado com o Banco BIC, só que o BIC põe agora uma pequena questão, a de que só aceita tomar conta do BPN se os sindicatos aceitarem passar do contrato coletivo para o acordo de empresa.» Acho que isto é *fair*, não é imposição nenhuma. Os senhores façam isso.

Portanto, fui eu que indiquei ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Ministro das Finanças uma via possível, devida a minha experiência como delegado sindical e, depois, como ministro do trabalho, que acho que é elegante, porque é mediante um acordo entre as partes.

Devo dizer-vos que já elogiei os sindicatos numa entrevista ao *Expresso*. Foi isto que foi feito: os sindicatos foram chamados, foram responsáveis, perceberam qual era o problema e ajustaram-se o acordo de

empresa do BIC de uma forma inteligente, que foi esta: no nosso acordo de empresa havia cláusulas que eles não aceitavam e sugeriram o seguinte: «A gente passa para o acordo, mas há aqui duas ou três cláusulas que têm que ser revistas». E eu disse: «Sim, senhor, acho que vocês têm razão». No fundo, acordámos e pacificamente, sem problemas nenhuns, passaram para o acordo de empresa do BIC - que já tinha sido negociado previamente com os sindicatos, portanto não era nada de estranho - , também com ajustes nossos, duas ou três cláusulas. Acabou-se a reunião com o Sr. Primeiro-Ministro a dizer «sim senhor, aceito essa sugestão», que se fez depois, como expliquei.

Portanto, com isto houve condições para rapidamente chegarmos a acordo com o Governo, fechámos praticamente o acordo, tendo nós cedido em várias coisas.

Um das coisas em que cedemos foi uma que o Governo já nos tinha impostos naquela proposta que nos enviou em setembro (coisa que não tinha feito a 31 de julho), ou seja, que não distribuíssemos dividendos durante cinco anos. Confesso que me ri muito com esta cláusula. Porquê? Porque, como compreendem, a gente ir expor-se à banca de retalho como um banco que está em dificuldades, não tenho expectativa de ter lucro nos próximos anos. E os meus acionistas que ganham 150 milhões de dólares/ano no BIC em Angola, não é por virem ganhar 2 ou 3 milhões de euros em Lisboa que «aquece ou arrefece». Isto não lhes diz nada!

Portanto, qual é o racional dos meus acionistas? Não tinham um banco a retalho em Portugal, passam com o BPN a ter uma banca de retalho; têm a consciência que vão estar expostos ao risco de Portugal de uma forma que não estavam até agora; aceitam perfeitamente que não vão ganhar dinheiro nos próximos anos, mas esperam que, com a equipa de gestão que têm em Portugal, ao fim de cinco anos o banco esteja

recuperado, o País também, e, ao fim de cinco anos, têm um bom banco em Portugal. É uma aposta de médio/longo prazo.

Disse logo à Sr.^a Secretário de Estado que não havia problemas nessa cláusula e o Dr. Fernando Teles também aceitou. Foi uma coisa que o Governo depois nos impôs e que aceitámos tranquila e pacificamente. Esta cláusula mostra a nossa boa vontade e, portanto, não temos distribuição de dividendos durante cinco anos.

Também devo dizer o seguinte: já estive do outro lado e percebo que um Governo que vai recapitalizar um banco, que vai injetar dinheiro público num banco para o viabilizar, queira uma contrapartida do lado do privado, isto é, mesmo que ganhe dinheiro não distribua dividendos tão cedo, porque do outro lado há dinheiro público. Sou o primeiro a perceber isso. Portanto, para nós, isso foi perfeitamente pacífico.

Chegámos a acordo com o Governo e em 9 de dezembro assinámos o acordo-quadro, que chamava de contrato-promessa de compra e venda, mas que o Governo renomeou de acordo-quadro (para mim, que não sou jurista, é tipicamente um contrato-promessa de compra e venda), ao abrigo do qual pagámos logo 20%, os 10 milhões de euros.

A partir daí, qual foi a dificuldade em fechar o negócio? A dificuldade já não foi do Governo, foi da Direção-Geral de Concorrência, em Bruxelas.

Aí devo dizer que o Governo, inteligentemente, «repousou» na Direção-Geral de Concorrência para nos «apertar» a nós, dizendo: «meus amigos, íamos fechar o acordo, mas há umas cláusulas que a Direção-Geral de Concorrência não aceita; a Direção-Geral da Concorrência está acima de nós, por isso não podemos aceitar». Portanto, nós, BIC, tivemos de negociar estas cláusulas com a Direção-Geral da Concorrência, tendo como intermediário o Governo. Também vos posso dizer quais são essas cláusulas, que são basicamente as seguintes: o rácio de solvabilidade, os

créditos a devolver ao Estado, as linhas de crédito e o papel comercial, que, aliás, foram muito faladas nos jornais.

De facto, tivemos de aceitar as imposições da Comissão Europeia e cedemos nós, no banco BIC, nesta matéria para chegar a acordo. Isto mostra a boa-fé; não minha, mas do Dr. Fernando Teles, que teve todas as oportunidades, se quisesse, para não fechar o acordo, porque não estava a ser respeitado o acordo de 31 de julho.

Chegámos a acordo e o racional foi este: não comprámos ativos do BPN, comprámos um balanço do BPN. E com o quê? Comprámos um crédito de 2,2 mil milhões de euros; comprámos depósitos no valor de 1,8 mil milhões de euros; comprámos uma situação líquida de 380 milhões de euros (já vos vou explicar o que é que isso significa); e provisões de 167 milhões de euros para crédito malparado. Portanto, comprámos um balanço do BPN com estes valores.

Aqui, chamo a vossa atenção para o seguinte: o Governo, no dia seguinte a nacionalizar o BPN poderia ter feito um balanço *pro forma* e vendido o BPN, na altura, com base num balanço *pro forma*, e, depois, os ajustes para mais ou para menos corrigia com o comprador. Poderia ter feito isso no dia em que nacionalizou o BPN. No fundo, foi uma metodologia semelhante, embora com outro perímetro de privatização connosco.

Foi isto que nós comprámos.

É evidente que, a partir do momento em que fizemos o acordo-quadro, tivemos condições para ir ver a carteira de crédito, para fazer as *due diligences*, porque já tínhamos o acordo-quadro, já tínhamos pago o sinal.

Portanto, a partir desse dia, começámos a ir ao BPN não para gerir o BPN mas para ter a informação, e aí tivemos mais um pequeno *frisson*: é que depois de selecionado o crédito só dava 1,8 mil milhões de euros, não

chegava aos 2,2 mil milhões do acordo. Mais uma vez, se quiséssemos, tínhamos «fechado a loja», não tínhamos aceite, porque as condições diziam que o Governo no vendia os 2,2 mil milhões.

Então, de que se lembrou o Dr. Fernando Teles? «Vocês não têm aí a BPN Crédito?». Se têm a BPN Crédito, que são créditos, como sabem aqueles que conhecem a atividade bancária, hoje em dia, a maior parte dos bancos não têm veículos destes, têm tudo dentro do seu banco. O que é uma BPN Crédito? É um veículo do BPN para vender o quê? Para vender *leasing*, *factoring* e crédito automóvel.

Como é fácil de perceber, um veículo destes depende do banco, e porquê? Porque é o banco que lhes dá *funding*. E depende ainda do banco em termos de rede. Portanto, um veículo destes só funciona se tiver *funding* de um banco e, depois, se tiver a rede do banco. Foi por isso que no BPI, onde já fui administrador, na altura acabámos com estas sociedades, que passaram para dentro do BPI; e na Caixa ia fazer isso quando saí, também ia acabar com as sociedades da Caixa nesta matéria, passando-as para dentro do banco.

Isto para vos dizer que este é um negócio intrínseco com o banco. Só por razões de início deste tipo de produtos que eram novos na banca portuguesa (*leasing* e *factoring*) se entendeu, na altura, fazer uma sociedade especializada, mas o *funding* e a rede são do banco. Portanto, isto é perfeitamente natural.

A sugestão do Dr. Fernando Teles foi a seguinte: «Vão à BPN Crédito, se o Governo entender, e seleccionem créditos». Aliás, lembro-me de o Sr. Deputado João Semedo já ter explicado esta matéria uma vez, na televisão. E com isto conseguimos ir buscar créditos para atingir os 2,2 mil milhões de euros e termos condições de fechar o negócio.

Para terminar, vou explicar-vos a questão do preço, tentando também ser o mais simples possível.

No dia 1 de abril entrámos no banco, e, como os Srs. Deputados compreendem, começou a minha «dor de cabeça», porque com a função de recuperar um banco acabou a qualidade de vida relativa que tinha. No dia 1 de abril, entrámos no banco para recuperá-lo. Temos de fazer a fusão jurídica em julho, que é, no fundo, fundir agora o BIC com o BPN. Vamos fazer a chamada fusão invertida. E porquê? Porque como o BPN é maior, é mais fácil meter o BIC dentro do BPN do que meter o BPN dentro do BIC, utilizando todo o sistema informático do BPN, que é com esse que vamos ficar.

Portanto, a fusão vai ser invertida por essas razões, só que a fusão operacional dos dois bancos vai levar mais tempo, porque temos que integrar os sistemas de informação com as migrações de bases de dados e os *softwares* operacionais do BIC para o outro banco, portanto, nos próximos meses, haverá um banco e dois sistemas operativos até que consigamos fazer a fusão.

Quanto ao preço, como é que se calcula quanto é que vale uma empresa ou um banco? Fazemos um *business case*, como fizemos, projetamos os *cash-flows* futuros e calculamos o valor atual dos *cash-flows* futuros. É assim que se calcula o valor de um banco.

A história passada, o que é que o banco fez ou não, é da responsabilidade dos acionistas. Neste caso, infelizmente, é da responsabilidade de todos nós, contribuintes - também sou contribuinte, não esqueço isso; sou um bom «cliente» da repartição de finanças todos os anos. Portanto, a responsabilidade do passado do BPN é de todos nós, contribuintes, porque foi nacionalizado. O novo acionista não tem nada a ver com o passado, não é assim que se avalia uma empresa.

Vi um Sr. Deputado a intervir na televisão, que penso que é professor de Economia, e fiquei admirado quando verifiquei que ele ligava o valor

que íamos pagar ao passado do banco. Não é assim que se calcula: o valor de um banco ou de uma empresa é o valor atual dos *cash-flows* futuros.

O que é que fizemos? Fizemos o *business case*, projetámos os *cash-flows* futuros, calculámos o valor atual. E depois, como aprendi na banca de investimentos onde trabalhei vários anos, não ficamos só pela análise dos *cash-flows*, vamos ver pelos múltiplos de mercado. E qual foi o múltiplo de mercado que calculámos? Foi o *Price to Book Value* (PBV). O que é o *Price to Book Value* O *Price* é o preço de mercado das ações, o *Book Value* é o preço contabilístico das ações que estão no *Book*, no balanço do banco. Portanto, fomos ver o *Price to Book Value* dos bancos portugueses.

Chegámos à conclusão que o *Price to Book Value* dos bancos portugueses... Já agora, o que é que isso significa? Se os senhores multiplicarem o numerador do preço pelo número das ações, têm o valor de mercado da empresa ou do banco; se multiplicarem o denominador, o *Book Value*, o valor contabilístico das ações, pelo número de ações têm acesso ao líquido de balanço. Portanto, o *Price to Book Value* é o quociente entre o valor de mercado de um banco e o valor contabilístico da situação líquida do banco.

Se formos ver como se faz na banca de investimentos, quais são os rácios que os bancos portugueses transacionam? Os bancos portugueses andam a transacionar a 30% e o BCP anda a transacionar, neste momento, a 12%,13%.

Portanto, os senhores compreenderão que o BCP, apesar das dificuldades que tem, ainda é um bocadinho melhor do que o BPN. Acho que esta afirmação é pacífica. Portanto, se o BCP tem um *Price to Book Value* da ordem dos 12%, nós, quando comparamos 40 milhões de euros com uma situação líquida de 360, obtemos um *Price to Book Value* de 11,1%, ligeiramente abaixo do BCP.

Logo, estamos perfeitamente alinhados com os valores do mercado do *Price to Book Value*. Na nossa análise, calculámos o valor atual do *cash-flows* futuros, fomos ver *Price to Book Value* dos outros bancos: o BCP transacionava a 12% ou 13% o seu *Price to Book Value*. Portanto, o BPN tem mais risco do que o BCP, fizemos o chamado *risk adjust* e acabámos por oferecer o valor de 40 milhões de euros ao Governo.

Como compreendem, isso foi feito de acordo com as metodologias de cálculo de valor de uma empresa ou de um banco, que é o futuro! O valor de uma empresa é o seu futuro, não é o passado — o passado está por conta dos acionistas, que neste caso, infelizmente, somos todos nós, contribuintes — e oferecemos o valor de 40 milhões de euros.

Depois, o que é que aconteceu? Uma coisa muito interessante. Nós queríamos um rácio de solvabilidade superior a 10%. Porquê? O nosso «racional» é este: os outros bancos já estão no mercado, estão a jogar à defesa, têm de ter valores mínimos impostos de 10%; se querem que nós entremos no banco, têm que nos dotar com um rácio de solvabilidade superior. Vamos correr riscos bastante grandes, portanto queremos um rácio de solvabilidade superior, e queríamos um rácio de 16%. Esse, o Governo não queria dar.

Depois, chegámos ao seguinte compromisso que sugeri: então, a passagem para um rácio de solvabilidade de 16% significa que o Governo vai alinhar connosco, vai injetar capital no banco para partilhar connosco os riscos da operação. Portanto, é natural — se isto assim acontecer, é perfeitamente *fair* — que no fim do processo, se as coisas correrem bem, o Governo venha a ter alguma remuneração do capital adicional que injetou para termos um rácio de 16%. No fundo, é também pôr os contribuintes como acionistas.

Com isto chegámos a um acordo em que corrigimos o preço dado na base de resultados líquidos acumulados ao fim de cinco anos. Se os

resultados líquidos acumulados do novo banco forem superiores a 60 milhões de euros, pagamos o aumento de preço ao Governo de 20% disso.

Chamo a vossa atenção para o seguinte: só para o BIC Português, sozinho, a projeção que tenho para o fim de ano deste ano era de 6 milhões de euros. Não vou ter esse montante, porque vou fundi-lo com o BPN.

Se os senhores multiplicarem 6 por 5, dá 30. Portanto, a nova entidade é em resultado da consolidação do BPN com o BIC e eu diria que, à partida, para estes 60 milhões, o pequeno e antigo BIC dá logo uma contribuição, em números redondos, de 30 milhões de euros. Não quer dizer que se possa lá chegar, mas é um valor que se poderá atingir com a contribuição do BIC, se as coisas correrem bem, ser conseguirmos recuperar o banco.

Portanto, com o que referi, o valor do banco foi corrigido. Como já vos expliquei, o valor mínimo do rácio de solvabilidade era de 10%, ficámos com um rácio de solvabilidade de 16%, o que implicou o tal esforço de recapitalização do banco. Era uma das coisas que a Comissão Europeia não queria aceitar. E, depois, o que é que a Comissão Europeia aceitou?

O que é que ia acontecer ao mecanismo de créditos vencidos que podemos devolver ao Governo até 9 de dezembro deste ano? Se devolvêssemos um crédito a valor nominal ao Governo, o que é que isso significava? Trocávamos um crédito da nossa carteira com risco por *cash*, dinheiro sem risco nenhum, do Governo. O que é que isso significava? Significava um aumento do rácio de solvabilidade do banco.

Portanto, o que é a Comissão Europeia nos disse? Disse-nos o seguinte: «Aceitamos o rácio de solvabilidade de 16%, mas não queremos que com este mecanismo de transferência de créditos vocês venham a ter em qualquer momento, pontualmente, um rácio de solvabilidade superior a 16%». Então, o que é que isto implicou? Foi algo que aceitei (obviamente,

fazia sentido): quando devolvemos ao Governo um créditos destes, o Governo paga-nos a valor nominal descontado de 16%, para mantermos o rácio de solvabilidade exatamente no mesmo valor, para ficarmos na mesma neutralidade.

Chamo a vossa atenção para o facto de este mecanismo poder nem sequer ser executado. Porquê? Como temos uma provisão de 167 milhões de euros, primeiro temos que esgotar a provisão e só depois é que entramos num mecanismo de devolução de créditos. Como só temos até 9 de dezembro, diria que isto é mais um conforto psicológico, não se vai efetivamente verificar, porque, mesmo que tenhamos crédito malparado, primeiro temos de esgotar a provisão e só depois é que vamos devolver.

Portanto, isto foi mais um conforto psicológico, porque o que queríamos era um ano a partir da compra, de 1 de abril de este ano, mas a Comissão Europeia só deixou a partir de 9 de dezembro. Portanto, acho que não vamos ter tempo para utilizar este mecanismo.

No meio de tudo isto lá chegámos a acordo e aceitámos as imposições da Comissão Europeia. Depois, vimos que a Comissão Europeia escreveu uma coisa que para mim era óbvia, embora não seja eu quem deva fazer as contas, ou seja, que esta solução saía mais barata ao contribuinte português do que a liquidação do Banco, porque a liquidação do Banco, além dos custos sociais de se perderem 1700 postos de trabalho, significava que o Governo tinha de indemnizar os trabalhadores e tinha ainda de pagar os depósitos que lá estavam.

Portanto, a liquidação saía muito mais cara. Para mim, isto é óbvio, embora não seja eu quem deva fazer as contas. Quem deve fazer as contas das duas situações é o Governo ou a Comissão Europeia, mas o que a Comissão Europeia disse parece-me convergente com o que estamos a dizer.

Neste momento, qual é a nossa situação? Seleccionámos os trabalhadores dos serviços centrais e ficámos com cerca de 230 trabalhadores; temos a possibilidade de escolher, até ao fim do ano, as agências e os centros de empresa com que queremos ficar, ficando com um mínimo de 160. Porque é que isto aconteceu? Eu disse ao Governo o seguinte: «Se querem que antes de entrar no governo do Banco escolha quais as agências e os centros de empresa com que fico, como compreendem, vou jogar à defesa e vai ser prejudicial para todos. Deixem-me gerir o Banco e até ao fim do ano, tranquilamente, tendo oportunidade de conhecer o sistema, escolho as agências e os centros de empresa». Assim, temos até ao fim do ano para escolher as agências e os centros de empresa.

Neste momento, temos cerca de 1100 trabalhadores ao nosso serviço, e temos o compromisso de ter no mínimo 750. Reparem no seguinte, Srs. Deputados, trata-se de uma conta muito simples: se ficarmos com 230 trabalhadores dos serviços centrais, mesmo que só ficássemos com 160 agências (mas vamos ficar com mais), tendo cada uma destas agências quatro trabalhadores, somando os 230 trabalhadores dos serviços centrais, é óbvio que vamos ter de ficar com mais de 750 trabalhadores. Portanto, nem sequer vamos ficar nos números mínimos, vamos ficar com mais de 750 trabalhadores.

Para terminar, tudo isto explica o quê? A posição realista dos sindicatos. A solução não é ótima para aqueles que perdem o posto de trabalho, mas chamo-vos a atenção para o facto de o BPN, que tinha 1600 trabalhadores, ter sido dimensionado para um volume de negócio de 8000 milhões de euros. O volume de negócio atual, que comprámos, é de 4000 milhões de euros, sendo 2200 milhões de euros de crédito e 1800 milhões de euros de depósitos, portanto, temos hoje metade do volume de negócio que havia naquela altura.

Dir-me-ão que a solução não é excelente. Não é, quando qualquer trabalhador é despedido isso representa sempre um drama para a pessoa, mas é melhor do que pôr em causa 1600 ou 1700 postos de trabalho. Portanto, vamos ficar com mais de 750 postos de trabalho e vamos ficar com mais de 160 agências, estamos no processo de escolha até ao fim do ano. É esta a situação que temos neste momento.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade que me foi dada de poder fazer primeiro uma exposição da minha posição nesta matéria sobre o que se passou. Fico agora, naturalmente, à disposição da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Eng.º Mira Amaral. Foi, de facto, uma exposição longa mas, creio, muito completa e muito útil para esta Comissão, e por isso foi ouvida com todo o interesse e com toda a atenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim para formular o primeiro conjunto de perguntas.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, antes de começar, quero só anunciar que a primeira intervenção da nossa parte será dividida entre mim e o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

Sr. Eng.º Mira Amaral, agradeço a exposição que aqui fez, que acaba até por elucidar grande parte das perguntas que tenho para colocar-lhe. Contudo, como é óbvio, há alguns aspetos em que vou necessitar de esclarecimentos adicionais ou até, eventualmente, de alguns sublinhados àquilo que já foi dito.

Começaria por referir-me à questão do primeiro concurso, em novembro de 2010. Nessa altura não houve participação, não houve manifestação de interesse. Disse-nos ainda agora que o modelo apresentado nesse primeiro concurso, que ficou deserto, era radicalmente diferente do

modelo apresentado no segundo concurso. Gostaria de saber se, para além das questões internas do posicionamento do banco em relação ao mercado português, e que já explicou aqui, essas diferenças de modelo foram significativas e decisivas na não manifestação de interesse.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, foram decisivas, pelo seguinte: a primeira tentativa de privatização do BPN foi vender o Banco como estava na altura, com todos os ativos e passivos. Nos passivos está o que chamo crédito malparado, em termos simples. Crédito malparado é aquele que sabemos que não vamos recuperar e, portanto, quando vamos comprar um ativo que não vamos recuperar, para nós, ele é um passivo.

Os senhores vejam o que está a acontecer na banca europeia. Poder-me-ão dizer que não concordam, que é discutível, mas é isto que se passa na banca europeia. Quando um banco entra em dificuldades, o que é que os governos europeus e o governo americano têm feito? Aliás, o governo sueco fez isto há uns anos. Constituem o chamado *bad bank*, para o qual passam os ativos incobráveis, o crédito malparado.

Dir-me-ão alguns Srs. Deputados que isto é escandaloso, que o contribuinte é que paga isto — pois é! É em nome disto que, como já disse em público, aceito que, mesmo na altura das «vacas gordas», no ciclo alto, qualquer governo democrático tem legitimidade para moderar salários e excessos de risco tomados pelos bancos privados. Porquê? Porque na banca existe um bem público, a confiança; é um bem público que deve ser gerido pelo poder político.

Portanto, é em nome do bem público confiança que um governo tem, a meu ver, legitimidade, na fase alta do ciclo, para exigir alguma

moderação por parte dos bancos, porque se o não exige, como lamentavelmente vemos nesta crise, quando as coisas dão para o torto os contribuintes é que pagam. É aquilo a que um insuspeito liberal do *Financial Times*, Martim Wolf, chama o socialismo dos ricos, ou seja, no fundo, na fase alta os Srs. Banqueiros ganham dinheiro, quando as coisas dão para o torto entra o contribuinte, pagamos nós.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exatamente!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, totalmente de acordo.

Portanto, o que é que acontece? O que é que tem acontecido? Qual é a metodologia que todos os governos ocidentais têm seguido? Criam os chamados *bad banks*, os bancos maus, para os quais passam os ativos incobráveis — que hão de recuperar a 15 ou 20 anos, ou quando for —, antes de venderem o Banco. O que é que o Governo socialista fez? Não fez este exercício, tentou vender o Banco com tudo lá dentro. Ao tentar fazer isto, como compreendem, quando fomos analisar — e não nascemos ontem, já cá andamos há muitos anos —, chegámos à conclusão que, com aquilo, o Banco era inviável, porque estavam 1000 milhões de euros para recuperar. E, devo dizer-vos, estou convencido que a análise que eu fiz também o meu colega e amigo, Dr. Tomás Correia, do Montepio, a fez, também ele foi fazer o mesmo exercício, porque ele sabe o mesmo que eu!

Portanto, todos nós, potenciais candidatos à compra do BPN na primeira privatização, fizemos esse exercício e chegámos à conclusão de que não era viável, pelo que o concurso ficou deserto. Por isso, não percebo como se pode dizer, naquela fase, com todos aqueles ativos malparados e incobráveis, que o Banco valia 180 milhões de euros.

Quanto ao facto de o concurso ter ficado deserto, as nossas contas dizem-nos que o Banco tinha um valor negativo, altamente negativo,

portanto, é fácil explicar por que é que o concurso ficou deserto e é fácil explicar por que é que o Governo PS, com o bom senso que, obviamente, um governo tem de ter, percebeu que aquele modelo não ia a lado nenhum. Acho que não «venderam» bem, não explicaram bem ao então Ministro das Finanças o produto que ele ia vender, não teve consciência. Não acredito que ele, se tivesse consciência, lançasse um processo de privatização de um Banco que não era vendável e cujas contas levavam um privado que entrasse a injetar nele 1000 milhões de euros.

Portanto, Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, foi isto que aconteceu.

Na fase seguinte, o Dr. Bandeira disse-me o que lhe expliquei. O Dr. Bandeira disse o seguinte: «Agora, façam o favor de escolher qual o perímetro de privatização que querem, os ativos que querem, e é essa proposta que fazem para negociar connosco». É evidente que ao dizer isto, e se o diz a toda a gente em todo o mundo, o processo é transparente e aberto, e qualquer um podia ter aparecido num processo destes.

Em suma, a primeira privatização foi um falhanço pelas razões que referi. O Governo PS tomou boa nota do falhanço, mudou o modelo e o Governo PSD — é isto que eu gostaria de sublinhar — limitou-se a executar o modelo PS, ainda por cima com a «espada de Démocles» da troica, que tinha sido negociada também pelo PS, de 31 de julho.

Portanto, quando o Governo entra em funções está em curso um concurso feito pelo Governo anterior e tem uma «espada de Démocles» de, até 31 de julho, ter de tomar decisões. O que querem que um Governo que entra faça? Tinha de fazer aquilo que fez, para mim é óbvio!

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mira Amaral, portanto, no primeiro concurso o preço estava inflacionado e o modelo estava deslocado, mas, independentemente do modelo da reprivatização, de acordo com a sua primeira intervenção, houve uma modificação estratégica do BIC, que se deu independentemente da modificação do modelo do negócio. Isto é, a tentativa de adquirir em Portugal um banco de retalho foi mais ou menos simultânea à modificação feita pelo anterior Governo do modelo de reprivatização.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, expliquei que o nosso racional foi obter uma rede de retalho. Aquando do primeiro concurso esse racional já existia, só que nas condições objetivas havia um conjunto de ativos incobráveis. Nessa privatização do BPN estava tudo incluído, o BPN e todas as suas participadas.

Na segunda privatização, pelo método que lhe expliquei, escolhemos o que queríamos (nós e quaisquer outros!), dissemos «só queremos isto, não queremos aquilo». Portanto, houve uma mudança do perímetro da privatização: na primeira fase era o velho grupo BPN, com todas as suas participadas, que estava à venda, tudo; na segunda fase escolhemos. E o que é que escolhemos? Escolhemos apenas o banco BPN, porque as sociedades de crédito, de *leasing*, como expliquei, não fazem sentido, pois hoje em dia faz-se isso dentro do banco. Na segunda fase, nós escolhemos. Aliás, o Montepio até fez mais, disse que só queria três ou quatro linhas de negócio, não queria um banco.

Portanto, Sr. Deputado, foi isto o que se passou na segunda fase.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mira Amaral, o que disse significa que a modificação do modelo de reprivatização foi decisiva, mas há algo que me intriga e que, com certeza, está a intrigar outras pessoas para além de mim, não estarei isolado nesta perplexidade.

Foi dito também pelo Sr. Eng.º Mira Amaral, e tem sido reconhecido pelos diversos depoentes nesta Comissão, que o lapso de tempo extremamente demorado entre a nacionalização e a primeira tentativa de reprivatização e, depois, a segunda tentativa de reprivatização e venda acabou por degradar o valor do Banco. Para além do desejo do BIC de adquirir uma rede de retalho, como aqui foi referido, essa degradação do valor do Banco não poderia inviabilizar inclusivamente as pretensões do BIC?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, primeiro devo dizer-lhe que, como expliquei, se o Governo PS, na semana seguinte a ter intervencionado o Banco, tivesse chamado os bancos privados e lhes tivesse dito: «Tenho aqui este balanço pro forma para a venda...» — foi o que o governo inglês fez, não estou a inventar nada! — «... e, depois, se houver diferenças em relação ao balanço pro forma serão feitas as correções, para mais ou para menos», tinha sido feita.

O Sr. Deputado tem de perceber que há um problema que se passa nas empresas e que ainda é mais dramático num banco. Acho que há aqui um erro do Governo, porque ao intervencionar e entregar a gestão do BPN

à Caixa todo o mercado percebeu que se tratava de uma solução transitória. E, quanto mais tempo demoram as soluções transitórias, pior é! Uma solução transitória transformada numa solução para dois ou três anos vai degradando a confiança dos clientes e dos depositantes do Banco. Verem um Banco que está a ser gerido por uma equipa transitória, que está para ser vendido no dia seguinte e que nunca mais é vendido, obviamente, só isso ia degradando as condições do Banco.

O Sr. Deputado perceberá que as condições objetivas da economia portuguesa, desde a intervenção de nacionalização até aos dias de hoje, têm vindo a degradar-se, infelizmente. Não estou a culpar aqui nenhum Governo. Todos o sabemos, portanto, é um juízo de facto não um juízo de valor.

Sr. Deputado, na primeira tentativa de privatização, como já expliquei, o conjunto de ativos e passivos do Banco tornava inviável vendê-lo, o valor era negativo e os 180 milhões de euros eram surrealistas. O problema é que levaram uns meses a tentar corrigir a situação para o segundo processo de privatização, a economia portuguesa continuava a degradar-se e, em termos de gestão do Banco, era mais difícil aos gestores da Caixa, que já tinham percebido que o Banco ia mudar de dono qualquer dia, continuarem a gerir. É insustentável, tenho de dizer-lhe!

Não interessa se foram bons ou maus, mas acho difícilimo gerir um banco nesta situação. Depois, como também expliquei a este Governo, quando fazemos o acordo a 31 de julho devia ter sido «tiro e queda» tomarmos conta do Banco, porque de 31 de julho até abril o Banco continuou a degradar-se, quer por condições objetivas internas do mesmo, gerido em termos transitórios, quer porque a economia continuou a degradar-se. Já expliquei na conferência de imprensa que fiz no dia em que comprámos o Banco que, se fosse hoje, ofereceríamos menos de 40

milhões de euros, porque as condições da economia do País e as condições internas do Banco foram-se degradando.

O Sr. Deputado sabe o que é um gerente de balcão, como tenho conhecimento, levantar-se todas as manhãs com uma dor de cabeça fortíssima a pensar: «Vou para o balcão e o que é que digo aos clientes? Quem é o dono do Banco amanhã? Vai haver dono ou vai o Banco ser liquidado?» O senhor tem consciência das condições extremamente difíceis em que os trabalhadores do BPN atuaram estes anos? São condições infernais. Humanamente, foi infernal! Portanto, tudo isto degrada, face aos depositantes e aos clientes, o valor do Banco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Houve, então, uma modificação do modelo de reprivatização e isso foi-lhe comunicado numa reunião que teve com o Dr. Francisco Bandeira. Penso que já referiu, mas não tomei nota, e, para ficar bem claro, pergunto se tem ideia de quando é que se deu essa reunião.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Tenho na agenda do ano passado, mas não a trouxe e tinha que ir ver. Isso foi, como compreende, depois da primeira privatização, que foi deserta. E não errarei muito se lhe disser que foi um mês depois — acho que aqueles senhores levaram um mês a tomar consciência.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas já em 2001? Em janeiro de 2011?

O Sr. **Eng.º Mira Amaral**: — Sim. Não quero adiantar para depois não correr o risco de dizerem que menti. Não sei exatamente a data, mas foi depois do primeiro processo de privatização.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. Carlos **Abreu Amorim** (PSD): — Teve conhecimento da existência de mais diligências, quer com o Dr. Francisco Bandeira quer com responsáveis governamentais (obviamente, do Governo anterior), depois dessa primeira conversa até ao momento em que a troica chega a Portugal?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — O que posso dizer-lhe é que, depois dessa primeira conversa, isso teve consequências, porque o Governo anterior atuou no sentido de desencadear este processo. E, portanto, começámos a preparar-nos para ir ao segundo processo de privatização do BPN, mesmo antes da troica chegar Portugal. Depois, houve o acordo da troica e o facto novo foi que nós tomámos consciência de que o Governo tinha de resolver o problema até 31 de julho.

Portanto, o Sr. Deputado compreende que, seja um Governo do PS seja um Governo do PSD, quando sai nos jornais que tem de se resolver o problema até 31 de julho, compreende que enfraquece a sua posição. Não digo mais! (*Risos do orador*).

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Isso significa que teve também apenas conhecimento pelos jornais de que a intenção primeira da troica era a da liquidação do Banco e que o anterior Governo conseguiu incluir no acordo da troica a obrigação de o reprivatizar até 31 de julho.

Portanto, foi pelos jornais que teve conhecimento da data de 31 de julho? Era só para sublinhar isto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, a única coisa que soube foi pelos jornais. Depois deste contacto com o Dr. Francisco Bandeira, o Governo sinalizou, até em termos futuros, que ia lançar o processo de privatização e nós começámos a preparar-nos. Depois, apenas soube pelos jornais, porque não tive contato com membros do Governo, quando vi que o acordo da troica implicava... Como compreende, quando foi o acordo da troica, como estava interessado no BPN, a primeira coisa que fui ver no acordo da troica foi o que lá dizia sobre o BPN. Vi, no texto que foi tornado público depois, que a troica queria que o Governo tomasse uma decisão até 31 de julho.

Portanto, não tive contatos depois com membros do Governo. O único contato que tive foi com o Dr. Francisco Bandeira, que me explicou qual ia ser o processo; depois, foi público o lançamento do processo para o qual nos preparámos e, por fim, conheci o comunicado da troica que apontava para 31 de julho.

Aí percebi, naturalmente, que o Governo anterior já não tinha tempo para executar e, já agora, devo dizer que tive muitas dúvidas que este Governo conseguisse... Portanto, acho que foi notável tomarem posse, darem sequência ao processo e conseguirem ter uma decisão de princípio

até 31 de julho. Devo dizer que, quando vi este Governo tomar posse, disse: «Mas estes tipos vão conseguir? É a primeira bronca do programa: não vão conseguir cumprir esta!» — pensei eu. Mas, felizmente...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Então, pegando na sua expressão «uma bronca no programa», têm sido muitas vezes referidas dúvidas — e não posso deixar de o questionar, dada a sua experiência e até a sua participação direta nesta questão — e até tem sido atribuído um caráter quase poético à data de 31 de julho como data colocada no Memorando com a troica, porque alguns dos depoentes que têm sido ouvidos nesta Comissão disseram que não é uma data imperativa, que não era uma condição a cumprir, que podia ter sido perfeitamente adiada para momento ulterior. Teve essa sensação?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, aí, só posso fazer afirmações especulativas. O que posso dizer, como cidadão, é que num País que está à beira da bancarrota, que se habilita a não ter dinheiro para importar medicamentos, energia e alimentos, ter de fazer um acordo destes para ser financiado, que impõe condicionalidades, o mais elementar bom senso como cidadão é levar o acordo a sério. Portanto, não acho que isto seja poético. Acho até, porque outras coisas poderiam não vir a correr tão bem, como estamos a ver com a execução orçamental, que convinha mostrar que estamos determinados, no que era possível da nossa parte, a fazer o máximo de esforço para cumprir.

Portanto, se estivesse no lugar do Governo, também teria feito os possíveis e os impossíveis para cumprir a data de 31 de julho. Não é que isso seja importante para o futuro do País, mas é simbólico, porque sabia que, num acordo muito exigente, haverá alturas em que vamos falhar, não por culpa nossa ou do Governo, porque é assim, a vida é assim!

Portanto, se o podemos cumprir — e logo, então, as primeiras —, é uma questão de sinal. Portanto, não aceito essa do poético, porque acho que o sinal é muito importante logo nas primeiras medidas. Portanto, felicito o Governo por ter dado esse sinal, que, também devo dizer, contou com o apoio e a compreensão nossa, do BIC. Obviamente, também não vamos fazer caridade: o BIC teve uma oportunidade de mercado — é só isto.

Acho que devemos estar todos satisfeitos porque, caso contrário, tínhamos mais 1700 trabalhadores na rua, despedidos, a acrescer aos dramas sociais que já temos, tínhamos tido uma situação muito complicada de liquidação de um banco.

O que é que eu espero, Sr. Deputado? — e Deus queira que se consiga fazer. O que espero é que nós, com um Banco capitalizado, com os problemas de liquidação das PME, possamos vir a dar um reforço de apoios às PME exportadoras. É isso que o Governo espera que eu faça e que eu quero fazer, ao comprar o BIC. Ainda por cima, com que situação? Estando ligado a um grupo bancário angolano que me injeta aqui liquidez.

O Sr. Deputado sabe que eu, no BIC Português, antes do BPN, tinha uma carteira de crédito 260 milhões de euros. Sabe quanto é que eu tinha de depósitos? 110 milhões. Sabe de onde é que vinha o resto do dinheiro? Do BIC Angola. O BIC Angola estava a injetar-me 140 milhões de euros de liquidez em Portugal para eu apoiar as empresas portuguesas. Portanto, o Sr. Deputado veja o interesse para a economia portuguesa de termos, agora, um BIC/BPN capitalizado, que pode fazer uma aposta nas PME — como o Sr. Deputado sabe, se há tipo que é sensível, com o seu passado, às

PME exportadoras, sou eu. Ainda por cima, com possibilidade de ter apoios de liquidez do BIC Angola?! O senhor já viu a vantagem disto para a economia portuguesa? É isto que eu espero conseguir fazer!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Depois, o Governo tomou posse no dia 21 de junho, tinha menos de um mês e meio para cumprir essa condição imperativa do Memorando com a troica, e penso que se iniciaram de imediato as negociações. Teve encontros com membros do Governo ou com responsáveis governamentais?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, não foi de imediato, foi a partir de 15 de julho.

Devo dizer que compreendi as preocupações do Governo de tudo fazer para tentar ter um acordo até 31 de julho. Portanto, tivemos quatro reuniões no Ministério das Finanças, com a equipa da Sr.ª Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, até que a 31 de julho conseguimos chegar a um acordo. Andámos sábados e domingos, duas das reuniões foram ao sábado e ao domingo, num período já muito curto.

Portanto, só começámos, só tivemos contato com o Governo a partir de 15 de julho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — E nessas reuniões, nesse período bastante curto, até dia de 31 de julho, quais foram as principais preocupações que lhe foram manifestadas pela Sr.^a Secretária de Estado quanto ao futuro do Banco?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.^o Mira Amaral.

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, compreenda: eu percebia as preocupações do Governo, mas o Governo não mas queria revelar. (*Risos do orador*).

A Sr.^a Secretária de Estado — e eu, se estivesse no lugar dela, faria o mesmo — não mostrou preocupações. Disse-nos: «Olhe, estamos aqui a negociar convosco...». Acho que até simularam outras reuniões com outros concorrentes ao lado, para dar uma imagem de que havia vários concorrentes em cena, com uma jogada da Sr.^a Secretária de Estado a andar entre vários gabinetes ao mesmo tempo, a simular ... Se estivesse no lugar dela também o faria, mas eu também não nasci ontem! Percebi que havia um conjunto limitado de concorrentes. Mas sei perfeitamente que o NEI esteve lá: o NEI também esteve lá do dia 30 ou 31 de julho, como nós estivemos. Pelo menos esse esteve, o Montepio não sei se esteve — mas, pelo menos, o NEI, vi-os lá.

Portanto, a Sr.^a Secretária de Estado nunca me disse, nunca abriu o jogo a dizer que íamos ser seleccionados. Só no dia 31 de julho é que a Sr.^a Secretária de Estado nos chamou, depois das quatro sessões anteriores, e disse: «O Governo decidiu... — não foi vender-vos o banco —, escolheu-vos para ser o único negociador nesta fase, agora». Por isso é que houve declarações do NEI, logo a seguir, dizendo: «Isto não está em nada decidido. Foram escolhidos para negociar, podem não chegar a acordo e a gente volta a insistir».

Portanto, a Sr.^a Secretária de Estado nunca me transmitiu uma ânsia, e fez bem. Não disse: «vocês estão sozinhos». Esteve sempre o NEI, acho que o Montepio não esteve, pelas razões que a Sr.^a Secretária de Estado já explicou, mas o NEI andou sempre lá a negociar também com ela. Só a 31 de julho, quando me chamaram, é que eu soube que era o único que ia negociar a partir daí com o Governo. Até esse momento, eu não sabia quem é que ia negociar.

Devo dizer que o Dr. Fernando Teles esteve cá nas sessões anteriores, regressou a Luanda a 27 ou 28 de julho. No dia 31 de julho, fui eu e o Dr. Jaime Pereira, os dois sozinhos, às finanças para nos ser comunicado que tínhamos sido selecionados para, depois, comprar o Banco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, mas, nesse período, durante essas reuniões, para além disso que acabou agora mesmo de referir, houve preocupações da Sr.^a Secretária de Estado — ou do Governo, transmitidas pela Sr.^a Secretária de Estado — em relação ao futuro do Banco propriamente dito. Pode referir-nos algumas delas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.^o Mira Amaral.

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, posso referir-lhe as preocupações que a senhora teve nas quatro reuniões que negociou comigo. As preocupações são óbvias, nem precisava de transmiti-las, porque percebi-as, é uma questão de bom senso: «Nós gostaríamos de vender o Banco, é preferível a liquidar o Banco».

Não era claro na altura — penso que o Governo não tinha feito as contas do ponto de vista financeiro, como fez depois —, mas o mais elementar bom senso diz que qualquer governo prefere vender um banco do que liquidar um banco e pôr na rua... Portanto, a grande preocupação da senhora não era do ponto de vista financeiro, porque, Sr. Deputado, 40, 30 ou 20 milhões de euros, acho que é menos importante do que o futuro dos trabalhadores, e foi isso que percebi das conclusões da Sr.^a Secretária de Estado: «Temos aqui 1700 famílias em jogo, uma situação dramática de desemprego na economia portuguesa, vamos ver se arranjam uma solução viável, equilibrada, razoável, que possamos vender o Banco a um privado. Ainda por cima,...» — e eu subscrevo isto — «... se arranjarmos um operador bancário que traga liquidez para injetar na economia portuguesa e ajudar nesta situação dramática, em que os bancos não têm liquidez».

Vamos fechar o Banco? Aliás, devo dizer outra coisa, como já ouvi aqui uma tese: meter o BPN na Caixa Geral de Depósitos para quê? Era duplicar agências e trabalhadores! A Caixa Geral de Depósitos não precisava disso para nada.

Portanto, as hipóteses eram liquidar ou arranjar um operador bancário viável. Foram essas as preocupações que percebi da senhora. Mas nunca me transmitiu uma sensação (e eu, no lugar da senhora, também não o faria) deste género: «Estou aflito, tenho de fazer isto até 31 de julho. Só estão vocês em cena». Porque esteve sempre o NEI ao lado, a simular um *beat* competitivo. Isso aconteceu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Então, se me permite que faça aqui um resumo do entendimento em relação a estas três últimas respostas, significa que o modelo de reprivatização já estava definido pelo anterior Governo, o prazo estava definido pelo Memorando com a troica e era imperativo, e o novo Governo, de 21 de julho até 31 de julho, teve de negociar com o BIC dentro dos parâmetros e de acordo com os prazos que já estavam previamente definidos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Acrescento o seguinte, Sr. Deputado: o novo Governo é que teve que apreciar as três propostas em cena, na base que expliquei, ver as que serviam e as que não serviam e negociar com elas. Pelas declarações da Sr.ª Secretária de Estado, julgo que não chegou a negociar com o Montepio, porque o Montepio não podia comprar um banco. As negociações terão sido feitas — terão, não tenho a certeza — connosco e com o NEI.

Portanto, o que se passou é que foi já este Governo, com um concurso que estava em marcha, com uma metodologia do governo anterior, tendo o prazo de 31 de julho, como o Dr. Deputado disse, que apreciou as propostas e tomou decisões sobre essas propostas, negociou na base nas propostas oferecidas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Depois, a partir de 31 de julho, dá-se outro impasse, isto é, foi descrito aqui pelo Sr. Engenheiro, de forma até circunstanciada, um conjunto de avanços e recuos,

designadamente até um desinteresse pela conclusão do negócio, num determinado momento, que depois foi reatado por intervenção direta do Sr. Primeiro-Ministro.

A primeira pergunta que lhe quero fazer a este respeito é quase óbvia, e tenho praticamente a certeza — embora eu não seja muito bom no dom da profecia — que será replicada noutros termos por alguns dos meus colegas: não julga que essa intervenção do Sr. Primeiro-Ministro pode ter acontecido, entre outras razões, pelo facto de o Sr. Engenheiro ter um passado político bastante relevante e, inclusive, já ter sido ministro do principal partido que apoia o Governo e de que o atual Primeiro-ministro é Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, boa questão. Mas gostava de primeiro dizer o seguinte: sou gestor deste banco, que não tem nada a ver com o PSD.

Como é que a história aconteceu? Desculpem mas isto... Eu era administrador do BPI, um grupo privado, quando cometi a asneira de aceitar um convite do Governo PSD/PP para ir para a Caixa, onde fui insultado pelo Governo PSD/PP, o que nunca mais esqueci. Nunca mais esqueci, tome nota disso...

Onde tenho inimigos é no PSD. No PS, não tenho, devo dizer.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Apreciei muito esses seus comentários.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Depois, como administrador do BPI, era o administrador que tinha a seu cargo os Bancos de Fomento em

Angola e Moçambique, do BPI. Eu era o CEO não residente do Banco de Fomento de Angola e do Banco de Fomento de Moçambique – não residente porque ia lá todos os meses mas não vivia lá. E tinha, em Angola, como gestor residente, o Dr. Fernando Teles, que era o administrador residente do Banco de Fomento de Angola, quadro do Grupo BPI.

Acontece que o Dr. Fernando Teles, que fez um grande banco em Angola, o Banco de Fomento de Angola, que revolucionou a banca angolana, foi depois convidado, por dois acionistas relevantes, Américo Amorim e Isabel dos Santos, para fazer o BIC Angola. Fazem o BIC Angola, que, ao fim de 5 anos, é uma história de sucesso e compete com o Banco de Fomento de Angola, e aí eles raciocinaram assim: «agora, precisamos de ter um banco em Lisboa porque estamos a competir com outros bancos que estão ligados a Lisboa». Então, resolveram fazer o BIC Português, e é o Dr. Fernando Teles, de quem eu tinha sido chefe em Angola, porque eu era o CEO, que me veio convidar para formar este banco, em Lisboa.

Portanto, para mim, como gestor profissional, isto é muito gratificante e não tem nada a ver com o PSD como cheguei a este banco.

Depois, devo dizer, com essa história do PSD, Sr. Deputado, as vezes que encontrei o Dr. Passos Coelho. Encontrei o Dr. Passos Coelho naquelas reuniões de economistas, antes das eleições; convidou-me uma vez para almoçar, antes das eleições, e dei-lhe as minhas opiniões sobre a matéria, como convidou outros economistas e outros gestores portugueses; depois de ter ganho as eleições, a única vez que o vi foi quando ele me convocou para ir a S. Bento.

Portanto, não tive nenhuma ligação com o PSD. As pessoas que me conhecem sabem que eu o que fiz como gestor profissional deste banco teria feito com outro governo qualquer, de qualquer partido. Não há aqui nenhuma ligação ao PSD que explique isto, o que há aqui é o facto de eu

estar ao serviço de um grupo bancário que apresentou uma proposta credível, que arrancou em Portugal em maio de 2008 e que em 2011, depois destas dificuldades todas da economia portuguesa, apresenta lucros de 5,1 milhões de euros, com ROE (*Return on Equity*) de 15%.

Portanto, acho que esta era uma proposta credível para o Governo. Ainda por cima, parece que a do NEI não era credível! É isto que se passa! Qual é o meu azar? É ter esse passado, esse passivo ligado ao PSD.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Não é passivo!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, desculpe este desabafo, que é humano.

Quando cheguei ao Governo, já trabalhava na energia e na banca, Sr. Deputado. Não vim para a banca ou para a energia depois de sair do Governo. Eu era gestor quadro antes de ir para o Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, faça favor.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Engenheiro, nessas reuniões que teve e em que participou também o Sr. Primeiro-Ministro, entre outras pessoas que foram já aqui referenciadas, as preocupações fundamentais do Sr. Primeiro-Ministro eram com o destino dos 1700 trabalhadores e com as condições, designadamente do regime contratual, do regime laboral a que estavam sujeitos?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Mira Amaral, faça favor.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, como eu expliquei, qualquer Primeiro-Ministro responsável neste País teria as mesmas preocupações. Tinha ali uma empresa para privatizar ou para liquidar, estão 1700 postos de trabalho em jogo. O que é que qualquer primeiro-ministro – desculpe mas o Eng.ª Sócrates teria feito o mesmo – responsável tentaria? Tentaria vender, em condições minimamente decentes!

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Teve tempo para isso e não o fez.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — E depois, devo dizer, a Comissão Europeia, o Comissário Joaquin Almunia, até veio confortar este Governo quando disse expressamente que, do ponto de vista financeiro, isto foi melhor para o contribuinte do que a liquidação.

Portanto, para mim, se eu fosse primeiro-ministro, teria duas grandes preocupações: o futuro dos trabalhadores e as condições e financeiras, porque obviamente, se eu quisesse salvar o banco mas saísse mais barato para o Tesouro liquidá-lo, teria aqui um conflito de interesses. Qualquer primeiro-ministro quereria salvar os trabalhadores mas, depois, poderia concluir que, do ponto de vista financeiro, saía mais barato para o contribuinte. E gerava o quê? Um conflito de interesses entre o contribuinte e o trabalhador.

Mas felizmente, depois, a própria Comissão Europeia veio confirmar, por motivos óbvios, o que os senhores percebem: poupou-se o despedimento de todos e o pagamento de todos os depósitos. Portanto, foi melhor para o Governo, financeiramente, para o contribuinte, do que a liquidação.

Portanto, percebo que qualquer primeiro-ministro tentasse fazê-lo, mas também lhe digo que, se calhar, o Sr. Primeiro-Ministro, quando me

pediu para lá ir, naquela quarta-feira, e não tinha nada a dar em troca, julgou, talvez um pouco ingenuamente, que com «chá e simpatia» eu cedia.

Isto é humano, é compreensível. Aí talvez possa valer aquela ligação... Mas, se pensou isso, esqueceu que eu era um gestor profissional, estava ali a defender os interesses dos meus acionistas e quem tinha de tratar dos interesses dos contribuintes era o Governo e não eu.

Portanto, para mim, o PSD não tem nada a ver com esta história.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, chamo a sua atenção para que se quer passar a palavra ao Sr. Deputado Afonso Oliveira, falta cerca de um minuto.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Vou terminar, Sr. Presidente.

A conclusão destas suas respostas, se me permite, Sr. Eng.º, e corrigir-me-á se assim não for, é que aquilo que se passou, o desfecho da reprivatização foi bom, em primeiro lugar, para os 1700 trabalhadores; em segundo lugar, para a economia portuguesa, para a banca portuguesa, e também para o BIC.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Mira Amaral, faça favor.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, um negócio só é bom quando é bom quando é bom para ambas as partes e, portanto, também não sejamos ingénuos: se o BIC não achasse minimamente interessante, teve todas as oportunidades para sair. Qual é o racional desta operação? Não é ganhar dinheiro nos próximos anos? É fazer aqui um banco de dimensão nacional que, recuperado e quando a economia estiver recuperada, possa ser um grande banco em Portugal, sendo já um grande banco em Angola.

Qual era o problema que o banco BIC Angola tinha? Repare, Sr. Deputado: quando nós financiamos aqui as exportações portuguesas para Angola como é que, depois, esses pagamentos são feitos? Muitas vezes, o dinheiro é posto no BIC Angola e do BIC Angola vem para o BIC Português, para pagarmos aqueles produtos. O que é que acontecia? Quando não tínhamos rede de agências, o dinheiro entrava no BIC Português mas ia imediatamente para os balcões dos outros bancos, porque não tínhamos nenhuma agência próxima do cliente. Qual é o raciocínio do Dr. Fernando Teles? A partir do momento em que temos uma rede de agências por todo o País, com o BPN, temos a veleidade, quando o dinheiro vem do banco BIC em Angola para o banco BIC Português, que fique dentro do banco BIC Português, porque temos agências em todo o lado para servir os clientes.

O negócio tem esta lógica, este racional. E, como expliquei, fazer uma rede de agências de raiz, era muito difícil. Portanto, temos este racional.

Acho que o negócio foi bom para o contribuinte, foi bom para a economia portuguesa, foi bom para os trabalhadores que ficaram – infelizmente não foi para todos, mas, paciência, é a vida – e, obviamente há um interesse racional do BIC Português nesta matéria.

Entrando no seu «comprimento de onda», qual é o único azar que tenho? É, nesse passado negro, ter feito parte de um Governo do PSD. São logo chamadas à colação as ligações... (*Risos do orador*).

Sr. Deputado, desculpe o lamento! É só uma brincadeira, mas é a única coisa de que me podem acusar. Do que é que me podem acusar mais, nesta matéria?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, queria cumprimentar o Sr. Eng.º Mira Amaral pelas explicações já muito intensas e muito pormenorizadas sobre aquilo que foi o papel do BIC e todo o trabalho desenvolvido pelo BIC e pelo Governo até chegarem a esta conclusão.

Mas, antes de ir às questões que tinha para colocar, do que disse, há aqui uma questão que precisava de um esclarecimento mais profundo.

Disse aqui, a propósito do primeiro concurso que ficou deserto: «fazem concursos para vender o Banco por um preço desajustado e com o valor do Banco negativo». Esta foi a sua afirmação, há bocadinho.

Como é que o Sr. Eng.º Mira Amaral compatibiliza esta sua afirmação, dizendo que o valor do Banco era negativo – a marca era negativa, não tinha valor ou tinha um valor negativo, havia necessidade de reforçar capitais –, com a afirmação que o Dr. Costa Pina fez esta semana, nesta Comissão, dizendo que (as palavras também são dele e acho que não estou errado) «estava surpreendido com o valor de venda do Banco por 40 milhões»?

Gostava que Sr. Eng.º Mira Amaral explicasse bem a sua afirmação, para percebermos qual a diferença nesta matéria.

Já agora, outra questão: alguma vez o BIC, no processo negocial que fez com o Governo, pensou que o Governo tinha outra alternativa que não fosse a liquidação? Pergunto isto não só nesta fase, neste Governo, mas durante todo o período desde que o BIC esteve interessado na compra do Banco até este momento.

Em algum momento sentiu que havia outra alternativa que não fosse a venda do Banco, a privatização ou a liquidação?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Mira Amaral, faça favor.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Já expliquei e tenho aqui as declarações... Bom, já expliquei que fiquei surpreendido como é que um homem que foi Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, que tem obrigação de saber como é que se avalia o valor de um banco ou de uma empresa, pode achar que esse valor de 180 milhões de euros é um valor aceitável e depois do facto de não ter havido ninguém que pegasse naquele produto por 180 milhões de euros acha que aquele valor é válido.

Isto para mim... não consigo perceber isto! Por isso é que digo que o então Ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, devia estar muito mal acompanhado pelos seus secretários de Estado.

Um homem que é Secretário de Estado do Tesouro e Finanças diz uma coisa destas? É incompreensível! Eu chumbava-o, como meu aluno, na faculdade!

Então, se um tipo quer vender um produto por 180 milhões de euros e ninguém compra é porque o produto não vale! E, depois... nós fomos também fazer as contas, fomos avaliar o Banco. Fizemos o *business core*, já expliquei, e chegámos à conclusão que, só para atingir o *break even*, não era para ganhar dinheiro, precisávamos de injetar 1000 milhões de euros. Já disse isso nas televisões várias vezes, tenho repetido isto à exaustão.

Portanto, quando expliquei isto aos meus acionistas, os meus acionistas, o Sr. Américo Amorim, perguntou-me assim: «Ó Mira Amaral, o que é que você recomenda?» Disse eu: «que vocês tenham juízo!»

O facto de não aparecer ninguém e depois dos cálculos que eu fiz – e penso que o Montepio também fez, temos todos o mesmo *software*, os métodos de análise são os mesmos –, como é que este senhor, depois disto tudo, consegue vir dizer isto?! Fico espantado! Isto para mim... Confesso que tinha melhor imagem deste senhor do que aquela com que fiquei.

Acho isto espantoso. É um senhor que não reconhece as evidências, porque este senhor, no fundo, é que foi responsável por este processo. Este

senhor não tem consciência do que é que andou a fazer ou dos factos?! O concurso ficou deserto, ninguém pegou no produto!

O concurso ficou deserto, fizemos as contas e custava 1000 milhões de euros a recuperação. Qual era, então, a conclusão óbvia? O valor era muito negativo! 960 milhões de euros! Alguém se enganou nestas contas, Sr. Deputado. Para mim, é óbvio!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Afonso Oliveira, faça favor.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, fica muito claro. Ainda bem que reforçou a explicação porque fica muito claro...

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Outra coisa que o Sr. Deputado perguntou, já agora, foi se havia outros. Confesso que julguei que ia haver outros interessados.

Recebi no meu gabinete dois bancos brasileiros – não vou dizer os nomes – interessados em irem sozinhos ou em parceria comigo. Nos jornais, vi o presidente da Caixa Geral de Depósitos, no Brasil, a dizer que havia interessados brasileiros na matéria e julguei que iam aparecer outros. Sabe qual é a minha conclusão? É que o tremendo risco do País que existe dissuadiu investidores estrangeiros de virem a Portugal para este processo. Em Portugal não havia capital para tomar conta.

O que é que aconteceu? Com sorte, ou não, havia um grupo luso-angolano que já tinha um banco em Portugal e estava interessado em ter banco a retalho, que tem músculo financeiro e capitais suficientes, com o que ganha em Angola, para tomar o risco de Portugal nesta «fase do campeonato». Foi isto que aconteceu com o BIC Português.

Este é o facto que explica porque é que, afinal, ficámos só nós. Devo dizer que, em condições normais, era perfeitamente lógico que tivessem

vindo outros bancos estrangeiros ao processo. Mas o senhor repare: um banco em tremendas dificuldades, um País com um risco tremendo, com a economia a fundar-se. O senhor acha que um banco europeu, colocado no mercado de capitais, está disponível para vir para um país com um mercado marginal e periférico «levar pancada» três ou quatro anos?

Isto explica porque é que não apareceu mais ninguém! É o meu raciocínio nesta matéria, como economista. Fi-lo *a posteriori* mas, sinceramente, à partida, julguei que houvesse mais concorrentes. Donde o Dr. Fernando Teles, nesta sala, ter dito que se tivesse havido mais, encantados, não ficávamos a preocupados. Sabe porque? Porque eu tinha outra estratégia. Sabe qual era? Pegava no banco BIC Português, fazia mais meia dúzia de agências, desenvolvia os canais eletrónicos, seguindo o modelo de outros bancos mais pequenos com canais eletrónicos, e ia-me continuando a governar tranquilamente. Depois, ficava à espera de comprar outro banco português que não tivesse os problemas do BPN, que íamos comprar.

Tínhamos estratégias alternativas. Era fácil, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Afonso Oliveira, faça favor.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): - Sr. Engenheiro, penso que fica muito claro, com a sua resposta fica claríssimo, porque ela responde a afirmações feitas por alguém que teve responsabilidades durante todo o período em que Banco esteve nacionalizado e esteve sem uma solução, que teve oportunidade de uma solução e, depois de a solução ter sido criada, vem dizer-se que é possível reestruturar e vender mais tarde. Enfim, as afirmações ficam com quem as faz.

Já que falou nesta questão, e antes de ir às questões dos trabalhadores, que também gostava de colocar aqui, e que falou também na

questão do Banco e da perspectiva do Banco, a pergunta que lhe faço é esta: qual é a expectativa que o Banco tem, para o futuro, em relação ao mercado português, às empresas portuguesas, às PME, dado que o Banco está capitalizado — é um banco pequeno, mas capitalizado — e tem uma relação com Angola que é conhecida?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, primeiro, antes de lhe responder, quero dizer que já fui aqui claro sobre o apreço e a consideração que tenho pelo Prof. Teixeira dos Santos. As declarações responsáveis que ele fez nesta sala e que vi nos jornais nada têm de partidário. Estou a fazer juízo sobre pessoas e não sobre o facto de as pessoas estarem ao serviço do partido *A, B* ou *C*.

O juízo que fiz sobre este senhor, na sequência da sua pergunta, é sobre pessoas. Já mostrei aqui a minha consideração e apreço pelo comportamento responsável que vi nos jornais e que o Sr. ex-Ministro das Finanças aqui teve.

Sobre a nossa estratégia, nós, no BIC Português, éramos banco de empresas, éramos banco correspondente de bancos angolanos e tínhamos um negócio de *private banking*.

Como banco de empresas, o que estávamos a fazer? A financiar um conjunto de empresas, algumas das quais não estão ligadas a Angola. E, como compreende, quais são as empresas que, neste momento, são agradáveis à banca portuguesa? Não são empresas que estejam só no mercado doméstico, oferecem alto risco. As empresas agradáveis são as que exportam e, se há algum facto positivo, neste momento, na economia portuguesa, que me parece que não se deve ao Governo mas ao mérito dos empresários, são as *performances* do setor exportador e, geralmente, dos

setores tradicionais. O senhor sabe o conjunto de empresas de calçado que estão com *performances* espetaculares?! No calçado, que era aquilo que alguns diziam — uns teóricos da política industrial — que era para fechar!... No vestuário... Portanto, quero coisas dessas! E já tinha algumas no BIC Português e tinha outras...

O senhor sabe quem é que está a financiar, em Portugal, as empresas de construção civil portuguesas que estão em Angola? É o Banco BIC Angola e eu sou apenas um intermediário. Como é que elas funcionam? Elas têm ativos em Angola, dão garantias ao BIC Angola, o BIC Angola dá-me garantia à mim e eu, daqui, financio essas empresas. O senhor tem um conjunto de empresas de construção civil que estão a funcionar em Angola, e bem, e com a operação em Angola elas conseguem dar garantias ao BIC Angola que permitem que eu as financie aqui.

Portanto, esta ligação que temos, que não é só do BIC Português, porque o BPI e o BFA também fazem o mesmo, permite-nos aguentar aqui uma solução muito difícil em algumas empresas de construção civil.

Em empresas exportadoras, e não só para Angola, mas para países europeus de setores tradicionais, já fazíamos isso no BIC Português, com a *nuance* que lhe expliquei: depósitos só tínhamos 110 milhões de euros, tínhamos crédito de 260 milhões, o resto vinha do BIC Angola. A partir do momento em que temos acesso a um *funding* muito maior da base de retalho do BPN, o Sr. Deputado percebe que tenho a veleidade e ambição de reforçar a aposta nas empresas exportadoras portuguesas. Posso fazê-lo, porque estou capitalizado, tenho liquidez para poder financiar boas empresas exportadoras.

O senhor sabe que, quando comecei com o BIC Português, fui a algumas empresas e diziam: «Não, só discuto consigo a partir de 5 milhões de euros». Não queriam falar comigo. Há um ano atrás, quaisquer 500 000 € já lhes serviam. O senhor veja a dificuldade que elas tinham. Portanto, a

partir de agora, com o reforço da base de retalho do BPN, tenho uma possibilidade de reforçar... E posso dizer que, neste momento, depois de tomarmos conta do BPN, os depósitos já aumentaram. Já estamos a ter um aumento de depósitos, o que mostra o reforço da confiança no Banco.

Portanto, PME exportadoras... Não vou fazer crédito ao consumo ou à habitação massificado. Vou ser seletivo. Suponha que há um bom cliente que lá chega e que quer crédito à habitação, este, dou, porque faço o *cross-selling*, porque ele tem mais produtos; agora, se for uma pessoa com dificuldades de pagamento, não vou fazer crédito à habitação, como compreenderá, nem os outros bancos fazem. Portanto, a minha aposta de crédito são as PME exportadoras com um bom perfil. O que é que isto significa? Significa que as exportações não são só para os países europeus, são também para Angola.

Sr. Deputado, não sei se tem consciência, mas é importante que os Srs. Deputados tenham consciência disto, porque eu também não a tinha, só a tenho agora, depois de chegar ao BIC, do fluxo de pagamentos de Angola para Portugal. Sabe de quê? Empresas portuguesas de bebidas, alimentação, agroindústria, materiais de construção, pavimentos e revestimentos, metalomecânica ligeira — é o conjunto de empresas portuguesas que está a vender e a exportar para Angola. Depois, temos o retorno dos pagamentos do BIC Angola ao BIC Português para lhes pagar a elas. Como expliquei, nestes casos, estamos a atuar como banco correspondente. A atuar como banco correspondente, o que é que vai acontecer? Com a rede de retalho que tenho agora, o dinheiro pode ficar no BIC Português, quando, antes, passava logo para os outros bancos.

Depois, tendo eu já um negócio de *private banking*... O que é que tem o meu negócio de *private banking*? Tem clientes portugueses e clientes angolanos. Portanto, vou continuar com este negócio.

A partir deste momento, reforço a banca de empresas, a banca de retalho reforço-a na captação de depósitos e não para fazer, ativamente, crédito ao consumo ou crédito à habitação, porque a situação do País não o permite, vou continuar a reforçar a aposta de banco correspondente... O Sr. Deputado já reparou que, agora, com a rede de retalho que tenho, posso chegar aos outros bancos angolanos, que ainda não trabalham comigo, como o BPC ou o Sol, e dizer-lhes: «Meus amigos, tenho uma banca de retalho, em Portugal, por todo o País, pelo que os senhores podem trabalhar connosco em Portugal». Portanto, reforço a minha atividade de banco correspondente e tenho um negócio de *private*.

Se o Sr. Deputado me perguntar se vou pôr o BPN a ganhar dinheiro no 1.º ou 2.º ano, não vou, mas espero que, recuperado o Banco, os meus acionistas, daqui a uns anos, tenham um bom banco em Portugal e, portanto,... Eles não fizeram isto para serem agradáveis ao Governo, não é isso que... Acho que há aqui perspectivas interessantes para os dois lados, aliás, o negócio só é bom se for bom para ambos os lados.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar-lhe a palavra, Sr. Deputado Afonso Oliveira, mas peço-lhe que tente ser o mais rigoroso possível no que diz respeito aos 10 minutos, porque estamos quase com duas horas de audiência e os outros grupos parlamentares ainda não tiveram oportunidade de falar. Portanto, estamos mais ou menos a atingir os 10 minutos do PSD, pelo que, se pudesse...

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Muito bem, Sr. Presidente, vou ser rápido.

Sr. Engenheiro, ficou muito clara, também, a importância que tem para a economia portuguesa essa vantagem competitiva que acabou de

referenciar em relação à postura do Banco no mercado português, mas não tenho tempo para explorar essa questão.

Uma outra questão muito importante, de forma breve: disse aqui, hoje, a importância que teve, na fase de reinício das negociações com o BIC, a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro e dos trabalhadores do Banco. Esta questão parece-me fundamental e é uma referência muito interessante que ainda não tinha ouvido. Percebi, percebemos todos, que foi muito importante a participação dos trabalhadores e, portanto, dos sindicatos, para chegarem a um acordo que fosse possível. Portanto, a compra que o Banco BIC fez do BPN, fê-la também pelos trabalhadores e pela intervenção que tiveram nesse processo.

Pergunto-lhe: o acordo prevê 750 trabalhadores no mínimo, já foi referenciado aqui, pelo Dr. Fernando Teles, que o BIC teria, neste momento, 1100 trabalhadores do BPN... Que expectativa tem em relação aos trabalhadores? Da Parvalorem, não espero que diga um número exato, mas quantos espera absorver e quantas sucursais pretende abrir? Não lhe pergunto quantas pretende fechar, porque o valor líquido é que é importante.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, começo por lhe dizer que fui cabeça de lista e dirigente do Sindicato dos Engenheiros da Região Sul, fiz parte de uma comissão de trabalhadores da EDP antes de chegar à gestão, ao outro lado. Portanto, não sou de esquerda, como todos sabem, mas tenho alguma sensibilidade social e compreendo as preocupações dos trabalhadores. E devo dizer que qualquer empresa ou banco só funciona se tiver trabalhadores motivados. Não vale a pena estarmos aqui com

fantasias: o banco só funciona se tiver clientes depositantes e trabalhadores. A gente não compra um banco sem trabalhadores.

Portanto, o que registei aqui, com muito agrado, foi o realismo dos trabalhadores, que perceberam que, com a liquidação, perdiam-se 1600 postos de trabalho ou, com a viabilização do Banco, teríamos mais 750 postos de trabalho, como vamos ter.

Depois, devo dizer-lhe que tenho tido reuniões muito construtivas com a comissão de trabalhadores, em que eles me vêm colocar os problemas e até me têm vindo a chamar a atenção para deficiências das áreas comerciais, de falta de rapidez de execução de decisão. Têm sido muito úteis, até para a gestão do Banco, as reuniões com as comissões de trabalhadores. Com os sindicatos, temos tido uma relação bastante cordial, de negociação franca e aberta, que pretendemos manter.

Temos sempre a porta aberta para eles e devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que é fácil fazer as contas. Como lhe disse, nos serviços centrais, neste momento, e já não posso dar mais expectativas, depois de 1 de abril, já fomos buscar mais alguns trabalhadores à Parvalorem. Portanto, já recuperámos mais alguns trabalhadores da Parvalorem. Porquê? Porque tínhamos subdimensionado, à partida — confesso —, porque isto não é certo, e já fomos buscar mais alguns... Em todo o caso, aqui, não posso dar uma notícia agradável, pois devo dizer que o processo de recrutamento da Parvalorem, excetuando um ou outro, está quase terminado. Portanto, não posso criar expectativas nos trabalhadores da Parvalorem, de ir lá buscar mais trabalhadores.

Agora, têm as agências e os centros de empresa... O que posso dizer é que temos de fazer uma análise, neste momento, do seguinte modo: boa *performance*, moderada, fraca e muito fraca; atratividade económica do concelho; número de balcões do BPN e dos outros bancos no concelho. Com base nestes parâmetros, vamos decidir quais as agências e centros de

empresa com que vamos ficar. Não posso dizer o número, porque o processo tem de estar terminado, mas, para mim, é óbvio que vamos ficar com mais de 160 e, portanto, se ficamos com mais de 160 e já temos 230 trabalhadores nos serviços centrais, pelas contas que disse, há pouco, para mim, é óbvio — não é preciso ser muito sofisticado para o perceber — que vamos ter mais de 750 trabalhadores e, portanto, nem precisamos de respeitar o compromisso dos 750. Naturalmente, por interesse nosso, porque precisamos de trabalhadores, vamos ter mais.

Agora, infelizmente, não posso dizer que ficamos com todos, porque o Banco foi dimensionado para um volume de negócios que, hoje em dia, não temos. É o que posso dizer neste momento. Não posso dizer o número final de trabalhadores com que vamos ficar. Porquê? Porque não sei ainda o número de agências e centros de empresa com que vou ficar até ao fim do ano. É tão simples como isto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mira Amaral, uma outra questão tem a ver com o volume de depósitos do BPN, ou seja, desde que foi adquirido pelo Banco BIC, cresceu 50 milhões de euros, e isto já foi aqui referenciado pelo Sr. Engenheiro e pelo Dr. Fernando Teles, quando cá esteve, esta semana.

Pergunto-lhe: como é que explica que, após a aquisição do BPN, pelo Banco BIC, os depósitos cresçam? Durante dois anos, dois anos e meio, os depósitos caíram dois terços, em relação ao que existia inicialmente — e uma das razões que o Governo anterior avançou para a sua nacionalização foi a descida dos depósitos, quando eles não desceram, desceram só após a nacionalização —, pelo que gostava que explicasse isto, para percebermos também qual foi a lógica comercial que esteve em causa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, essa é uma boa questão.

Devo dizer que, no dia da nacionalização, havia duas teses em confronto: a do Dr. Miguel Cadilhe, a dizer «Emprestem-me 600 milhões de euros e eu viabilizo o Banco», e a do Governo, com o Prof. Teixeira dos Santos e o Governador do Banco de Portugal a dizerem «Isto não resolve a situação» — foi o que vi nos jornais — «Temos de intervencionar o Banco, em nome do risco sistémico». Devo dizer que até percebi o problema. Não sei se fizeram bem ou não, mas percebo a lógica. Porquê? O senhor repare que, nessa altura, estava a haver, não só na banca portuguesa mas também na banca europeia, na sequência da crise financeira, um risco tremendo de que houvesse uma corrida aos depósitos. Por isso, não sei se se lembra, houve um Conselho Europeu, em Paris, presidido pelo Presidente Sarkozy, em que todos os Governos europeus decidiram: «Nós garantimos os depósitos». Foi uma excelente... Não gastaram um tostão, mas deram confiança ao sistema.

Portanto, num contexto em que se dizia, em Portugal, que se estava com uma ameaça de fuga aos depósitos nos bancos privados para irem para a Caixa Geral de Depósitos, até percebo que o Governo, confrontado com a situação, e não acreditando na proposta do Dr. Miguel Cadilhe — e não estou a dizer se tinha ou não razão —, tivesse de nacionalizar naquele dia, para estabilizar a situação. Até percebo! Não estou a dizer se fizeram bem ou mal, mas até consigo perceber.

O que é que acontece depois? O erro, a meu ver, é que deveriam ter chamado, imediatamente, um banco privado. Devo dizer que, quando se passam dois ou três anos nesta situação... Acho que a resiliência do BPN, em termos de depósitos, até foi notável. Esperava que saíssem de lá muito

mais depositantes, porque um banco gerido em situação transitória, sem se saber o que era o dia de amanhã, gerido transitoriamente por uns tipos que são da Caixa... Acho que foi uma resiliência notável.

O que é que nos aconteceu agora? Os depositantes, os clientes perceberam que, agora, têm uma situação estável, com acionistas fortes, credíveis, que já mostraram que têm competência a gerir bancos em Angola e em Portugal, com todas as condições de começarem a crescer.

O que é que nos aconteceu? Talvez o Dr. Fernando Teles não tenha dito isso, mas o que é que aconteceu? Saíram alguns depósitos dos institucionais, das empresas ligadas ao BPN que estavam no Banco... Esses saíram, porque, obviamente, deixaram de fazer parte do grupo BPN, mas o que ele definiu foi que, na base de depositantes de retalho, que é aquela que me interessa e que me ocupa, houve já reforço... E sabe o que é que está a acontecer neste momento? Há pessoas que chegam ao Banco e dizem assim: «quero o livro de cheques BIC». Como nós ainda não podemos dar, no BPN, porque ainda não fizemos a fusão jurídica, eles dizem: «Então, não levo. Fico à espera que me dê o livro de cheques BIC». Há clientes que já não querem cartões e cheques BPN... Isto, para nós, é positivo, mostra que a marca BIC vai dar-lhes uma confiança que não tinham.

Sr. Deputado, para terminar, quero dizer-lhe que, apesar de todas as vicissitudes, apesar de tudo, a permanência dos depositantes no BPN, durante toda esta fase, foi notável e a resistência física e psíquica dos trabalhadores também foi um caso espantoso. Qual foi o receio que tivemos, e daí as famosas linhas de crédito de papel comercial que já foram aqui faladas? Tivemos receio de que, no dia em que tomássemos conta do BPN, viessem com aquela conversa «Lá vêm uns tipos que não percebem nada disto e tomam conta disto» e os depositantes se assustassem. Por isso, pedimos aquelas linhas, que eram linhas de liquidez. Se os depósitos baixassem, tínhamos de ir buscar liquidez à Caixa ou ao... Felizmente, não

aconteceu e, portanto, acho que nem vão ser utilizadas, porque a base de depósitos está a subir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, agradeço muito a sua explicação, porque, ainda por cima, há aqui colegas que não percebem este tipo de questões e a explicação que deu é muito interessante. Pelos comentários, percebe-se que não percebem, e ainda bem que explicou, porque o que está aqui em causa e a razão de ser da minha pergunta...

Protestos da Deputada do PS Ana Catarina Mendonça.

Sr.^a Deputada, já lá vamos.

Como eu estava a dizer, o que está aqui em causa é perceber (e é importante para esta Comissão todos percebermos) por que é que no período em que o Banco esteve nacionalizado (se o Estado estava a garantir não havia risco, digamos assim) descem os depósitos? É quase incompreensível! Eu compreendo, todos compreendemos, mas há pessoas que não compreendem e ainda bem que explicou.

Protestos do PS.

Srs. Deputados, se quiserem, na segunda ronda, podemos voltar ao assunto.

Uma última questão, para terminar, Sr. Presidente, tem a ver com a supervisão. Gostava que o Sr. Eng.^o explicasse ou desse a sua opinião sobre o trabalho de supervisão do Banco de Portugal nas duas fases, antes com o Dr. Vítor Constâncio e depois com o Dr. Carlos Costa. A pergunta tem uma

razão de ser: o Sr. Dr. Carlos Costa, nesta Comissão, disse que quando entrou para o Banco de Portugal, e já se estava a desenvolver trabalho em todo este processo, introduziu, e está a introduzir, alterações à supervisão. Isto significa o quê na sua opinião? O que é que pode ser feito de diferente ao nível da supervisão do Banco de Portugal?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, eu tenho a maior consideração pelo Dr. Carlos Costa, que trabalhou comigo na Caixa Geral de Depósitos, pois foi vogal na minha Comissão Executiva na Caixa Geral de Depósitos, e, infelizmente, não pude trabalhar mais tempo com ele por culpa do Governo PSD/PP na altura, como sabe...

Risos do PSD.

Tenho o maior apreço pelo Dr. Carlos Costa. Ele está a fazer uma coisa que tem mérito, mas relativizemos a questão: todos os supervisores europeus e americanos estão a aprender com a crise financeira. Se o Sr. Deputado me perguntar se vão fazer uma supervisão que evite a próxima crise financeira, digo-lhe que não vão.

Eu escrevi o livro *E depois da crise?*, no qual explico toda a trajetória da supervisão bancária e financeira ao longo dos últimos anos. O que eles estão a tentar fazer é corrigir os erros do modelo anterior, de todos e deste também. Devo dizer que, em todo o caso, a minha apreciação do Banco de Portugal antes da época Carlos Costa é muito simples: acho que o Banco de Portugal não interiorizou que já não era um banco central do escudo, que era um elemento do sistema europeu dos bancos centrais da zona euro.

Portanto, a minha visão do problema é que o Banco de Portugal, quando tinha o escudo, fazia política monetária e era gabinete de estudos da economia portuguesa; depois de entrarmos no euro, o Banco de Portugal passou a fazer parte do sistema europeu dos bancos centrais e, por isso, o que tinha de fazer em Portugal era a supervisão. E quando eu li, nos jornais, que o Banco de Portugal tinha 1700 pessoas e destas só 70 estavam na supervisão, que era o seu «negócio» principal, achei que qualquer coisa não batia certo. Porquê? Porque o Banco de Portugal, a meu ver, não tinha interiorizado que a grande função do velho banco central nacional depois de entrarmos no euro já não era fazer política monetária ou estudos sobre política macroeconómica mas, sim, supervisão. E, Sr. Deputado, isto de supervisão é um bocadinho chato, é aborrecido! É preciso meter as mãos na massa! Sei do que falo! Isto de trabalhar é cansativo!... Mas é isto que é preciso fazer.

Portanto, o Banco de Portugal, com o Dr. Carlos Costa, está neste momento a ajustar-se por duas razões: primeiro, porque toda a supervisão europeia e americana está a ajustar-se, e ele — e bem! — está a seguir esta tendência; segundo, ele está a interiorizar as necessidades que tem de supervisão, que é a principal atividade do Banco de Portugal neste momento. E, portanto, está a fazer um trabalho muito útil, a meu ver, nesta perspetiva.

Se o Sr. Deputado me perguntar: qual é o modelo perfeito. Não há nenhum modelo perfeito! Com isto vão evitar-se as próximas crises? Vai evitar-se algum problema num banco? Não, Srs. Deputados! Não tenhamos ilusões! O sistema financeiro é inerentemente instável e é por isso mesmo que há, na economia de mercado, as chamadas «falhas de mercado», que obrigam a intervenção pública de regulação e supervisão. Eu ensino isto aos meus alunos. É assim que isto funciona. Eu sou liberal, mas não sou da mão invisível fundamentalista.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mira Amaral, começo por cumprimentá-lo em nome do CDS-PP.

O Sr. Eng.º Mira Amaral começou por dizer que não queria falar na nacionalização, que este era um problema antigo e ultrapassado, não queria estar a explorar muito o tema da opção pela nacionalização.

No entanto, sobre a nacionalização, sobre o tempo em que o BPN esteve sob a gestão da Caixa Geral de Depósitos, logo a seguir — e isto já aqui foi provado, tanto nesta Comissão como na outra —, foi afirmado por diversas vezes que se começou a pensar na reprivatização do BPN logo depois da sua nacionalização, ou seja, no final de 2008. No entanto, só em agosto de 2010, é que de facto foi lançado o concurso.

Tendo em conta a sua experiência, como gestor, como administrador, como político, como tudo, pergunto: como é que o Sr. Eng.º qualifica isto? Por que é que isto aconteceu? Por que é que se demorou todo este tempo? Qual é a razão que está por detrás disto, no seu entender?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Penso que é uma boa questão e agora vou dizer uma coisa que os Srs. Deputados da esquerda não vão gostar, certamente.

O que é que eu acho que se passou aqui? Que tivemos o azar de ter um banco público. Se não tivéssemos um banco público sob a tutela do Governo, não tínhamos tido a veleidade de intervencionar o BPN e de o encostar a um banco público. Tínhamos logo feito como o governo inglês

trabalhista de Gordon Brown fez: como lá não tinham uma Caixa Geral de Depósitos, percebeu logo que o que tinha de fazer era chamar os outros privados e perguntar «quem toma conta da ocorrência?».

Foi um efeito perverso termos em Portugal um banco público. Foi a ilusão de que, tendo um banco público, este iria resolver o problema, pois o instrumento que o Governo tinha à mão era o banco público.

Sr.^a Deputada, independentemente de outras considerações que não posso dizer, porque não estou no processo, a minha observação, como economista e com sensibilidade política, é a de que houve aqui um efeito perverso, o de haver um banco público, e a tentação dos governos (já lá andei e sei do que é que a casa gasta) é a de que «temos aqui um instrumento público, pomos este instrumento a resolver o problema».

Moral da história: se não tivéssemos um banco público, o Governo teria chamado logo os banco privados e, se calhar, como eu já disse, teria sido o Montepio a tomar conta do BPN.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mira Amaral, em agosto de 2010, o concurso é aberto, o prazo limite para a apresentação das propostas foi até 30 de Setembro e, como já aqui foi referido variadíssimas vezes, o concurso ficou vazio, ficou deserto, tendo o prazo sido prorrogado até 30 de Novembro de 2010.

Ora, segundo o Prof. Pinto Furtado, foi a primeira vez, em 22 anos, que aconteceu um concurso para reprivatização ficar deserto. Ora, tendo em conta tudo isto, volto a perguntar: o que é que motivou esta opção de prorrogar o prazo e de não perceber imediatamente que, como o Sr. Eng.º disse, certamente eram precisos 1000 milhões de euros para pôr o Banco a

«flutuar», e estou a usar palavras suas, e que os 180 milhões de euros pedidos naquela altura nunca seriam concretizáveis? O que é que motivou esta prorrogação? Foram só incompetências, digo eu agora? O que é que acha que levou a que houvesse este adiamento, esta prorrogação, que não faz sentido racional?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Essa é uma boa questão, Sr.^a Deputada. Eu também, mais uma vez, porque não estava no centro dos processos de decisão, não posso responder-lhe, dou-lhe é a minha visão do exterior. Na minha visão do exterior, o que é que aconteceu? Quando o Governo percebeu que não tinha ninguém em jogo, teve duas leituras: prorrogar o prazo para arranjar algum «pato» que fosse a jogo (peço desculpa pela franqueza) pelas razões que já expliquei; ou fez aquilo que às vezes também fazem: não querem assumir imediatamente e fazem manobras dilatórias para chutar para a frente. Só há duas interpretações.

Devo dizer que, nessa fase, houve jornalistas que me telefonaram a perguntar e eu comecei a rir-me e até fiz este comentário, pedindo para não me citarem: «mas, então, estes governos julgam que engam alguém com este processo de dilatar o prazo?! Se isto não dá, porque o preço é desajustado, o valor é negativo... Eu precisava de meter aqui 1000 milhões de euros... Isto não é vendável! Pensam que é por alargar o prazo que vão resolver algum problema?!» Portanto, só vejo duas explicações: houve a ingenuidade de que ainda apanhavam algum «pato» neste processo ou não quiseram — e eu também já estive no Governo e sei que todos fazemos, é humano! — assumir no momento o fracasso e chutaram para a frente. Sr.^a Deputada, todos os governos fazem isto e eu também fiz. Humildemente, devo dizer que, às vezes, fiz isto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Sr. Eng.^o Mira Amaral também disse na sua intervenção final que o Governo assumiu o seu falhanço e liga isso a uma reunião que teve na Caixa Geral de Depósitos com o Dr. Francisco Bandeira, que é chamado...

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: — Isso foi posterior.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Já estou a referir-me ao momento em que o Governo optou por fechar o concurso para optar por outra solução e em que o Sr. Eng.^o é chamado à Caixa Geral de Depósitos para falar com o Dr. Francisco Bandeira, numa lógica de saber se ainda estavam interessados. Peço-lhe que nos explique melhor essa reunião. O que é que o Dr. Francisco Bandeira lhe pediu? O que é que ficou de facto acordado e como é que tudo isto correu?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.^o Mira Amaral.

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: — Sr.^a Deputada, primeiro tenho de explicar que quer eu quer o Dr. Fernando Teles já conhecemos o Dr. Francisco há muito anos. Fomos colegas no Banco de Fomento, eu e o Dr. Francisco Bandeira, o Dr. Fernando Teles e ele tinham sido colegas já depois no BPI. Portanto, já nos conhecíamos os três. Com o conhecimento que tínhamos da vida profissional, a Sr.^a Deputada percebe como era fácil o Dr. Francisco Bandeira chamar-me ao gabinete dele ou como era fácil eu pedir uma reunião ao Dr. Francisco Bandeira para tentar perceber o

processo de privatização. E, confesso, não me lembro, neste momento — não me lembro! —, se foi ele que me chamou ou se fomos nós que pedimos a reunião. Neste momento, já não lhe sei dizer.

Ele sabia que estávamos interessados, e, portanto, como é natural, estando nós interessados, tinha pedido à minha secretária para falar com a secretária dele para ver se nos recebia lá ou se ele tinha dito «recebo no dia X» e foi isto o que se passou.

Houve a reunião, não sei dizer-lhe neste momento quem é que convidou, mas penso que isto não é relevante para a matéria. Foi uma conversa de colegas, franca e aberta, onde ele disse «a gente já percebeu que isto assim não vai lá. É evidente que a decisão do Governo é vender», também o Governo anterior já achava que eram melhor vender do que liquidar. Ele nunca me falou na integração na Caixa, portanto, para mim, é adquirido que o Prof. Teixeira dos Santos nunca quis a integração na Caixa, se não o Dr. Francisco Bandeira, com o à-vontade que tinha comigo, ter-me-ia dito, mas não revelou.

«Ó Mira Amaral, vocês estão interessados... querem vir novamente ao processo?», ele aqui já estava na fase mais cauteloso, andava a sondar-nos para ver se havia interessados para não fazer outro... Já estava na fase escaldada! E eu disse «Sim, senhor! Penso que podemos ir, mas desde que a gente escolha o que quer. Vou fazer-vos uma proposta...» e eu até lhes disse «se vocês fizerem isto para todos, isto é transparente. Cada um propõe o que quer, vocês escolhem, decidem! Não tem a rigidez do formalismo do concurso público, que já tinha dado mal. Faz-se isto». Portanto, este processo estava em marcha quando chegou o novo Governo. O processo foi lançado no Governo anterior.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º, já no início de 2011 o Ministro Teixeira dos Santos anunciou não tanto a reprivatização mas a refundação do BPN, que consistiria numa mudança da marca do Banco, com uma nova imagem, uma nova administração e até punha a hipótese de uma administração distinta da Caixa. Daí a minha pergunta.

Quer dizer, não há nenhuma indicação, não temos nenhum registo... Ou seja, pergunto: o Sr. Eng.º teve mais contactos com alguém do Governo? Houve alguns formalismos depois disto, porque temos aqui dois...? Quando é que se dá o novo contacto? É só na altura da troica, em Maio, quando tudo isso se passa?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr.^a Deputada, o que eu percebo deste processo, e também já estive do outro lado, é que havia duas tendências no seio do Governo. Eu acho que o Prof. Teixeira dos Santos queria reprivatizar, mas estou convencido de que havia quem quisesse refundar o BPN — aliás, o Sr. Deputado Basílio Horta defende esta perspetiva, com a qual não concordo, apesar da amizade que tenho por si —, em termos de banco de apoio à internacionalização e exportação.

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Porque é que eu não concordo? Porque arranjar especializações destas num banco não é de um dia para o

outro. Isto não se faz! Competências para estas áreas não se fazem assim... e andou!

Por outro lado, devo dizer-lhe que se o Estado queria um instrumento para fazer isto já tinha a Caixa Geral de Depósitos, que, infelizmente, não estava a fazer o que deveria fazer um banco público.

Sr. Deputado, sabe o que eu concluí quando cheguei à Caixa? E não vou discutir aqui se a Caixa deveria ser um banco público ou um banco privado, mas há uma coisa que não aceito: ter um banco público — e era o que a Caixa fazia quando eu lá cheguei — que não gere as linhas de créditos dos sistemas de garantia mútua, os PME Investe, que eu criei no PEDIP II, no tempo em que estive no Governo. Fui que criei os sistemas de garantia mútua que agora têm sido muito úteis aos governos com as linhas PME.

Então, o banco público não geria linhas de crédito destas e eram os bancos privados que andavam a geri-las!? Isto é espantoso! Isto é para concluir o quê? Que o Governo não precisava do BPN refundado para fazer o apoio à internacionalização e exportação. O Governo tinha duas soluções: uma era dar esse papel à Caixa Geral de Depósitos com apoios públicos (devo dizer que a Direcção-Geral da Concorrência podia não aceitar); outra, era o Governo, com o dinheiro do contribuinte ou com fundos comunitários (o que conseguisse), criar instrumentos que todos os bancos privados tivessem para fazer isso, como têm as linhas PME Investe e outras.

Portanto, isto é para dizer que não concordo com esta visão de refundar o BPN para isto. Porquê? Porque se há um banco público para o fazer, ponham a Caixa a fazer o que devia como banco público.

Segundo, porque não é de um dia para o outro que o BPN tinha tido esta competência para esta área. E terceiro porque, na minha lógica liberal, o Governo que crie os instrumentos e ponha-os ao dispor da banca privada.

E devo dizer: neste momento, no BIC, sabe o que é que eu fiz com o BPN? É que não é o BPN que tem competências nestas áreas, é o BIC, que já tinha da fase de ligação a Angola nestes quatro anos.

Portanto, é a minha gente do BIC integrado com o BPN que está a desenvolver essa vertente internacional de exportação, porque o BPN não as tinha.

Isto é para lhe dizer que percebo o interesse que o Dr. Basílio Horta, na altura, como presidente do AICEP, tinha num instrumento desses (até o percebo nas funções que tinha), mas acho que o BPN nunca iria conseguir fazer isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.^o Mira Amaral, também lhe tinha perguntado quais foram os contactos que manteve, depois dessa reunião, com o Dr. Francisco Bandeira, se foi só até maio ou se teve novos contactos e fez novas propostas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.^o Mira Amaral.

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, nunca mais tive contactos com o Dr. Francisco Bandeira. Teve o meu CFO, encarregue de tratar do processo, contactos com a CaixaBI para implementar o processo de privatização decidido pelo Governo.

Nunca mais tive contactos com o Dr. Francisco Bandeira. Foi o meu CFO que passou a interagir com a CaixaBI, que foi o intermediário financeiro do Governo para esta matéria. E, depois, só voltei a ter contactos

com o Governo quando negociei com o Sr. Secretário de Estado (já neste Governo).

Portanto, não tive mais contactos. E, na altura, nem tive contactos com o Governo, foi com o Dr. Francisco Bandeira.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.^o Mira Amaral, então, diga-me uma coisa: considera que, se se tivesse iniciado a opção de facto e concretizado o processo para o início da venda direta a partir de novembro quando fechou o concurso, isto é, o prazo de entrega das propostas para o concurso público, se se tivesse iniciado imediatamente nessa altura o processo de venda direta, o Banco teria valido mais nessa altura do que valia quando foi vendido?

O Dr. Fernando Teles disse que era menos um ano de degradação do Banco e as condições económicas do País eram melhores. Foi isto que o Dr. Fernando Teles disse. Concorda? Acha que, se se tivesse iniciado o processo mais cedo, teria sido mais vantajoso, tanto para o Banco, como para o cliente, como para o Estado português?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.^o Mira Amaral.

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, se tivesse sido feito nessa altura, o banco valia mais do que valeu depois e os rácios *price to book value* (PBV), que já expliquei aqui, dos bancos portugueses eram superiores. Portanto, na altura, eu não tinha argumentos para defender um *price to book value* de 11%, porque o BCP, na altura, estava a 30%. Quando defendo um *price to book value* de 11%, é porque o

BCP está a 13%. Quer dizer, por muitas dificuldades que o BCP tivesse, era um bocadinho melhor do que o BPN. Na altura em que isso foi feito, o *price to book value* do BCP era de 30%, Sr.^a Deputada. E as condições do País e do... Portanto, obviamente que, nessa altura, o BPN teria valido mais — isso, para mim, é óbvio e é pacífico. Quanto, não sei, porque não fiz as contas na altura, mas, para mim, é óbvio que teria valido mais.

Como também já lhe disse, se eu fosse fazer as contas agora, eram menos 40 milhões de euros.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.^o Mira Amaral, em relação à venda direta em si, o Dr. Costa Pina também disse (já se falou aqui do preço das avaliações que ele fez e das considerações que o ex-Secretário de Estado fez do preço, dos 40 milhões de euros) que o facto de existir só um comprador foi vantajoso para esse comprador.

Gostaria de perguntar-lhe diretamente se acha que foi beneficiado pelo facto de ter sido só uma entidade a negociar a compra do Banco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.^o Mira Amaral.

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, num processo destes, em Economia, nós dizemos que estávamos no mercado do comprador e não do vendedor, porque obviamente ia haver poucos compradores (dois, três). Portanto, eu estaria mais à vontade se houvesse cinco, seis ou dez.

Mas também devo dizer-lhe que aquilo que eu disse aos meus acionistas (e já lhes expliquei no início da reunião o meu não entusiasmo pelo BPN pelas razões que expliquei) foi o seguinte: «Olhem, nós vamos fazer uma proposta, que é aquilo que achamos que é razoável, que minimiza os nossos riscos, tentando defender os nossos interesses. Se houver uns tipos que deem mais do que nós, sirvam-se, encantados!» Aliás, foi o que o Dr. Fernando Teles aqui disse. Ele disse que se tivessem aparecido outros que tivessem dado mais e comprado, não teríamos angústia nenhuma no processo.

Portanto, Sr.^a Deputada, o nosso raciocínio era este. Face às condições que vimos no BPN, face às condições objetivas de degradação da economia portuguesa, nós íamos fazer a proposta que achávamos que nos defendia minimamente e não íamos entrar em loucuras. E se aparecessem outros que fizessem uma proposta melhor do que a nossa ao Governo, que se servissem, porque nós não estávamos angustiados para comprar o BPN, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.^o Mira Amaral, o Dr. Costa Pina disse que teria sido melhor para o Estado se se tivesse estendido mais o prazo.

Gostaria de saber qual teria sido a posição do BIC se tivessem tido uma indicação do Governo, em julho ou em agosto, de que o prazo iria ser prorrogado mais uma vez, como o Dr. Costa Pina sugeriu que teria sido mais vantajoso, para encontrar novos candidatos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.^o Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, o Dr. Costa Pina estava, portanto, a esquecer a data de julho, que o Governo dele negociou com a troica — esta é a primeira constatação.

A Sr.ª **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sobre isso, o Dr. Costa Pina disse que o interesse público estava em causa, ou seja, o respeito de um prazo poderia pôr em causa o interesse público e, portanto, justificaria a prorrogação do prazo. Foi isto que o Dr. Costa Pina disse.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr.ª Deputada, já lhe expliquei a minha visão do problema, por que é que era muito importante que o Governo cumprisse o primeiro compromisso com a troica face degradação da economia portuguesa.

Segundo aspeto: se o prazo tem sido dilatado e a nossa proposta não era em julho, mas em dezembro, em vez de 40 milhões de euros, se calhar, eram 10 ou 20 milhões de euros, ou seja, o preço era mais baixo. É que, como já expliquei aqui, as condições de degradação do BPN e da economia portuguesa eram maiores.

Portanto, eu não consigo perceber o que é que o Dr. Costa Pina diz. Já disse aqui que, se ele fosse meu aluno, com estas afirmações, eu chumbava-o! O que quer que eu lhe diga mais?!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.ª **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mira Amaral, vou passar agora a outra questão, muito direta: o BIC está interessado em adquirir mais participadas do BPN?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, o Dr. Fernando Teles já disse em público — e eu reafirmo aqui — o seguinte: nós manifestámos ao Governo interesse em poder ficar com uma instituição financeira, a IFI de Cabo Verde.

O Governo disse que iria lançar uma consulta a vários e que não nos podia dar exclusividade, o que compreendemos. Portanto, manifestámos interesse em comprar a IFI de Cabo Verde. Sabe porquê? Porque o Banco BIC, em Angola, já tem uma licença para fazer uma IFI em Cabo Verde. A Sr.^a Deputada tem de raciocinar de Angola para Cabo Verde como raciocina de Lisboa para a Madeira, em termos de instituição financeira, de praça financeira, pois a lógica é a mesma.

E como o BIC Angola já obteve do Governo de Cabo Verde uma licença para fazer lá uma IFI, o que é que o Dr. Fernando Teles disse ao Governo? «Se eles já têm uma licença e eu vou fazer uma coisa destas em Cabo Verde, se vocês venderem a IFI do BPN, compro essa e escuso de ir implementar uma solução».

O que é que lhe disse o Governo? «Temos de fazer uma consulta a vários e vocês entram na consulta». Aí, nós dissemos: «Sim senhor, se vão desencadear a consulta, confirmo que estamos interessados».

O outro caso em que estamos interessados é o BPN Brasil. Porquê? Como a Sr.^a Deputada sabe — e aí cito-lhe a experiência de dois bancos portugueses que já tiveram a veleidade de estar no retalho no Brasil, que foram a Caixa Geral de Depósitos e o BES —, aquilo no Brasil, no retalho, é um oligopólio de grandes bancos. Qual é o nosso problema no Brasil? É que não temos dimensão para entrar no oligopólio. O Santander, com o Sr. Botín, teve, mas a Caixa e o BES não tiveram.

Portanto, quando compramos um banco de média dimensão para fazer retalho, ficamos, como diz o Michael Porter, «*stuck in the middle*», isto é, nem somos grandes para estar à mesa do oligopólio, nem somos suficientemente pequenos para ser uma boutique financeira.

Portanto, qual é a nossa perspetiva no Brasil? É comprar o BPN Brasil, se for caso disso, para ter um boutique financeira que nos carregue negócios entre Portugal, Angola e o Brasil. Repare, tendo o BIC um banco em Portugal e outro banco em Angola, se tivermos uma instituição financeira no Brasil, pequena, para carrear negócios no chamado «triângulo dourado»...

Manifestámos esse interesse ao Governo. E o Governo, mais uma vez, disse-nos «sim senhor, vamos vender e vocês entram no concurso com os outros». E é disso que estamos à espera. Estamos a analisar.

Já agora, posso acrescentar (e posso dizê-lo, Sr.^a Deputada, pois isto não é segredo), Sr.^a Deputada, que também manifestámos interesse na Companhia de Seguros que o BPN tinha. Porquê? Porque nós não temos nenhuma companhia de seguros, temos intermediado seguros de outras companhias e, como sabe, toda a máquina de balcões do BPN, a operativa de seguros é a da companhia de seguros. Portanto, pode fazer sentido. Depende do preço.

É isto que está em causa neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mira Amaral, passo, agora, a um outro tema, relativo ao contrato de prestação de serviços entre o BPN e a Parvalorem. A Comissão já teve acesso a esse contrato e verifiquei que foi celebrado em fevereiro de 2011,

com o prazo de três meses, acabando portanto, em maio. Em 7 de maio, foi feito um aditamento ao contrato, com a alteração de algumas cláusulas, nomeadamente em relação ao prazo, passando este contrato a vigorar até 30 de junho, pelo que já terminou. E não consegui ter conhecimento se foram feitos aditamentos, se há novos contratos, se foi prorrogado ou não. Gostaria que o Sr. Engenheiro nos explicasse se este contrato de prestação de serviços ainda vigora, quais os termos, enfim, como é que tudo isto está a correr.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º Mira Amaral: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, vejo que entrou numa análise bastante pormenorizada — felicito-a. O que a Sr.ª Deputada disse é inteiramente correto e acrescento apenas um pormenor: o contrato foi prorrogado até 31 de julho, é a última prorrogação. Porquê? Porque tínhamos um conjunto de *outsourcings* da Parvalorem e hesitei entre acabar com o *outsourcing*, integrando os trabalhadores da Parvalorem no banco, ou recorrer a outras fontes alternativas. Se me obrigassem a terminar a 30 junho, ia para o *outsourcing* e não dava a hipótese de ficar com os trabalhadores da Parvalorem. Portanto, em nome de ainda tentar recuperar trabalhadores da Parvalorem, pedi ao Dr. Rui Pedras, e ele aceitou, que prorrogássemos o contrato até 31 de julho. Portanto, ainda estou a refletir se dou uma chance a alguns trabalhadores da Parvalorem, que, então, seriam integrados no quadro do banco — repare, isto é consciência social, porque o mais fácil era eu fazer o *outsourcing* às empresas integradoras de sistemas ou outras coisas e esquecermos que estamos a falar de...

Portanto, pedi-lhe para ter ainda um mês de ponderação, apreciar as pessoas... É que o problema é este: se eu ficar com as pessoas da

Parvalorem não é para ficar em *outsourcing*. E como este contrato vai acabar, tenho de os integrar. Portanto, o meu dilema agora é: ou integro nos quadros do BPN ainda esses trabalhadores, ou encomendo ao exterior. Não tenho qualquer obrigação vinda do Governo para o fazer, é consciência moral pura e simples para tentar ainda recuperar... Foi em nome disso que prolongámos mais um mês, que acaba agora. E vou tomar decisões sobre isso.

Foi isso que se passou, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Eng.º Mira Amaral, por último, em relação ao *rebranding* da marca, uma das coisas que foi sempre dita foi que o *rebranding* desta marca seria bastante complicado e muitíssimo caro. O Sr. Engeheiro já está a fazê-lo. Gostaria de saber qual é o esforço financeiro que teve de fazer, tendo em conta o passado, o peso do BPN. Qual é o esforço que está a fazer, qual é esforço financeiro que foi feito, qual é o resultado que nos pode dar, qual foi a estratégia que teve de ser feita, o que é que isso pesou em toda esta estratégia?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, o que começámos por fazer, nas duas primeiras semanas, foi encher todas as agências do banco, de norte a sul, com umas coisas de vinil, dizendo «Já somos Banco BIC Português». E, ao mesmo tempo, enchi todos os balcões com *depliants*, uns papelitos dizendo «Já somos Banco BIC Português». E

tirei todos os produtos do BPN e pus uns cartazes dizendo «Banco BIC Português», sem produtos nenhuns, só para mostrar que...

E, ao mesmo tempo, começou a mudança dos nomes exteriores. A mudança dos nomes exteriores, o que é que teve de prévio? Uma autorização do Banco de Portugal, porque a situação era ambígua no sentido de que o BPN continua a existir juridicamente, mas eu já estava a operar com uma marca Banco BIC.

Portanto, o que é que tive de pedir autorização ao Banco de Portugal? Tive de pedir para me permitir ter cá fora, em vez de BPN, Banco BIC (ou seja, mudar todas as siglas para Banco BIC), uma situação que juridicamente era dúbia, porque ainda é o banco BPN mas já estava a ter a marca Banco BIC. Tive de pedir autorização e negociar com o banco. E sabe o que é que o Banco de Portugal acabou por me dizer? «Isto é muito inteligente, porque vocês, com isto, estão a mudar gradualmente o BPN para a marca Banco BIC, já estão a preparar o público para isto».

Portanto, essa fase também já foi terminada, todos os balcões do BPN já têm «Banco BIC» cá fora.

Agora, começo a pôr nos balcões do BPN produtos Banco BIC. Os fundos de tesouraria, fundos Brasil, fundos mobiliários que tenho no Banco BIC comecei a meter nas agências do BPN. Não tinha ainda produtos de retalho, nomeadamente depósitos, e vamos ter o primeiro depósito já do Banco BIC para meter nas agências do BPN.

Repare que, com isto, começo a posicionar o nome Banco BIC, esquecendo o passivo que é a marca BPN.

Ao mesmo tempo, como compreende, estou a fazer um plano de *marketing* estratégico, com a nova oferta Banco BIC, em que vou escolher quais os segmentos de mercado em que vou atuar, quais os produtos que oferecem segmentos de mercado e qual o *marketing mix* que vou desenvolver para implementar tudo isto.

Sr.^a Deputada, como compreende, estou a fazê-lo neste momento e espero em setembro/outubro estar em condições de poder avançar.

Com isto, o que é que estou a fazer? Não é de um dia para o outro, mas estou a mudar a marca BPN e a posicionar a marca Banco BIC que existia mas tinha pouca expressão de empresas. Estou a construir uma marca Banco BIC no retalho, que eu não tinha, está a perceber? Porque eu já tinha a marca Banco BIC nas empresas, mas isto não era do grande público, era do *mass market*.

Portanto, é isto que estou fazendo agora.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, a minha pergunta era mais no sentido de saber o que custa ao BIC ou qual o risco para o BIC ser considerado o ex-BPN. Ou seja, se a herança pesada que acaba por ter não foi um esforço que o BIC teve de fazer de forma a aliviar essa possível fama ou essa possível denominação de que poderia vir a ter.

É só isto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.^o Mira Amaral.

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: — Sr.^a Deputada, a sua pergunta é pertinente. Nós tivemos essa preocupação. Em todo o caso, a reação dos clientes no sentido de dizerem «a gente já não aceita cartões ou livro de cheques BPN, já queremos cartões ou livro de cheques BIC» — que eu ainda não posso dar —, para mim, é muito confortante e positivo.

Isto significa o quê? A marca BPN ficou tão queimada que eu não preciso de fazer nada para a queimar! É só mudar para BIC. Agora, do que

eu preciso é, pela positiva, afirmar a marca BIC. Esqueça o BPN, não vou gastar um tostão. Eu tinha era de gastar dinheiro e investir para instalar no retalho a marca «Banco BIC».

Portanto, depois deste plano, com o *marketing mix* desenhado, obviamente que vou ter campanhas de *marketing* com os instrumentos do *marketing mix*. Com isso vou ter de gastar dinheiro, naturalmente. Até agora, já gastei algum a mudar só... Obviamente que isso está no nosso *business case*, está no nosso plano de negócios. O investimento tem de ter, como sempre, uma marca de retalho, mas isso vai ser a partir de setembro/outubro e como compreende, neste momento, pormenores que podem parecer despiciendos, não o são. Tudo o que é ratos de computador, agendas, chaves de carro já tem Banco BIC. Portanto, começamos a dar esses *gifts* aos nossos clientes.

Isto para lhe dizer que a marca BPN era, obviamente, um passivo, mas a gente não vai gastar dinheiro em cabaz, a gente vai implementar uma marca de retalho porque o Banco BIC não existia. É isso que vamos fazer.

O Sr. **Presidente**: — Quero aqui assinalar o verdadeiro exemplo de objetividade e de concisão da Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira, que, mais uma vez, hoje ficou aqui bem assinalado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Presidente, peço que seja feita uma pausa técnica, antes de passarmos à esquerda.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Eng.º Mira Amaral.

Vamos, então, interromper a reunião por uns segundos.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos recomeçar a reunião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo para formular as perguntas.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, deixe-me começar por cumprimentar o Sr. Eng.º Mira Amaral e pedir aos dois, naturalmente, que me permitam que faça um pequeno introito em jeito de comentário, porque, no início, o Eng.º Mira Amaral também fez um comentário invocando a sua qualidade de cidadão.

Julgo que a sua afirmação, como cidadão, de que o processo de privatização por parte do Governo demorou demasiado tempo e degradou o valor do BPN é ajustada partindo do princípio de que a opção era essa, embora os exemplos que deu de bancos nacionalizados noutros países, designadamente em Inglaterra, que foram imediatamente reprivatizados, tenha também como contraparte desta ideia outros exemplos de outros bancos, que também foram privatizados noutros países europeus e que ainda hoje, alguns deles, não estão reprivatizados, demorando um tempo ainda maior do que o do BPN.

Mas, como cidadão, deixe-me exprimir uma outra ideia. O que deu cabo de tudo o que aconteceu no BPN foram duas questões: uma, o tipo de nacionalização e a decisão de nacionalizar — não quis entrar nisso, também não vou entrar —, a outra, imediatamente após, foi a indefinição estratégica quanto ao futuro do BPN e aquilo que foi uma decisão política de privatizar sem saber como, abandonando aquilo que poderia ter sido, logo aí e não dois anos mais tarde, a criação, na esfera pública, de uma solução para o BPN. É aqui, nesta solução, que mais tarde, eventualmente, se metem propostas vindas da AICEP (Agência para o Investimento e

Comércio Externo de Portugal), da Associação Empresarial, que aparecem, sim, mas já um ano e meio depois.

Se o Governo tivesse decidido por uma solução na esfera pública, porventura resultado de uma reflexão atenta e cuidada e não ideológica daquilo que foram os estudos que, na altura, foram apresentados no início de 2009 e que apontavam em várias soluções e não apontavam, preferencialmente, numa solução de reprivatização, hoje talvez tivéssemos perante um segundo banco público, com uma dimensão pequena e um objetivo e um objeto: um plano de negócios diferenciado e específico.

Mas isto é o que a história poderia ter sido, não é o que a história é! Este comentário fica como opinião de cidadão para contrapor à sua opinião de cidadão, que é tão válida quanto esta.

Deixe-me dizer-lhe que a sua intervenção inicial, de 30 minutos, teve a vantagem de desfazer algumas dúvidas que existiam e de esclarecer alguns pontos obscuros; não obstante, mantêm-se alguns detalhes que eu gostava de precisar consigo. Já se trata mais de detalhes do que de questões essenciais, mas, às vezes, nos detalhes é que está o diabo!

A primeira questão que quero colocar-lhe tem a ver com a comparação entre a privatização de 2010 e as condições de privatização de 2011.

Queria perceber exatamente qual é a diferença, além do preço. A ideia que tínhamos e que temos é a de que, no segundo momento da privatização de 2010 — porque houve dois momentos, embora o concurso fosse só um —, já era admissível, isto é, o perímetro da privatização já admitia, primeiro, a recapitalização, tal como aconteceu em 2011, depois, naturalmente, admitia o expurgo dos ativos tóxicos para as «Par», tal como aconteceu em 2011, e admitia também o expurgo das outras entidades, que depois foram expurgadas para a Parparticipadas, e julgo que foi esta a base

do segundo momento de privatização, que é um perímetro bastante semelhante ao perímetro objeto da privatização de 2011.

Queria perceber onde é que estão, de facto, as diferenças de perímetro, se isto corresponde ou não à verdade, para eu entender ou poder concluir que o detalhe fundamental e determinante que levou ao interesse inicial do BIC e depois à não apresentação de candidatura em 2010 terá sido, de facto, o valor do preço e não o perímetro, que já era admissível ter flexibilidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º Mira Amaral: — Sr. Deputado Honório Novo, eu, quando tive o cuidado, na minha intervenção inicial, de dizer que estava a falar como cidadão, quis separar das minhas funções como gestor do BIC. Como gestor do BIC, preocupei-me em descrever a minha atuação no processo. As minhas primeiras palavras como cidadão foram uma opinião pessoal e ideológica, como todas, sobre o processo de cessação do BPN.

O Sr. Deputado, que respondeu também elegantemente, tem a sua opinião e eu tenho a minha. Não haverá surpresa para ninguém que há aqui divergências ideológicas profundas entre nós. Só tenho pena de não poder ser seu amigo, de privar consigo todos os dias, e o senhor me conseguir convencer do seu modelo de sociedade, que eu andaria muito mais feliz. O senhor convencia-me que resolvia os problemas da economia portuguesa... Acho que o senhor é engenheiro de formação, como eu, talvez por aí...

Apartes inaudíveis na gravação.

Se o senhor me conseguisse convencer do seu modelo para a resolução dos problemas da economia portuguesa, eu andava mais feliz do

que ando. Se eu tivesse oportunidade de usufruir da sua amizade e se o senhor conseguisse isso, a coisa estaria melhor!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não sei qual dos dois convenceria o outro! Mas fica o desafio! Fica o desafio!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Obviamente, não vamos discutir isto hoje porque é um problema ideológico. Não acho que o BPN devesse ficar na esfera pública, mas é uma opinião de cidadão. Já disse aqui que se há um banco público, a Caixa, ponham-no a funcionar como deve ser, porque como banco público está longe — a meu ver — de serem aproveitadas as suas virtualidades.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Essa é outra questão! E aí também estou de acordo consigo.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, eu sou pragmático. Tenho a minha ideologia, mas sou pragmático. Se há lógica, não discuto, mas, então, aproveite-se a lógica de ser banco público. Não vamos discutir isso.

Também compreendo o seu ceticismo ou as suas dúvidas sobre alguns bancos que foram privatizados e as coisas não correram bem, percebo isso. Agora, acho é que a gente não precisava do BPN no setor público, mas esse é um problema entre nós os dois, que não vamos resolver hoje.

Sobre o Estado, o que percebi foi que o processo de privatização que foi lançado em 2010 era muito rígido no sentido de que era aquele perímetro todo com o BPN, todas as participadas e os créditos malparados, todos lá dentro. Quando o Governo percebe — e penso que é aí que surge a

sua pergunta — que aquilo era muito rígido para vender o produto, tenta reajustar aquilo que o senhor falou, ou seja, no segundo momento deste processo. Só que legalmente já não era possível. É a perceção que tenho do processo. De facto, isto confirmo, fomos ao *data mining*, fizemos o *business case* e fizemos os cálculos. Custava-nos 1000 milhões de euros pôr o banco a flutuar, não fomos lá e confirmo que nunca fomos contactados pelo Governo noutras condições. Portanto, ficou nesta fase de rigidez.

Admito que o Governo — e é isso que acho que o Sr. Deputado terá captado — percebeu que devia ter flexibilizado o processo, mas, com a rigidez da legislação, não o terá podido fazer. Mas manifestou essa intenção e acho que o Sr. Deputado captou esses sinais, corretos, a meu ver. O que posso confirmar é que não fomos contactados pelo Governo em momento algum, depois de termos ido ao *data mining*, feito as contas e de não apresentar proposta. Não fomos contactados em momento algum para reformular a proposta. É o que posso dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Eng.º Mira Amaral, isto significa que está a dizer-nos que, do ponto de vista legal, aquilo que eu descrevi como coincidência com o perímetro da privatização de 2011 não estava permitido nos instrumentos legais?

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Da maneira como o concurso estava, é isso.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sabe que eu não deduzi isto. Eu recolho apenas aquilo que eu pensei e refleti sobre o assunto e sobre uma afirmação aqui feita pela Secretária de Estado do Tesouro, que, de facto,

disse expressamente que o perímetro era semelhante, tanto quanto ela sabia, e, quando ela falava do perímetro, falava-se do problema da recapitalização e daquilo que era reprivatizável, de facto.

Portanto, registro que, do ponto de vista objetivo, os instrumentos legais afastavam claramente o perímetro de privatização de 2010 do de 2011.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Confirmando-lhe isso, a minha experiência governativa diz-me que, lançado o processo daquela forma, tem depois o Governo ficar comprometido com aquele processo, não tem margem de manobra para, depois, reajustar. E o que posso dizer-lhe é que não fomos contactados em momento algum, depois de não termos ido a concurso. Se tivéssemos sido contactados e nos dissessem: «Mudem lá porque a gente já mudou as condições e façam outra proposta», se calhar, a gente fazia. Mas não fomos contactados. Esqueça! Não nos disseram «Formulem a proposta».

Isto tem a ver com uma outra coisa que está em consonância e que vou explicar, relativa ao processo de 2011. Quando lançam o processo de 2011, o Dr. Bandeira diz-me assim, lá na reunião: «Vocês, agora, é que vão fixar o perímetro da privatização. Vocês é que vão dizer com o que é que querem ficar. Está a ver? Agora invertem-se as posições: em vez de ser o vendedor a fixar o perímetro da privatização, a dizer qual é o produto que vende, são vocês que dizem qual é o produto que compram. Escolhem o perímetro da privatização e, depois, a gente, de entre as várias propostas, vai escolher aquela que achamos que convém e, depois, ficamos, num concurso que desenhamos *a posteriori* — é esta a metodologia —, com a proposta que achamos conveniente».

Portanto, está a ver, Sr. Deputado: no segundo processo, foi aquilo que se passou! Se o Governo tinha outras intenções, Sr. Deputado, eu não sei! Eu estou a responder-lhe aquilo que se passou comigo. Nós fixámos... Devo dizer-lhe que até julguei, face à experiência anterior, que isto não ia ser feito ao abrigo do famoso decreto-lei das privatizações, que vem do meu tempo e que eu ajudei a criar quando estive no Governo, ia ser feito ao abrigo da lei da venda de participações públicas.

Sabe porquê?

Eu tive uma experiência no Governo — o Sr. Deputado já não se lembrará... Lembra-se daquele complexo petroquímico CNP-EPSI — Companhia Nacional de Petroquímica e Empresa de Polímeros de Sines? Felizmente, já não se lembra, porque eu resolvi esse buraco da economia portuguesa.

O que é que aconteceu? Quando cheguei ao Governo, a CNP era uma empresa pública e eu não a pude privatizar porque nem sequer tínhamos o decreto-lei das privatizações.

O que é que eu fiz? Uma consulta para ceder a exploração. O ativo continuou a ser público e eu cedi a exploração à NESTE OY, na altura, porque não podia privatizar, nem havia decreto-lei das privatizações. E a EPSI era uma empresa da esfera do Estado, mas do domínio do IPE, portanto, não estava ao abrigo do decreto-lei das privatizações. Através da lei da venda das participações sociais, pude imediatamente vender a EPSI.

Entretanto, como é que fiz? Fiz um concurso em que as entidades faziam propostas para comprarem a EPSI e para gerirem a CNP e a que eu escolhi ficou com a gestão da CNP e a compra da EPSI.

Assim, no meu espírito, distingo entre decreto-lei de privatizações e venda de participações públicas, portanto, foi ao abrigo desta outra lei que me permitiu vender a EPSI.

Eu julgava que o Governo... Julgava eu, mas disseram-me que, constitucionalmente — mas este é o meu raciocínio de engenheiro, que não é de constitucionalista —, sendo o BPN nacionalizado em condições que não são aquelas que, a meu ver, foram objeto do decreto-lei de privatizações, porque eram para as nacionalizações que tinham sido feitas depois do 25 de abril... Eu julgava que o BPN podia ter tido outra génese: ter sido nacionalizado por razões de mercado (agora, depois do 25 de abril, não há essas razões). Por conseguinte, eu julgava que o BPN podia ser vendido ao abrigo da lei das participações.

E, quando vou para o segundo concurso, estava convencido de que o Governo PS (depois, continuou com o Governo PSD) ia privatizar o BPN ao abrigo da lei das participações e não da lei-quadro das privatizações.

Até veio nos jornais — isto no tempo do PS, não sei se se lembra — isto: «Governo hesita entre vender ao abrigo da lei-quadro das privatizações ou vender ao abrigo da famosa lei das participações», ao abrigo da qual eu tinha vendido a Empresa de Polímeros de Sines, na altura.

E fui parvo, porque, como me disseram, do Governo: «Isto é inteiramente flexível, vocês fazem a proposta que querem», pensei que a flexibilidade era tal que isto ia ser vendido ao abrigo da lei das participações públicas e não da lei-quadro.

Devo dizer que andei, com o Governo, a negociar isto tudo, jogando com o dia 31 de julho, e quando a Sr.^a Secretária de Estado, no fim, me disse assim: «Só há aqui um pequeno problema: é que a gente não pode vender isto ao abrigo da lei das participações, temos que vender isto ao abrigo da lei-quadro das privatizações», eu ia caindo da cadeira! Perguntei: «E, porquê?». Respondeu: «Sr. Engenheiro, isto tem um pequeno problema: é que, sendo assim, a gente tem que ter uma pequena participação para os trabalhadores». Devo dizer que quase que me mandei

ao ar. Depois, percebi a senhora. É que se a senhora me tem dito na primeira sessão eu tinha-me posto logo a mexer, ao fresco! Está a ver? Nem tinha alinhado.

O Sr. Deputado compreenda: o nosso estado psicológico, depois de quatro dias, duas difíceis negociações, chegámos ao fim, estava tudo acordado, só por isto... Não havia outra...

Portanto, o Governo, taticamente, fez bem: sonegou-me a informação e, no fim, disse-me que tinha que ser pelo decreto-lei das privatizações.

E aí, Sr. Deputado, quando eu disse: «Mas, então, não há flexibilidade?», percebi as dificuldades dos Governos com o figurino de leis que têm. Portanto, isto tinha que ser rígido, tinha que ser o decreto-lei... Disseram-me que a incerteza jurídica seria muita, se fosse ao abrigo da lei das participações.

Isto é para lhe dizer que, no processo de 2010, eu compreendo que o Governo tinha querido mudar mas, já tendo começado com um figurino, depois... Eu acho que eles tiveram esse estado de espírito que o Sr. Deputado captou. Mas, a mim, não me disseram nada, portanto, nunca passou para a frente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Engenheiro, eu queria detalhar a conversa que teve com o Dr. Francisco Bandeira.

Queria perceber, exatamente, o momento em que ela ocorreu e se o Dr. Francisco Bandeira, quando conversou consigo, estava a transmitir-lhe uma nova orientação do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Mira Amaral, faça favor.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Ó Sr. Deputado, quando fui falar com o Dr. Francisco Bandeira, que era, na altura, Vice-Presidente da Caixa Geral dos Depósitos e Presidente do BPN, obviamente, no meu espírito, ele era um agente do Governo, do PS, para este processo.

Portanto, eu não fui perguntar-lhe: «O senhor está mandatado pelo Governo, ou não está, para isto?». Para mim, na minha cabeça — o Sr. Deputado compreenda —, o homem, que era da confiança do Governo, que tinha sido posto pelo Governo como Presidente do BPN, sabia o que estava a dizer. Eu não tive a deselegância de dizer-lhe: «Ó Dr. Bandeira, o senhor ainda não é adulto e vacinado, certifique-se lá se o Sr. Ministro das Finanças autoriza o que o senhor está a dizer». Entre colegas, não vou fazer isso. O Sr. Deputado compreenda-me!

Portanto, para mim, é óbvio que, perante um homem que é Presidente do BPN, nomeado pelo Governo PS, que é, que eu saiba, da confiança do Professor Teixeira dos Santos, Ministro das Finanças, eu não vou ter a deselegância de perguntar se ele está mandatado ou não, Sr. Deputado!

Para mim, foi óbvio que ele estava a agir, não digo com o despacho, por escrito, do Governo (porque não é isso que é preciso), mas estava a transmitir uma orientação, uma intenção do Governo. Para mim, também não tinha problema. Porquê? Porque a partir do momento em que lançassem a consulta, eu via se a intenção estava confirmada ou não. Eu não vou perguntar ao Sr. Dr. Bandeira se tem autorização do Ministro das Finanças, Sr. Deputado!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E a data?

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Não tenho aqui, porque não trouxe a agenda do ano passado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, tem a palavra.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Vou fazer uma pergunta que talvez possa referenciar. Antes ou depois do pedido de ajuda externa do Governo português?

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Muito antes! Antes, antes...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Antes.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Antes, antes...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito antes.

Sr. Dr., vou dar-lhe uma informação: é que a perspetiva de refundação do Banco, de que já falámos aqui várias vezes, tinha sido adotada em dezembro de 2010, depois do falhanço da reprivatização do concurso; e tinha sido adotada com uma perspetiva de *renaming*, de plano de negócios diferenciado, de conselho de administração novo, independente da Caixa, de plano de negócios próprio e específico — um pouco respondendo a estas preocupações que estavam a aflorar na altura da AICEP, etc., etc. — e tinham sido comunicadas a este Parlamento como uma nova decisão estratégica para o Banco Português de Negócio com o objetivo de o reprivatizar num prazo, estimado, entre três a cinco anos.

O que significa que a comunicação que o Dr. Francisco Bandeira — obviamente, mandatado pelo Governo, não é preciso perguntar, estou inteiramente de acordo —, prevendo uma privatização desta natureza, de

venda direta e diferenciada de perímetro relativamente a 2010, é claramente uma negociação, ou uma comunicação, ou uma informação, chamemos-lhe o que quisermos (uma informação acho que é o adequado), que não corresponde à decisão que foi comunicada a esta Assembleia, pomposamente, repito, pomposamente. Estou, naturalmente, a informar o Sr. Engenheiro, não estou a questioná-lo. Basta consultar a ata de janeiro de 2011, da Comissão de Orçamento e Finanças, onde se diz tudo isto que acabo de dizer. Tudo, tudo!

Portanto, naturalmente, pouco tempo depois, ainda antes de abril, antes do pedido externo, o Sr. Eng.º foi informado de uma perspetiva diferente.

Só gostava de perceber o seguinte, Sr. Engenheiro: além de o senhor ter recebido essa informação, tem conhecimento se alguns daqueles potenciais interessados no concurso público de privatização de setembro e outubro de 2010 receberam o mesmo tipo de informação?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Mira Amaral, faça favor.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Ó Sr. Deputado, vamos lá ver o seguinte: eu já lhe disse aqui que admito perfeitamente que tenha havido duas linhas diferentes no Governo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Eu já percebi!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, talvez não tenha nenhuma surpresa, mas nos governos que eu conheço — PS, PSD, CDS — há divergências de opiniões, às vezes. Não sei se sabe isso!? Não são entidades homogéneas, na perspetiva que o Sr. Deputado, se calhar, gosta. Há. E é natural haver divergências de opinião.

Portanto, é perfeitamente natural que elas existam e eu captei, como cidadão — os jornais captaram e o Sr. Deputado também captou —, esta ideia da refundação do Banco. Eu vi nos jornais. Não sabia que tinha sido comunicado à Assembleia, mas vi nos jornais tudo isso. Eu até disse para mim: «Não concordo. Estes tipos não vão a lado nenhum, vão gastar mais dinheiro público». Desculpe! É a minha perspectiva como cidadão. Desculpe!

Depois, o que acho que se passou — e acho que as declarações do Professor Teixeira dos Santos são nesse sentido — foi que ele impôs a sua visão: «Não vamos nessa linha. Vamos numa linha de vender o BPN, na configuração por que acabou de ser vendida».

Eu acho que houve aqui, como é natural, visões... Vou mesmo mais longe, Sr. Deputado, e isto é mero *feeling*, não tem nada de substância.

Se eu transplantar isto para a minha experiência política no Governo, o que é que eu estou a ver? A ala política e a ala da economia a quererem uma solução destas do banco público para as exportações, de *import/export*... E, depois, o Ministro das Finanças a dizer: «Não há nada para ninguém, a linha é esta».

Eu acho que o que se passou neste processo é que houve este sentimento, que veio nos jornais e que o Sr. Deputado está a dizer que foi comunicado à Assembleia mas que eu não conhecia, mas valeu, em última análise — e é esse o sentido que, acho, as palavras do Professor Teixeira dos Santos vêm dizer —, a posição do Ministro Teixeira dos Santos a dizer: «Não, não é essa. O método vai ser este».

Portanto, a minha interpretação dos factos é que o Dr. Francisco Bandeira transmitiu-me já aquilo que estava alinhado com o Ministro das Finanças no sentido de fazer um processo destes.

Sr. Deputado, pergunta se eu sei dos todos. Não sabia, não sei, não perguntei. Até porque não tive preocupação. Porquê? Porque pensei «com

os meus botões»: se o Dr. Bandeira fala verdade, isto vem anunciado e a gente, depois, vai ter de concorrer. Portanto, não vale a pena eu estar a perder mais tempo a andar a saber dos outros. Nem sabia...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Eng.º Mira Amaral. Só com uma pequena *nuance* relativamente àquilo que disse, e, naturalmente, não é obrigado a saber: esse debate e essa informação, nesta Casa, esta nova perspectiva foi defendida pelo Dr. Francisco Bandeira, é verdade; pelo Eng.º Faria de Oliveira, também é verdade, mas pelo Dr. Teixeira dos Santos e pelo Dr. Carlos Costa Pina — que estiveram aqui, os dois, a defender, exatamente, esta perspectiva.

Daí a nossa estranheza extravagante, relativamente à iniciativa do Dr. Francisco Bandeira e do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Eng.º Mira Amaral, faça favor.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Ó Sr. Deputado, mas o senhor não tem dúvidas de que este processo foi começado no Governo do PS, continuado no Governo do PSD e, portanto, que o método por que o Governo PS acabou por decidir foi este, que foi continuado pelo Governo do PSD, que não é aquela posição que o Dr. Basílio Horta propôs — legitimamente. O senhor não tenha dúvidas de que foi esse que vingou!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Engenheiro Mira Amaral...

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Pelo meio, como é que isto se passou, não sei! É a minha interpretação. Desculpe, o senhor não tenha dúvidas de que foi este o processo!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sim, sim!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — O Professor Teixeira dos Santos confirmou-o aqui, disse-o aqui. Eu vi nos jornais que este processo que o Governo do PSD concluiu foi começado com ele.

Portanto, é isto que eu posso dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório Novo, faça favor.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Eu sei, Sr. Engenheiro, eu sei.

A única diferença que existe é que o que alguns depoentes têm dito aqui, nesta Comissão de Inquérito, é que esta perspectiva de venda direta, com um preço zero e flexível, só foi adotada como resposta à proposta da troica de liquidação do Banco.

Esta é que é a afirmação perentória que tem sido aqui dita. E, pelos vistos, essa não corresponde à verdade dos factos.

E mais: quando alguns de nós, membros desta Comissão, diziam — também é uma informação para o Sr. Engenheiro registar — que não tinha havido contactos prévios com interessados potenciais antes do momento de lançamento desta nova fórmula do concurso, de facto, eles existiram.

Ao nível da informação, eles existiram e o Sr. Engenheiro dá-nos o testemunho. Não é crime, não é nenhuma violação legal, é um contacto que existiu, mas que foi aqui rejeitado. E pior: o Dr. Teixeira dos Santos disse que eu delirava quando estava a imaginar estes contactos!

Portanto, eu delirei com a possibilidade de o senhor, entre outros — nem sabia que tinha sido o Sr. Engenheiro —, ter sido contactado por membros responsáveis pelo processo do BPN (e da sua reprivatização), em contactos prévios ao lançamento do segundo concurso. Eu delirei, mas pelos vistos, acertei. Curiosamente!

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado Honório Novo, também já acertou nos 10 minutos, até ultrapassou!

Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, tenho mais uma ou duas perguntas a fazer ao Sr. Eng.º Mira Amaral. Naturalmente, irei fazer outras, mas perdi bastante tempo com este detalhe, um interessante detalhe, como vê, que estava aqui reservado.

Uma outra questão tem a ver com os acontecimentos de novembro. O Sr. Engenheiro foi claramente explícito e extensivo quanto à intervenção — intervenção no bom ou no mau sentido, aqui as opiniões serão divergentes, eventualmente, mas não é isso que interessa — do Primeiro-Ministro e do Ministro das Finanças no processo de negociação em novembro.

Só queria saber se, simultaneamente, houve ou não iguais *démarches* do próprio Governo angolano, junto dos administradores do BIC Angola e/ou do BIC Português, porque essa foi uma afirmação que lhe foi atribuída a si, diretamente, pelo menos por um jornal...

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Foi desmentida por mim!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas queria que o Sr. Eng.º Mira Amaral clarificasse isto, para nós nos entendermos de uma forma explícita, para concluirmos num sentido ou noutro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado, primeiro quero dizer-lhe que a conversa que tive no gabinete do Dr. Francisco Bandeira foi uma conversa de amigos, de colegas antigos, em que ele transmitiu uma intenção.

Sejamos claros, Sr. Deputado, não deturpe o que eu disse. Nem me veio falar em nome do Governo, de ser à prova de bala... Disse: «Nós estamos a pensar fazer uma coisa destas e, se for assim, vocês fazem a oferta que quiserem...». E eu disse: «Ó pá, olha, se for isso, talvez...» E depois não me preocupei mais e houve um belo dia em que lançaram o processo e a CaixaBI...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Lançaram formalmente?

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Formalmente.

Não houve mais nada! Isto foi uma conversa de amigos. E ainda lhe digo mais: se calhar, ele não tinha esta conversa com uma pessoa que não tivesse sido seu colega. Portanto, não há aqui maquinações nenhuma, manipulações nenhuma. E acrescento: se calhar, não tinha essa conversa com outras pessoas...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sr. Engenheiro, pode ficar tranquilo, que não há maquinações,...

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Eu estou à vontade!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - ... há factos!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Eu tinha que, por lealdade para com o Dr. Francisco Bandeira, pôr os pontos nos *ii*. Nem é por mim, é por ele! Numa conversa com ex-colegas, ele diz qual é o estado de espírito que ia presidir, não favoreceu em nada, porque isto depois tinha de ser feito em público e todos se preparavam. E a gente só começou a trabalhar quando teve o contacto da CaixaBI, ponto final. Desculpe, não há mais nada!

O que digo, e reafirmo, é que eu estou perfeitamente convencido de que houve duas linhas do Governo sobre esta matéria e não me admira nada que o próprio Ministro das Finanças tenha infletido e mudado de posição.

Não vou contar-lhe histórias em que eu convenci o Ministro de uma coisa e, no dia seguinte, ele mudou de posição! Comigo, isso passou-se: um dia estava de acordo comigo e, no dia seguinte, mudou de posição, ou vice-versa. Oiça, eu também mudava de posição de um dia para o outro. Como diz o Dr. Soares, só os burros é que não mudam.

É a vida, desculpe lá!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Só que a vida, Sr. Engenheiro, manda que se assumam as mudanças de opinião e não que se insista que não se mudou de opinião, tendo, de facto, mudado.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Sr. Deputado, concluo — desculpe a franqueza —, dizendo-lhe que confirmo, numa atitude de total transparência, porque não tenho nada a esconder, que fui ao gabinete do Dr. Bandeira falar sobre a matéria.

Foi isso que se passou, não tenho nada a esconder, não há jogo nenhum escondido nisto.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Muito bem!

O Sr. Eng.º **Mira do Amaral**: - Como cidadão, com alguma experiência política, acho que houve duas linhas do Governo. O próprio Ministro das Finanças pode ter flutuado, mas a decisão — aliás, ele confirmou-o aqui —, o processo que o PSD fez foi ele que o começou. Isto é que é um facto objetivo, não há volta a dar. Factos são factos!

Sobre a sua questão muito interessante, e sei qual foi o jornal, foi o jornal *i*...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O *Diário Económico*!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Não, as notícias sobre as ligações do Governo angolano com gestores do BIC...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Não, não! Foi o *Diário Económico*!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Eu conheço as do jornal *i* — já não me lembrava das do *Diário Económico* —, e as declarações são estas: «Ministro dos Negócios Estrangeiros negocea em Angola com o Governo angolano e o Dr. Fernando Teles, Presidente do Banco, a compra do BPN». Isto num sábado. Ora, o que é que se passou nesse sábado? O Dr. Paulo Portas já ia para outro lado, no âmbito da CPLP... Ah!, o jornal *i* dizia: «Paulo Portas encontrou-se com Fernando Teles discretamente, em Angola».

O que é que se tinha passado? O Dr. Paulo Portas não conhecia o Dr. Fernando Teles. O Dr. Paulo Portas presidiu a um jantar, o habitual jantar, em Luanda, da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola, com o Ministro Abrahão Gourgel ao lado, e eu fiquei em frente do Ministro Abrahão Gourgel. O Dr. Fernando Teles pediu-me: «Eng.º Mira Amaral, vá lá também em minha representação ao jantar, que eu não vou».

Depois, o Dr. Paulo Portas conhece o Dr. Fernando Teles em frente ao *stand* do banco BIC Português. Eu apresento-o ao Dr. Paulo Portas, dizendo-lhe: «Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, permita-me que lhe apresente o presidente do banco, que é presidente executivo do conselho de administração do banco em Angola e que, em Portugal, é presidente não executivo do conselho de administração» — sou eu o presidente executivo. E cumprimentaram-se: «Muito prazer!» E nunca mais se falaram.

Portanto, o famoso encontro que o jornal *i* noticia no sábado — já eu estava de volta a Lisboa, nem sequer lá estava —, que eu intermediei... (*risos do orador*) E o Dr. Paulo Portas já não andava nas coisas de Angola, já andava a tratar da vida dele...

Sr. Deputado, se quiser avivar a sua memória, vá ver quem era o diretor do jornal *i* na altura e lembre-se do jornal *Independente*, lembre-se com quem é que ele colaborava no jornal *Independente*...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Dirigido pelo Dr. Paulo Portas?

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Exatamente! O Sr. Deputado depois tire as conclusões...

Depois, eu desmenti essa notícia do jornal *i*. E sabe o que o jornal *i* me faz? Põe uma nota de redação a dizer: «Confirmamos inteiramente a notícia», que era falsa, até porque eu já não estava fisicamente lá, na reunião em que dizem que estava.

O que lhe digo é que, nessa semana em que estive em Angola, o Dr. Paulo Portas não falou com o Dr. Fernando Teles. O que falou com o Governo angolano eu não sei, nem tenho de saber. Não ouvi do Dr. Fernando Teles nenhuma pressão do Governo angolano, até porque, não sei se sabe, o BIC Angola não tem acionistas públicos nem empresas públicas angolanas no capital, são todos privados. Aquilo é decidido entre o Dr.

Fernando Teles, o Sr. Américo Amorim e a Eng.^a Isabel dos Santos. As decisões são tomadas pelos três.

Portanto, é o que eu sei, não posso dizer-lhe mais do que isto.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Queria só recordar que a notícia do **Diário Económico** era de 2 de abril de 2012, portanto já depois de assinado o contrato.

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: - Essa notícia do *Diário Económico*?
Sim, sim!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - E diz o seguinte, entre aspas: «Fomos sensibilizados pelo Governo de Luanda para a importância que a compra do BPN teria nas relações entre Portugal e Angola», admitiu o presidente do BIC.

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: - A tal *démarche* que o Primeiro-Ministro português fez sobre o Dr. Fernando Teles teve um intermediário, o Ministro de Estado na altura, em Angola, Carlos Feijó, que se doutorou em Portugal há pouco tempo.

Foi o Primeiro-Ministro português, que não conhecia o Dr. Fernando Teles... — e devo dizer, *en passant*, que podia ter-me pedido para fazer isso, mas não pediu.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - O Dr. Passos Coelho confia mais no Ministro de Estado angolano do que em si!

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: - Está a ver como não tenho ligações ao PSD, Sr. Deputado!

Risos.

O Sr. Deputado concluiu que eu não tenho ligações ao PSD. Ótimo! Encantado, é isso mesmo! Com esta ganhei o dia! Finalmente, consegui convencê-lo!

Portanto, o que é que se passou? O Primeiro-Ministro português telefonou ao Dr. Carlos Feijó e foi o Dr. Carlos Feijó quem, quinta-feira à noite, telefonou ao Dr. Fernando Teles, como intermediário do Primeiro-ministro português, a pedir-lhe para ele ir a Lisboa. O Dr. Fernando Teles, às 8 horas da manhã de sexta-feira, telefona-me dizendo-me assim: «Eng.º Mira Amaral, o Dr. Carlos Feijó telefonou-me a dizer que tinha tido um telefonema do Primeiro-Ministro português a pedir para eu vir a Lisboa».

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - O Sr. Dr. Carlos Feijó é Ministro de Estado do Governo angolano.

O Sr. Eng.º Mira Amaral: - O que é que eu concluo? Concluo que o Dr. Pedro Passos Coelho tinha conhecido o Dr. Carlos Feijó quando tinha ido a Luanda. Eu até disse para mim, e o Sr. Deputado compreende: «Bem, para convidar o Dr. Fernando Teles para vir a Lisboa, podia ter-me pedido a mim que eu também fazia esse trabalho». Mas, como o Sr. Deputado concluiu, e bem, o Dr. Passos Coelho tem mais confiança no Ministro angolano do que em mim! (*risos do orador*).

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Nós sabemos!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Já está esclarecido sobre qual foi a ligação?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sr. Engenheiro, como vê, foram dois detalhes interessantíssimos que nós esclarecemos nesta inquirição.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - O Sr. Deputado recordou-me. Sabe quando é que isso foi? Foi na conferência de imprensa que fizemos no dia que tomámos conta do Banco.

O Sr. **Presidente**: - Srs. Deputados, vou passar, agora, a palavra ao Sr. Deputado João Semedo para colocar as suas questões.

O Sr. **João Semedo** (BE): - Muito obrigado, Sr. Presidente, e renovo os meus cumprimentos ao Sr. Eng.º Mira Amaral.

Felizmente para esta Comissão, a sua memória e, naturalmente, também o conhecimento mais direto que tem deste processo — portanto, quer a memória quer o conhecimento — são bem melhores do que as do Dr. Fernando Teles...

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Eu sou executivo, ele não é, Sr. Deputado!

O Sr. **João Semedo** (BE): - Claro! E esta reunião tem sido bem mais esclarecedora.

Também gostava de fazer alguns comentários prévios, que depois pedirei ao Sr. Eng.º que comente, na exata medida que entender fazer.

O primeiro comentário é o seguinte: esta Comissão não tem propriamente por objeto discutir e avaliar se o BIC fez bem ou mal em comprar o BPN; esta Comissão tem por objeto saber se o Governo vendeu

bem ou mal o BPN. As coisas parecem simétricas, mas não são simétricas e, além disso, são muito diferentes uma da outra.

Digo isto porque o Sr. Engenheiro fez uma série de afirmações, muitas delas inteiramente razoáveis, outras aparentemente razoáveis, ou seja, que podem ser contraditadas. Por exemplo, não é inteiramente verdade dizer-se que a liquidação significava uma situação de extermínio e de desemprego de todos os trabalhadores. Não é exatamente verdade! Haveria outras soluções que poderiam acautelar esse interesse. Além do mais, sabe-se (ou sabemos aqui na Comissão e lê-se na comunicação social) que não está excluída a possibilidade de um despedimento coletivo dos trabalhadores da Parvalorem, num determinado cenário, se o Governo optar por ele.

Portanto, o argumento de que a venda do BPN era a única solução, ou teve por grande motivação resolver o problema dos trabalhadores, é em parte verdadeiro, mas noutra parte não é inteiramente verdadeiro.

Também relativamente às condições em que o processo decorreu, o Sr. Engenheiro já hoje fez uma série de afirmações, que presumo inteiramente verdadeiras e corretas e que permitem questionar se o Governo, enquanto vendedor, se colocou na melhor posição relativamente a quem queria comprar.

Dou um exemplo: o Sr. Engenheiro disse: «Eu nem sabia se havia outros interessados ainda no terreno, ainda a discutir e ainda a negociar». Admito que o Sr. Engenheiro tivesse essa dúvida, mas mais ninguém no País tinha essa dúvida.

Portanto, julgo que um dos erros cometidos pelo Governo foi exatamente esse, foi o de, em determinada altura do processo — inevitavelmente, teria de chegar a essa fase, mas essa fase poderia ter chegado bem mais tarde — ficar com um só candidato, um potencial comprador.

Este processo tem, por exemplo, um outro aspeto. O Sr. Engenheiro fez já várias declarações públicas sobre as interrogações, que legitimamente tem, relativas ao acerto, à bondade da decisão do BIC em adquirir o BPN, e de incerteza.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — O Dr. Fernando Teles também fez!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Certo.

Mas, repare: quanto mais se acentua e se carrega a dúvida e a incerteza sobre este negócio — que, seguramente, existem sempre em qualquer negócio, sobretudo com estas características —, o acentuar dessa incerteza releva outras motivações que pudessem estar por detrás deste negócio. São equilíbrios difíceis, mas tudo tem de ser ponderado.

Não sou tão afirmativo nem tão taxativo nas conclusões que, por exemplo, alguns dos Srs. Deputados do PSD já aqui tiraram. Como, por exemplo,...

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — É para preparar as conclusões!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Claro que é para preparar as conclusões. Todos nós percebemos isso, e por isso é que eu as contesto.

Quando se diz, por exemplo, como foi afirmado pelo Deputado Carlos Abreu Amorim — lamento que já não se encontre presente, mas tenho de o dizer —, que a data de 31 de julho era imperativa... Bom, em política, os imperativos relativos a datas serão raríssimos. Mas isto é só para dizer que há, neste negócio — não o podemos esconder, e tenho muitas vezes levantado essa questão —, diversas motivações para que ele se possa ter desenrolado desta forma. O que pretendo dizer é que quanto mais se interroga e se questiona o acerto, a bondade, o futuro, a perspetiva,

o interesse, a utilidade, a rentabilidade presente e futura deste negócio, mais se permite que outras vertentes sejam questionadas.

O mesmo acontece com a questão da troica.

Sr. Engenheiro, estou de acordo consigo numa coisa, discordando neste aspeto, em parte, do Deputado José Honório: não tenho tanto a certeza — neste ponto discordo de si, mas já vou dizer-lhe em que é que concordo — que o Dr. Francisco Bandeira, na conversa que teve consigo, Sr. Eng.º Mira Amaral, e com o Dr. Fernando Teles, estivesse a exprimir qualquer orientação do Governo. Tenho, até, muitas dúvidas sobre isso. Mas há uma coisa de que não tenho dúvidas: é que, depois de ouvirmos o Dr. Francisco Bandeira, se não fosse o Sr. Engenheiro, hoje, continuávamos a desconhecer que essa reunião e esse encontro se tinham realizado.

Acho que esse encontro é muito importante. E porquê? Desculpe estar a fazer estes comentários, mas sabe que quando se chega à parte final destas audições já há muito pouca coisa para perguntar, tanto mais que o Sr. Engenheiro até tem tido o mérito de esclarecer, nas suas respostas, muitas das questões que todos nós gostaríamos de ver claras.

Repesco palavras proferidas ontem no debate do estado da Nação de um Sr. Deputado — já não me lembro quem foi: «A troica tem as costas largas neste País». Está-me a parecer que, também neste negócio, se justifica com a troica algumas decisões tomadas pelo anterior e pelo atual Governo — neste caso as coisas são mistas.

Deste ponto de vista, não é pouco importante saber a resposta a duas perguntas: primeira, se o Sr. Engenheiro tem a possibilidade de nos informar com rigor da data em que esta reunião se realizou; e, segunda, saber de quem é que partiu a iniciativa desta reunião. Não é nada pouco importante porque, independentemente das avaliações e das conclusões desta Comissão de Inquérito, ela tem de ser rigorosa nos factos. A

cronologia das reuniões, quem propôs as reuniões, quem esteve nas reuniões, o que se concluiu das reuniões, tudo isso é importante para as conclusões, senão as conclusões vão ser um conjunto de opiniões dos Deputados da maioria e pouco mais do que isso.

Gostaria, pois, de lhe solicitar um esforço de memória ou, posteriormente, consultando a sua agenda, sobre a data desta reunião com o Dr. Francisco Bandeira e sobretudo sobre se a reunião terá sido da iniciativa do Dr. Francisco Bandeira, da sua iniciativa ou de alguém da sua equipa. Bem como gostaríamos de perceber se reuniões equivalentes teriam sido feitas com outros candidatos que manifestaram interesse durante o primeiro concurso e que também acabaram por não concretizar esse interesse.

As minhas primeiras questões eram estas. Agradecia-lhe, Sr. Engenheiro que me respondesse.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º Mira Amaral: — Sr. Deputado, não estou aqui para defender o Governo, nem este nem o outro. Estou aqui para responder às vossas questões. Chamaram-me cá e eu expliquei as linhas com que me coso, as decisões que tomei, as reuniões em que participei, com toda a transparência, não tenho nada a esconder. Para mim foi tudo claro e transparente. Estou aqui para explicar as minhas posições, a lógica da sociedade do BIC, não é para defender o Governo. Nisso, o Governo trata dele. Acho que já cá veio defender-se e explicar as suas razões.

Aliás, eu comecei por dizer: «Eu trato dos interesses dos meus acionistas e o Governo, espero eu, que trate do interesse público». Mal seria se não pensasse assim.

Depois, devo dizer-lhe... Até o Sr. Deputado Honório já disse que havia outras soluções para o BPN: de banco público,... Eu estou a dizer o que disse o Governo, que só tinha duas opções: ou vendia ou liquidava. Foi isso que o Governo disse. Não estou a dizer que o senhor não tivesse outras opiniões ou outras opções.

O Governo disse que só tinha estas duas opções: vender ou liquidar. E, num quadro de liquidação, é fácil perceber que havia 1700 trabalhadores despedidos. Conosco, há a expectativa de que até 1000 — são mais de 750 — se possam salvar. Portanto, não estou a dizer que a solução é ótima, que não há trabalhadores despedidos, porque há; estou a falar da teoria do mal menor, Sr. Deputado.

Não vim para aqui, Sr. Deputado, dizer maravilhas, que esta é uma solução fabulosa, que os trabalhadores estão todos safos. Vim, com toda a honestidade e transparência, dizer que estamos numa solução que é melhor do que a da liquidação. Obviamente que, como não podem ficar todos os trabalhadores, os que ficarem na Parvalorem vão ser despedidos — a Sr.^a Secretária de Estado já o disse. Lamento, mas é assim. Não podemos recuperar todos os da Parvalorem, pelo que não tenhamos dúvidas de que isso vai acontecer.

Depois, o Sr. Deputado pode concordar ou discordar, mas já lhe dei a minha opinião, como cidadão, de porque é que achava útil o Governo não falhar os primeiros compromissos com a troica. Por acaso, era este compromisso, mas não falhar os outros também acho que era importante. Sabe porquê? Porque eu já sabia, ao contrário do Governo, que ia ser muito difícil cumprir o objetivo do défice orçamental. Tínhamos de ter capital para, chegada a altura, se fosse preciso, haver alguma compreensão.

Porquê? Porque eu já sabia que — conheço a curva de Laffer, que acho que já anda a ser desafiada no País há muitos anos — esta técnica de fechar os défices dos sucessivos governos sempre através de aumento de

receitas — acho que a curva de Laffer já anda a ser desafiada há muitos anos — num belo dia iria acabar. E já sabia que esses aumentos do IVA iam afundar a restauração e não aumentar a receita.

Sabendo eu isto, que ia ser muito difícil cumprir os objetivos orçamentais, se estivesse do lado do Governo dizia: «Vou cumprir os primeiros ‘à prova de bala’ que é para quando chegar a uma altura mais difícil ter capital de credibilidade para negociar as outras coisas».

Sr. Deputado, eu teria feito o mesmo, mas não estou aqui para defender o Governo, estou a dar a minha opinião. Não morria ninguém se não se cumprisse o 31 de Julho, mas seria interessante para o País cumprir aquele objetivo. Depois, se era interessante, o Governo não podia dilatar demais. O Sr. Deputado pode achar que não é, mas eu pondo-me no prisma que era interessante, na hipótese de cumprir o 31 de julho, o Governo foi até ao limite. Repare que o Governo só a 31 de julho é que nos chamou e disse: «É com vocês que nós vamos tentar fechar negócio».

Até 31 de julho — já expliquei aqui ao Sr. Deputado — andavam outros senhores, ao lado, com a Sr.^a Secretária de Estado a simular que havia mais do que um... O NEI sabia eu que andava lá, e não sabia se andavam outros. Até disse aqui, com alguma ironia, que a Sr.^a Secretária de Estado andou a fazer isto. Portanto, nunca me deram expectativas e o Governo foi até ao último dia. Só a 31 de julho, a data limite, partindo do pressuposto de que era importante cumprir com a troica, é que nos anunciou este esquema. Portanto, nesse aspeto, se é importante cumprir com a troica — que é o meu pressuposto —, foi na data limite que o Governo nos anunciou isto, não foi antes. Sr. Deputado, essa é a minha visão do problema.

Quanto ao encontro com o Dr. Francisco Bandeira, o que é que aconteceu? Não sei se o Sr. Deputado sabe que eu conheço o Dr. Francisco Bandeira há muitos anos e o Dr. Fernando Teles também. De vez em

quando falávamos e andávamos há muito tempo, através das secretárias, para marcarmos um encontro. Portanto, não lhe sei dizer se a última iniciativa foi da minha secretária ou se foi da secretária dele. Andávamos há muito tempo a conversar, só que o Sr. Dr. Francisco Bandeira, a partir do momento em que passou a Vice-Presidente da Caixa Geral de Depósitos com *n* pelouros, a presidente do BPN, a responsável pela operação em Angola e em Moçambique, nunca se encontrava em lado nenhum.

Eu e outro amigo dele, o Dr. Tomás Correia, atual presidente do Montepio, dizíamos que não conseguíamos falar com o senhor. Dantes era normal, era habitual falarmos com ele, mas com as funções que ele tinha na Caixa... Não sei dizer-lhe, neste momento, se a última iniciativa foi da minha secretária ou foi da secretária dele. Há muito tempo que andávamos a querer falar com uns com os outros e ele não conseguia falar connosco. Portanto, não lhe consigo dizer de quem foi a última iniciativa. Também já lhe expliquei que não tenho aqui a agenda, pelo não sei o dia, como compreende.

Porque é que eu sei o dia do Primeiro-Ministro? Porque o dia do Primeiro-Ministro retive na cabeça. Nunca me chamou desde que era Primeiro-Ministro, portanto quando um dia me chamou, eu, humilde cidadão, registei na minha memória a ordem de ser convocado pelo Sr. Primeiro-Ministro, por isso é que eu sei de cor o dia em que me chamou.

Como o Dr. Francisco Bandeira não tem a mesma importância política do Primeiro-Ministro, não consigo saber de cor o dia em que ele me chamou. Tenho que ir à agenda. Portanto, é o que lhe posso dizer sobre essa matéria. E já lhe disse que se tratou apenas de uma troca de intenções, não teve nenhuma formalização. Só vimos isto formalizado quando a CaixaBI, que era o intermediário financeiro do Governo, contactou o meu CFO Dr. Jaime Pereira para iniciarmos o processo. Antes disso não houve nenhuma formalização.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo:

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Engenheiro, duas últimas perguntas.

Não fiquei inteiramente satisfeito com o esclarecimento sobre a relação das autoridades angolanas com este processo.

De facto, como o Deputado José Honório disse, há uma notícia que atribui ao Dr. Fernando Teles a afirmação — não a si, mas ao Dr. Fernando Teles — de terem sido sensibilizados pelo Governo de Luanda para a importância que a compra do BPN teria nas relações entre Portugal e Angola.

Não me parece que esta afirmação tenha obrigatoriamente de corresponder à razão e à justificação que o Sr. Engenheiro deu. E vou dizer-lhe porquê.

Se eu fosse o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, tivesse reunido com o Eng.º Mira Amaral e o Eng.º Mira Amaral saísse do meu gabinete a dizer «nada feito, porque o senhor não tem nada para me apresentar» e se eu quisesse falar com uma pessoa que, supostamente, era superior na hierarquia do negócio, não lhe iria pedir «olhe, então chame-me cá o seu chefe» e tentaria ir buscar o seu chefe por outra via.

Por isso, é que eu acho que esta afirmação do Dr. Fernando Teles pode não ter essa explicação. Portanto, pergunto-lhe mais uma vez se, sim ou não, nos pode dizer se houve por parte do governo angolano — seja lá de quem tenha sido — alguma diligência no sentido de sensibilizar a administração do Banco BIC para esta operação. Esta era a minha penúltima pergunta.

A última pergunta — já não insisto na questão do Dr. Paulo Portas, que, no outro dia, também já tinha colocado ao Dr. Fernando Teles, que deu uma resposta muito próxima da que o Sr. Engenheiro nos deu — é para

voltar a questioná-lo, até porque o Bloco de Esquerda levantou esse problema (a resposta não foi muito clara, mas eu gostava que confirmasse ou infirmasse), sobre a existência de um crédito elevado do BPN à Amorim Energia. Isso foi noticiado por um jornal e depois nunca se percebeu bem qual era...

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Houve um desmentido.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sim, mas nós nunca lemos o desmentido onde, provavelmente, o devíamos ter lido.

Sobre isso, solicitámos também uma informação ao Governo, que nos respondeu que sobre essas matérias não poderia dar-nos informações, que se tratava de questões ao abrigo do sigilo bancário, pelo que não posso deixar de lhe fazer a pergunta. Como está aqui à nossa frente, não ia perder a oportunidade de lhe fazer a pergunta e de o Sr. Engenheiro responder se, sim ou não, é verdade que há um crédito do BPN à Amorim Energia num valor relativamente elevado. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Primeiro, contei-lhe o que sei da aproximação do Governo angolano ao Dr. Fernando Teles, que foi através do Dr. Carlos Feijó. Até compreendo e acho que o senhor é capaz de ter razão, porque o Dr. Pedro Passos Coelho, depois de eu não conseguir nada na quarta-feira, pensou «tenho de arranjar outro circuito, porque com este já não me safo». Percebo o que o senhor esteja a dizer, e até compreendo. E vejo que o Sr. Deputado está a vir no bom caminho, porque as minhas ligações com o PSD não são famosas — o Sr. Deputado está a concluir também isso (*risos do orador*).

O Sr. Deputado compreenda: o que posso dizer-lhe é que, quando o Dr. Fernando Teles vem a Lisboa e está cá sempre um ou dois dias — se quiser, sem ter a mania de controlar —, eu sei qual é a agenda dele. Portanto, se ele foi falar com algum tipo do Governo, mais ou menos, consigo saber. Agora, o senhor vive em Luanda, todo o mês... Não sei, não lhe posso responder.

Quais as ligações? Os senhores tiveram cá o Dr. Fernando Teles, deviam ter-lhe perguntado isso na altura. Não me venham perguntar a mim, eu não controlo a agenda do Dr. Fernando Teles em Luanda nem em Lisboa. Só que em Lisboa, se está cá dois dias, ele tem sempre a gentileza de me dizer onde é que vai, não tem nada a esconder. Posso ter a veleidade de saber, em Lisboa, onde é que ele anda; agora, em Angola, Sr. Deputado, tem de perguntar-lhe a ele quais as conversas que teve com o Governo angolano. Não lhe sei dizer e não tenho «lata» de perguntar, desculpe a franqueza.

Sobre o famoso crédito do BPN à Amorim, até lhe agradeço essa pergunta. Isso saiu nos jornais e foi desmentido por nós nos jornais. Sr. Deputado, fiquei parvo, fiquei muito incomodado quando vejo, depois disto ser desmentido amplamente nos jornais, o Sr. Deputado Francisco Louçã, ignorando o que tinha vindo nos jornais, voltar a dizer exatamente o mesmo. Desculpe, Sr. Deputado, foi isso que se passou.

O Sr. **João Semedo** (BE): - Sr. Engenheiro, não tem de pedir desculpa.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Foi isso que se passou. Eu conheço, porque sei qual é a técnica: quando querem dizer uma coisa, ignoram olímpicamente o que vem nos jornais e voltam a repetir a cena, quando querem atingir o objetivo. E posso dizer-lhe que telefonei ao Sr. Américo

Amorim na base daquilo, porque não sabia e compreendo que, pela ética bancária, ele não era autorizado a divulgar uma coisa se o cliente...

Aparte inaudível na gravação.

Portanto, tive o cuidado de telefonar a dizer: «Há alguma dívida sua ao BPN?» E ele disse: «Não. Não sei. Mas, olhe, vou ver das minhas empresas.» Foi ver e chegou à conclusão de que havia uma empresa do grupo, cujo nome não me lembro neste momento, que tem uma conta corrente normal de 300 000 €, salvo erro. Portanto, há uma empresa do Grupo Amorim, que ele nem sabia, porque é do âmbito dos gestores, da gestão corrente da empresa (ele não tem de saber), que tem um crédito de 300 000 €. E eu disse ao Sr. Américo Amorim: «Ó Américo, você autoriza-me que eu faça um comunicado, usando o seu nome, dizendo isto?»

Por que é que tinha de pedir autorização? Eu não posso divulgar que há uma empresa que tem um crédito no banco de um valor sem o cliente autorizar, e ele autorizou-me. Eu fiz o comunicado que saiu amplamente nos jornais, dizendo que há uma empresa que, no âmbito normal da relação creditícia da sua gestão corrente com o BPN, tem um crédito de 300 000 €. Esse comunicado saiu amplamente nos jornais e o Sr. Deputado Francisco Louçã, com a técnica habitual, ignorou olímpicamente isto. Estava eu um belo domingo em casa e vejo o Sr. Deputado Francisco Louçã num comício voltar a dizer isto com a maior das tranquilidades.

Portanto, Sr. Deputado, isto foi desmentido nos jornais. Eu posso fazer-lhe o seguinte: se o Sr. Deputado quiser, eu vou recuperar esse comunicado e posso mandar-lhe.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): - Sr. Engenheiro, acredito piamente em tudo o que está a dizer, é seguramente verdade. Mas quero dizer-lhe que eu não li esse desmentido em nenhum jornal, e leio todos os dias os jornais, todos os jornais. É de tal forma que nós fizemos a pergunta ao Governo.

Sr. Engenheiro, mais do que o desmentido, mostre-nos os recortes dos jornais em que o desmentido está publicado, porque nós não vimos esse desmentido. E, como pode calcular, era um assunto que teria uma importância grande — admite isso, com certeza. Não foi um assunto sobre o qual nós olhássemos superficialmente: «Deixa cá dizer isto...». Não! Era um assunto que estava por esclarecer. Eu não me recordo ou, melhor dizendo, eu não vi nunca esse desmentido. Nunca vi esse desmentido!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Então, vou tentar fazer o seguinte, com os meus homens da comunicação...

O Sr. **João Semedo** (BE): - O que não quer dizer que o Sr. Engenheiro não tenha feito o desmentido. Isso fez, com certeza. O que estou a dizer é que não me recordo de ter visto, posso garantir-lhe que não vi em nenhum jornal - imprensa generalizada, imprensa especializada, enfim, revistas de economia, seja o que for - um desmentido formal sobre isto.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Sr. Deputado, vou tentar fazer duas coisas: recuperar o comunicado original e recuperar o *clipping* de notícias, porque os meus homens da comunicação fazem-me sempre, como é habitual, um *clipping* de notícias. Portanto, vou tentar recuperar e terei todo o gosto em dar-vos.

Sr. Deputado, acredite que ele existe, e foi isto que se passou. Até porque, Sr. Deputado, eu sabia uma coisa: as notícias habituais diziam que

a dívida da Amorim Energia... Que era uma dívida da Amorim Energia ao BPN. Sr. Deputado, posso dizer-lhe que eu sabia, por gentileza do Sr. Américo Amorim, até porque ele sabe o meu interesse e o gosto pela energia... Ele tinha-me contado as *démarches* de financiamento da Amorim Energia, que não eram com o BPN. Surpreendeu-me a notícia, porque não me parecia que tivesse havido financiamentos do BPN à Amorim Energia. Eu sabia quais os bancos — sabia, porque ele me contou, por gentileza só — que tinham financiado a Amorim Energia. Depois, é uma empresa do Grupo Amorim que tem esta conta corrente normal.

O Sr. **João Semedo** (BE): - Sr. Engenheiro, então, nós ficamos à espera. Agradeço, de qualquer forma, os seus esclarecimentos.

O Sr. **Presidente**: - Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista, para colocar as suas questões.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): - Sr. Presidente, o Partido Socialista queria também agradecer ao Sr. Eng.º Mira Amaral os contributos iniciais claros, que também ajudam a precisar os termos das questões que gostávamos de colocar.

Retomava a fase inicial, no que diz respeito ao período de tempo que demorou a privatização, que é um aspeto que temos discutido e reiteradamente analisado nesta Comissão e que, evidentemente, terá pesado na desvalorização do Banco. Mas pedia que comentasse e que, pelo menos, tivesse uma visão quanto ao que pesou, também, o histórico que estava associado ao Banco.

Isto é, inegavelmente, a nacionalização deveu-se a uma análise de risco sistémico, mas os problemas que o Banco sofria deviam-se também a um conjunto de casos que foram analisados até na comissão de inquérito

anterior e que estavam associados àquilo que pôde descrever-se na altura como um caso de polícia e que, enfim, evidentemente, corre os seus termos nos tribunais — não é tanto o objeto desta Comissão de Inquérito. Mas, obviamente, isto teve um peso significativo na imagem do Banco, e não só teve um peso na imagem do banco...

Aliás, o Sr. Engenheiro relatou que uma das primeiras medidas tomadas depois da aquisição foi precisamente o *rebranding* e assegurar que a marca BIC substitui a marca BPN, para evitar a continuação da degradação da carteira de clientes. E o próprio Dr. Faria de Oliveira, quando teve oportunidade de nos dar alguns contributos, também sublinhou que uma das questões que pesou para a Caixa Geral de Depósitos não estar interessada numa eventual fusão era precisamente não querer ficar associada à marca e ao que estava associado ao Banco.

Portanto, não só temos este histórico anterior, como também, na fase que se segue à nacionalização, há um momento que podemos descrever como de alguma incerteza, quer quanto ao volume das imparidades quer mesmo quanto ao alcance completo do que seria a realidade exata, em termos contabilísticos e não só, associada ao Banco.

O Sr. Eng.º Mira Amaral referiu há pouco o exemplo britânico e o processo de reprivatização das operações de nacionalização que ocorreram. Mas, por exemplo, a Northern Rock foi nacionalizada antes do BPN e também só viu o seu processo concluído em novembro de 2011. É certo que com várias fases e com modelos diferentes, mas também teve um processo relativamente... não lhe chamaria longo mas, pelo menos, demorado no tempo, e não estava associado, como eu dizia há pouco, aos problemas com a justiça que estiveram associados e que estiveram, em parte, na origem da nacionalização.

Portanto, perguntava-lhe até que ponto é que este fator também não foi pesado na opção do BIC, não foi tido em conta e, até certo ponto, se é

ou não verdade, se podemos ou não concluir (e eu acho que temos tido depoimentos neste sentido, mas seria útil também ter a sua perspectiva sobre esta matéria) que esse fator também não complicou o processo de reprivatização, precisamente porque o apuramento exato da realidade associada ao Banco não poderia permitir uma reprivatização em consciência por parte do Estado sem ter a exata percepção do que lhe estava associado, ou partilha de uma visão diferente quanto a esta leitura.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Essa é uma boa questão.

O Sr. Deputado referiu problemas com a justiça para justificar isto. Eu acho - e o Sr. Deputado, aliás, também já o referiu - que, se há algum argumento para justificar a nacionalização, é o risco sistémico, não são os problemas com a justiça. Até porque devo dizer o seguinte: era muito fácil o Governo decidir... Admita que, na linha que o Sr. Deputado defendeu, o Governo gostava de saber como é que aquilo estava com a nacionalização. Então, se não era imediatamente, era seis meses depois! Não há justificação para levar dois anos e tal num processo, porque o que sabiam podiam saber em seis meses.

E, depois, se estão em causa problemas com a justiça... Sabe o que fizemos com o Governo? O acordo é muito claro! Todos os processos do passado do Banco não são da nossa responsabilidade. Isto é, apanhamos com eles, e o Sr. Deputado não faz ideia do conjunto de processos que eu e os meus colegas todos os dias apanhamos, os custos de tempo, os chamados custos de oportunidade que a gente tem pelo passado do BPN. E porquê? Porque somos a entidade que juridicamente recebeu... O tipo que se queixa do BPN não tem de saber se o processo é do Estado ou nosso, queixa-se do BPN e o processo aparece lá!

O acordo feito com o Governo implica o quê? Que nós, depois, temos um comité de acompanhamento com o Governo, em que há um conjunto de advogados e juristas pagos pelo Governo. São eles que vão tratar desses processos.

Portanto, Sr. Deputado, este acordo que foi feito por nós agora com o Governo podia ter sido feito pela entidade que o comprou na altura, no dia seguinte, seis meses depois. O processo era o mesmo, era dizer: «Nós tomamos conta do Banco, todos os processos desencadeados pelo passado não são da nossa responsabilidade. Temos um destino incómodo, nosso e do Governo, que é o de gerir em conjunto estes *dossiers*, que passamos para o advogado».

O que temos feito, Sr. Deputado, que é uma cooperação exemplar com o Governo, é isto: nós escolhemos, de comum acordo com o Governo, um conjunto de gabinetes e de juristas e, quase todas as semanas, o meu colega Carlos Traguelho fala com o Governo e cada processo que vem, que nos cai a nós, é de acordo com o Governo que é encaminhado, porque como é o Governo que vai pagar, não queremos ser nós a decidir. A decisão para onde eles vão é do Governo.

Portanto, foi isto que estabelecemos. E, Sr. Deputado, o mesmo podia ter sido feito no dia seguinte à nacionalização ou seis meses depois. Isso para mim não é argumento.

Depois, há outra maneira de fazer as coisas.

Até aceito, Sr. Deputado, que não fosse no dia seguinte, porque o Governo queria ver o que lá havia, mas chegavam seis meses para ver o que lá havia! Depois, na base de um balanço pro forma, vendia. E, quanto a desvios a mais ou a menos, ou pagava o Governo ou pagava quem comprasse.

Sabe por que é que lhe digo isto? É que mesmo hoje, depois de todas as *due diligence* que houvesse, que podem levar seis meses, dois ou três

anos, a gente nunca tem a certeza de que não haja coisas que não se descobriu. Portanto, como não temos a certeza, seja ao fim de dois meses, de dois anos ou de três anos, tínhamos de fazer um acordo — como nós fizemos com o Governo — de bom senso, que é dizer: como não temos a certeza, nunca esgotámos tudo, e tudo o que apareça agora, mas que tinha sido desencadeado antes de comprarmos, obviamente não assumimos a responsabilidade e tem de passar para o Governo.

Portanto, Sr. Deputado, havia outras maneiras, que foi o que fizemos agora. O que o Sr. Deputado diz, e eu aceito o argumento, é que, no dia seguinte, o Governo queria saber minimamente o que é que tinha tomado em mãos antes de limpar... Aceito esse argumento, mas não era preciso estar dois ou três anos a enrolar a solução transitória.

O Sr. Deputado tem consciência do que os infelizes dos trabalhadores passaram? Há gerentes que tenho visitado, e até tenho pena dos homens, que me dizem: «O Sr. Engenheiro sabe que, quando me levantava e ia para o Banco, apareciam-me os clientes e eu nem tinha coragem de dizer... O que é que eu lhes dizia?» O Sr. Deputado sabe as reclamações que há das famosas obrigações BPN e os tipos, na altura, nem sabiam o que haviam de dizer aos clientes. Oiça, os trabalhadores do BPN... Infelizmente, não posso ficar com todos, mas tenho uma consideração e uma compreensão do que aqueles tipos passaram, e aguentaram o Banco! Foi uma fase...

Portanto, por tudo isto, quanto menos tempo passasse melhor era, Sr. Deputado! É só isso que está em causa! É isso que eu digo.

Ou, então, havia outra solução, que o Sr. Deputado Honório e o Sr. Deputado João Semedo preferiam, que era a da esfera pública. Mas isso tinham que ter decidido logo.

Também percebo o presidente da Caixa. Porque é que a Caixa quer um Banco daqueles? Já tem as agências, não precisa de mais! Para que é

que quer os trabalhadores? Aquilo era uma má solução na Caixa. Agora, se os senhores me disserem que ficam com dois bancos públicos e especializam os bancos, um para uma coisa e outro para outra, eu posso não concordar e ter as maiores dúvidas, mas percebo a lógica — isso ainda percebo, que os senhores especializem um banco público para uma coisa e outro banco para outra. Posso achar que é excessivo.

Aliás, na altura, quando o Ministro das Finanças Miguel Cadilhe constituiu dois grupos financeiros, eu contestei-o em Conselho de Ministros. Lembrem-se, na altura, o Grupo BFE e o Grupo Caixa RO/BNU e o Grupo BFE RO/Borges? Disse-lhe: «Para evitar que o Orçamento do Estado pague a fatura, você põe o BNU na Caixa e põe o Borges no Fomento». Sabe qual era a minha tese? É que o Fomento, na altura, tinha sido metido na Caixa com meio milhão do Banco de Investimento da Caixa, não tinha chegado ao BPI, está a ver?

Eu aceito lógicas destas, de especialização, agora não percebo é ter o BPN dentro da Caixa para fingir que resolvemos o problema. A Caixa não precisa dos trabalhadores nem dos balcões, nem precisa da rede de empresas. A Caixa tem uma excelente rede de empresas, não precisa do BPN para nada...

Se fosse presidente da Caixa, eu tinha exatamente o mesmo raciocínio que o Eng.^a Faria de Oliveira aqui teve.

Agora, se os senhores me disserem «especializar uns bancos numa coisa e outros noutra», posso não concordar ou dizer que não vai funcionar, mas percebo a lógica, mas meter os dois na Caixa, ao monte, essa é que nem sequer percebo.

Das soluções que podia haver, essa era uma solução. Agora, a indefinição de três anos nisto, Sr. Deputado, o que os infelizes trabalhadores passaram foi infernal. O Sr. Deputado não faz ideia do conjunto de problemas psicológicos que alguns arranjam.

Portanto, a minha preocupação é recuperar estas pessoas com que ficamos, dar-lhes um ambiente de tranquilidade para o futuro. E não estou a dizer isto só por razões humanitárias: é que se não recuperar estes tipos não tenho banco!

E qual é o argumento que tenho para estes senhores? «Vocês entraram num grupo financeiro sólido, temos dinheiro, temos capacidade financeira, tem a liquidez de Angola, façam-se à vida e justifiquem, vão ganhar dinheiro e vamos aumentar os ordenados». Eu já lhes disse: «vocês ajudam a pôr o banco a ganhar dinheiro que têm um envelope no fim do ano». Faz-se o mesmo que o Dr. Fernando Teles faz, em Angola, no fim do ano.... Com 150 milhões de dólares de resultados, no fim de todos os anos remunera um pacote aos trabalhadores, que ficam encantados.

Se conseguirmos fazer isto em Portugal – não vamos conseguir tão cedo porque não temos a economia a crescer como Angola –, encantados, mas agora a situação psicológica que estes tipos sofreram, Sr. Deputado, três anos, é massacrante.

O Sr. Presidente: - Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, faça favor.

O Sr. Pedro Delgado Alves (PS): - Insisto novamente pelo seguinte: retomando o caso do Northern Rock, que acho um bom comparativo, porque as causas da nacionalização são similares àquelas que acabaram por ser determinantes para a nacionalização do Banco, deparamo-nos com uma nacionalização que ocorreu em fevereiro de 2008 e cujo processo se concluiu em novembro de 2011, a venda definitiva, depois de o banco ter passado por um processo de reestruturação.

No caso do BPN, há uma nacionalização, em novembro de 2008, no momento em que os processos judiciais associados, quer aqueles de natureza criminal quer os restantes, que são litígios (e aos quais já

regressaria a propósito do processo e do contrato final de aquisição), se tornam públicos e conhecida a atividade associada, com a dúvida e a incerteza quanto à realidade financeira por detrás do Banco, fator esse que, na perspectiva de quem pretende fazer a venda e de quem tem de ficar com os litígios, obviamente, caso opte por isso, como foi o caso do que acabou por ocorrer, apenas permitiria defender o interesse público estando efetivamente apurado e determinado qual o âmbito daquilo que seria o encargo para os contribuintes dessa atividade criminosa anterior e dos litígios que subsistem.

Portanto, a opção que o Estado acabou por tomar, nessa perspectiva do bom senso e de permitir encerrar o processo, é obviamente lógica, mas, na perspectiva da defesa dos contribuintes, apurar exatamente qual o montante completo que está associado, em termos de volume e de carga para os contribuintes, obviamente que nos parece a nós que teria de ser um fator determinante para depois o próprio processo de venda ter esse fator em conta na fixação do preço e das condições de alienação.

Por outro lado, também retomaria uma declaração que tem sido muitas vezes referida e que ainda há pouco foi citada, a propósito de acontecer pela primeira vez na história um concurso ficar deserto. O Sr. Eng.º falou em três anos e tem razão, pois o período completo, se considerarmos a celebração do acordo, em dezembro de 2011, é de três anos, mas a verdade é que primeira a tentativa de alienação do Banco ocorre em agosto de 2010. Portanto, o momento em que o Estado entendeu que, em determinadas condições, que depois se verificou não serem suficientes, se iria proceder à venda, no que diz respeito à diligência para concluir o processo, é um momento que corresponde, na realidade, a um ano e meio.

Portanto, percebi a sua opinião sobre a matéria mas acho que há aqui uma leitura que tem de ter em conta o peso e carga negativa associada ao Banco, que influiu posteriormente nessa avaliação.

Concluindo este ponto e avançando temporalmente para a fase da reprivatização, já que falámos nos litígios, aproveitava para colocar esta questão, que penso que também é relevante.

Um dos fatores de equilíbrio nos dois pratos da balança no acordo final é precisamente o facto de o Estado assumir na íntegra o volume dos litígios. Tivemos aqui oportunidade, em audições anteriores, de ficar com uma ideia do que pode vir a ser este universo de encargos para o Estado, mas há um nível de incerteza muito significativo. Ou seja, quando ouvimos as declarações do Dr. Costa Pina, quando cá esteve, na semana passada, interpretámos a surpresa não tanto quanto à questão do preço, dos 40 milhões, mas por os 40 milhões serem uma parcela daquilo que é eventualmente surpreendente na perspetiva das condições finais do negócio.

Os 40 milhões são, de facto, o preço pago pela aquisição do Banco mas o Estado assume também um conjunto de encargos que reequilibra ou desequilibra, eventualmente, os pratos da balança, nomeadamente as linhas de crédito, a assunção do contencioso por parte do Estado, a possibilidade alargada de seleção de créditos até ao final deste ano, os depósitos remunerados que permanecem no BPN e também – e esta é a questão fundamental – a recapitalização.

Isto é, o volume de recapitalização que ocorre ainda na responsabilidade do Estado é ou não um fator relevante para nos ajudar a compreender a surpresa do Dr. Costa Pina? Não é que o exercício desta Comissão seja esse, mas daí pedir a sua opinião sobre se essa surpresa não pode residir no facto daquilo que foi a recapitalização que teve lugar.

Discutiram-se vários montantes, o Sr. Eng.º referiu há pouco que 1000 milhões de euros era o que era estimado para manter o Banco «à tona de água», e acabou por se fazer uma recapitalização por um valor inferior, mas houve muitas transições entre o BPN e as suas sociedades veículo, alterando precisamente o perímetro daquilo que estava a ser vendido.

Procurando sintetizar, pergunto se não conseguimos enquadrar essa surpresa colocando em cima da mesa, por exemplo, o contencioso, a recapitalização operada, fundamentalmente, e também as condições em que o negócio teve lugar? Essa surpresa não será tanto pelo valor pago pela compra do banco mas pelas restantes condições que lhe estão associadas e que, eventualmente, podem revelar aquilo que, na ótica de quem acompanhou o processo anteriormente, seria uma solução mais desequilibrada, sendo certo que havia uma pressão diferente também no momento em que a compra tem lugar e no momento em que ela estava a ser preparada, por força do Memorando de Entendimento, e isso, evidentemente, também deve ser ponderado.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Eng.º Mira Amaral, faça favor.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Sr. Deputado, acho que estou à vontade. Não vim aqui atacar o governo do PS, não vim aqui atacar a nacionalização, percebi até as razões, podia haver razões de risco sistémico. Agora, o Sr. Deputado não me convence que é preciso 3 anos para isto. Já disse que seis meses chegavam. Lamento!

Sr. Deputado, não vale a pena que dessa não me convence. Não vale a pena! 6 meses chegavam! Já expliquei os mecanismos de balanço proforma, jurídicos, que permitiam resolver isto mais cedo.

Estou à vontade, não vim atacar o governo PS, mostrei a minha estima e consideração pelo Ministro das Finanças, não pelo Secretário de

Estado, pois é espantoso, fiquei abismado com o que ele disse aqui e tenho de concluir que o Prof. Teixeira dos Santos, coitado, estava muito mal acompanhado no governo. Esta é a conclusão que tenho de tirar, desculpe... Lamento mas tenho de dizer isto.

Queria ainda dizer o seguinte: a defesa do contribuinte faz-se minimizando o tempo de degradação do banco. É aí que se faz a defesa do contribuinte. A partir do momento em que o Estado nacionaliza e em que se torna acionista do Banco, o Estado assume automaticamente todos os compromissos do passado, conheça-os ou não conheça.

Não há volta a dar-lhe! Não é preciso estar a investigar se existem ou não porque ninguém vai comprar o Banco querendo assumir os compromissos do passado. Isso, esqueça! Ou, então, quem comprar é um «tótó» que vai à falência rapidamente. Isso, esqueça! Na economia do mercado é assim, Sr. Deputado. Não tenha ilusões. Ninguém de bom senso, acionista privado vai comprar um banco, como o Dr. Lourenço Soares queria aqui, assumindo alguns riscos do passado. Esqueça! Isso é um «tótó» que nem merece ser empresário, deve levar logo uma punição do mercado, o que é uma vantagem da economia de mercado. Quem não tem jeito, quem é «nabo», vai à falência, fecha a loja. É, para mim, uma das grandes vantagens da economia de mercado.

Depois, há solidariedade social, para pagar o subsídio de desemprego, para um gajo não passar fome, o que quiser... Desculpe, as coisas são assim, não vale a pena... Portanto, Sr. Deputado, esqueça a tese de «é preciso tempo para descobrir o que lá se passa», porque a partir do momento em que se nacionaliza, o Estado, infelizmente, todos nós ficamos responsáveis por todo o passado, conheçamo-lo ou não.

Portanto, o que é preciso, a partir desse momento, é evitar a degradação dos ativos. Quanto mais tempo levar a degradação de ativos,

menos o Estado recebe de compensação pela venda e assim, em nome dos contribuintes, a questão é essa.

Sr. Deputado, se calhar não me ouviu, não estava cá, mas já expliquei que o valor de uma empresa é o valor atual dos créditos todos, futuros. O passado, conheça-o o senhor ou não conheça, nenhum acionista aceita ficar com ele. Só se fosse «tótó» e, então, esse deve ir à falência rapidamente. É a sanção do mercado.

Todo o passado tem de ser por conta dos que existem. Ouvi, na imprensa, que o Dr. Lourenço Soares veio dizer aqui que não concorda, que o BIC devia ter 15 ou 20% das responsabilidades do passado, e aí devo dizer que, esqueçam, não comprávamos o Banco, ninguém de bom-senso o comprava.

Devo ainda dizer o seguinte: não vou dizer números, mas o senhor sabe que há garantias emitidas pelo BPN no passado que agora têm de ser honradas e ninguém consegue prever exatamente quando é que aquilo dá para o torto e quais as garantias honradas. O senhor acha que qualquer acionista ia assumir essas garantias?! As coisas quando chegam... o infeliz do governo que estiver em funções, este ou outro, vai ser confrontado com garantias que tem de assumir, coisas do passado, como outros casos – este ou outro governo qualquer.

O senhor dir-me-á: «isto é novo». É! Só que são factos do passado que já são da responsabilidade do governo mas que o governo não sabia. Mas vão cair-lhe em cima, não tenha ilusões sobre essa matéria.

Sobre a recapitalização, o problema é simples. Como o Sr. Deputado deve saber, o capital social de qualquer banco é uma caução que os acionistas têm de dar para exercer a atividade num sentido. O que é que um banco faz? Transforma depósitos em crédito. E quando transformamos depósitos em crédito, alguns clientes não pagam o crédito e incorremos em perdas. Portanto, o capital social, nesta perspetiva, é a caução que os

acionistas dão de garantia aos depositantes para quando há crédito malparado, respondendo o capital social perante os depositantes para o capital dos depositante ser garantido.

É isto que é a lógica do capital social de um banco. O que o Sr. Deputado tem de perceber, nesta lógica simples de para que é que serve o capital social, é que quanto maior é o volume de crédito que um banco dá, maior tem de ser o seu capital. Porquê? Porque maior é a necessidade. Esse é o drama que estamos a ter agora, em situações de crise: os bancos perdem dinheiro, o capital reduz-se e, depois, não podem dar crédito. É o problema que estamos a sentir.

O que é que aconteceu? Já expliquei aqui que este Banco, para funcionar, tinha de ter rácios de solvabilidade mínimos de 10%, que era aquilo que as autoridades bancárias exigiam. E devo dizer que o Banco de Portugal, simpaticamente para o Governo, andou a não complicar a vida ao Governo, autorizando que o BPN estivesse a operar até agora com um capital próprio negativo. Esta é uma simpatia do Banco de Portugal, uma compreensão, para este Governo e para o anterior, para todos, porque não devia operar.

E tanto não devia operar que o BPN nem fazia o exercício que temos de fazer junto do Banco de Portugal, os instrumentos de adequação de capital, em que temos de demonstrar que temos capital. O BPN não fazia isso junto do Banco de Portugal porque tinha saldo negativo.

Portanto, só comprávamos o Banco se o BPN aparecesse com situação líquida positiva, com um grau de solvabilidade que permitisse exercer a sua atividade normal, que é dar crédito.

O que o Sr. Deputado poderá dizer, como o governo dizia, é que chega um rácio de solvabilidade de 10%. Expliquei porque é que não aceitava fazer o negócio com 10%, quis mais, 16%. Já expliquei a contrapartida que ofereci ao Governo, que aceitou, de compensação de

preço, que, no fundo, permitia que entrasse com o capital de risco e seja recompensado se o negócio der.

Acho que foi *fair*, decente, o que fizemos. Não fica tudo para nós, o contribuinte partilha connosco o risco da atividade, tendo capital, rácios de solvabilidade de 10 para 16%. Se as coisas correrem bem, os acionistas do BIC devolvem algum ao Estado, na compensação de preço.

O Sr. Deputado pode dizer que não concordo. Devo dizer que se não fosse isto não tínhamos ficado com o Banco, e como parece que os tipos do NEI... Segundo a Sr.^a Secretária de Estado, não queriam vender ao NEI, e assim o Governo não tinha vendido.

É tão simples como isto.

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): - Colocando um cenário hipotético, com base naquilo que acabou de dizer, se o Governo tivesse optado por assumir os encargos decorrentes dos processos judiciais e 6 meses depois tivesse colocado o Banco à venda, com esse pressuposto de que o passado foi anterior e portanto o Estado assume os encargos, o BIC adquiria, nesse contexto, nessas condições, naquela data, em que a incógnita sobre a realidade das imparidades era, de facto, real? Teria adquirido o Banco? Estaria em condições de o adquirir? Iria a um concurso público para o adquirir nestes termos?

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: - Com certeza!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): - Só para concluir o raciocínio, então, nesse contexto, como é que se explica que, já sendo conhecidas as imparidades, em agosto de 2010, no momento da abertura do primeiro

concurso, em que já era conhecida a realidade do Banco, o interesse nesse momento tenha produzido um concurso que ficou deserto? Porque, da perspetiva dos potenciais investidores, em agosto de 2010, o risco que associavam ao Banco — é a minha leitura, evidentemente —, em parte, ainda era significativo e, portanto, sem uma redefinição do perímetro, não o quiseram adquirir?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral** (PSD): — Sr. Deputado, lamento dizer, mas acho que está a confundir as coisas.

O que é que acontecia? Havia um perímetro de privatização, com uma série de créditos, que a gente já sabia que eram incobráveis e malparados, e isso explicou o desequilíbrio entre ativos e passivos, dando ao Banco uma situação negativa em que tínhamos de meter lá mil milhões de euros. O Governo, ainda do PS, corrigiu-o (já expliquei isto) e voltámos a um novo processo, em que a gente só escolheu os ativos e passivos que queria e, portanto, já deu um Banco que acreditamos que seja viável.

Isto não significa que, quer na configuração anterior quer nesta, não houvesse um conjunto de riscos para a atividade que vinha do passado — um dos casos óbvios são as garantias que o Banco emitiu para cobrir... e que não sabemos se vão ser executadas, ou não. Quer na situação anterior quer nesta, tinha sempre que se fazer o que se estabeleceu no acordo com o Governo, isto é, dizer que os riscos que apareçam e que a gente não detetou, mas que são claramente imputados ao passado, são da responsabilidade do Governo.

Era isto que estava em causa, Sr. Deputado.

Uma coisa é saber, logo à partida, qual é o crédito malparado, aceitá-lo ou expurgá-lo — é esse exercício que é feito da primeira privatização

para a segunda, em que esses créditos são todos limpos, não ficam dentro do BPN —, outra coisa é dizer que há responsabilidades assumidas pelo BPN, que a gente nem conhece e que, um belo dia, nos aparecem em cima! E, quer no processo anterior quer neste, qualquer acionista faria o que nós fizemos com essas responsabilidades: no acordo fica claro que essas responsabilidades são do vendedor, que é o acionista.

Foi o que fizemos. São duas coisas distintas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Duas questões finais nesta primeira ronda e, se tiver tempo, o que duvido, passaria a palavra à Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça. Mas tentarei ser sintético.

A primeira prende-se com o processo negocial. Também já tivemos oportunidade de colocar esta questão ao Dr. Fernando Teles, não tendo ficado inteiramente clara a evolução quanto ao período de tempo que vai de julho até ao final do ano de 2011. Concretamente, em setembro, são confrontados com uma nova versão, com um novo contrato de promessa, que se afastava, nalguns pontos, penso que fundamentalmente (corrija-me se eu estiver errado) no aspeto que se referia ao acordo de empresa, entre outros. Mas, simultaneamente, começa o processo junto das instâncias comunitárias para apuramento da validação face às normas da concorrência sobre a possibilidade da venda naqueles termos.

Perguntava — porque, na altura, o Dr. Fernando Teles não me esclareceu inteiramente quanto a este aspeto — se, das preocupações da nova equipa, do novo grupo que, em termos jurídicos, estava a fazer o acompanhamento, as questões que então se colocavam eram coincidentes com as que foram suscitadas pela Comissão Europeia ou, se, de facto, há

um conjunto novo de matérias que surge em outubro, quando é conhecido o relatório de 24 de outubro da Comissão Europeia. No fundo, é só para precisar quanto às necessidades de fazer uma alteração posteriormente ao acordo-quadro, para balizar temporalmente esta questão que não tinha ficado inteiramente clara.

A última questão é relativa à fusão invertida que irá ocorrer.

O Sr. Engenheiro fez declarações ao *Diário Económico* no mês passado, dizendo que uma das principais razões da absorção do BIC pelo BPN seria, fundamentalmente, a da eficiência fiscal.

Pergunto qual é a estimativa que faz quanto a este impacto fiscal da operação e, portanto, se este fator adicional, que obviamente também revelaria uma vantagem para o BIC em fazer a operação nestes termos, foi ou não o fator determinante, uma vez que o Dr. Fernando Teles nos disse que não seria e, portanto, que as questões fundamentalmente eram de natureza societária, de direito das sociedades, mais do que outra. Mas, no fundo, uma vez que o Sr. Engenheiro referiu a otimização fiscal como um desses fatores, queríamos só que confirmasse, ou não, se seria determinante para essa fusão invertida.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sobre as relações com a Comissão Europeia, vim a saber, já neste processo — e fiquei espantado —, que o Governo anterior nacionalizou, começou a injetar para lá dinheiro e nunca «passou cartão» à Direcção-Geral de Concorrência da Comissão Europeia. Portanto, o Sr. Dr. Costa Pina devia explicar aqui por que é que andou a pôr a Caixa, os apoios públicos no BPN e nunca «passou cartão» à Direcção-Geral da Concorrência.

Portanto, este Governo, quando chegou, viu-se confrontado com uma situação: todos aqueles apoios que tinham sido dados ao BPN pelo Estado — Caixa, inclusive, porque a Direcção-Geral de Concorrência para esses efeitos considera que quando a Caixa, como banco público, injeta dinheiro no BPN, obviamente, toda a gente percebe que foi por instruções do Estado, portanto, é um mero instrumento público para o fazer.

O que é que aconteceu? Foi este Governo — foi o que me contaram, Sr. Deputado — que teve de andar em Bruxelas a explicar o que se tinha passado, a tentar legalizar auxílios de Estado, que eram claramente ilegais, na perspectiva da Comissão, e no meio disso, obviamente, a tentar safar a venda que estava a fazer. É tão simples quanto isto (*risos do orador*).

Portanto, as primeiras declarações da Comissão, irritadíssima com o processo de venda e tudo isto, vinham, Sr. Deputado, do comportamento do Governo anterior, que nunca comunicou à Comissão os auxílios. E este Governo e o BIC apanharam por tabela!

Posso dizer — não vou citar nomes — que sei quem foi falar com o Comissário Joaquín Almunia, e a primeira coisa que ele disse foi: «Estes tipos nunca nos comunicaram nada, a gente não sabia o que se passava». Portanto, o mal-estar... Portanto, este Governo conseguiu restabelecer as coisas e andou num processo difícil com a Comissão, que foi não só reparar o passado, mas também que a Comissão aceitasse algumas das nossas imposições, o que também não foi fácil — eu já expliquei.

Portanto, Sr. Deputado, a Comissão não aceitava o *spread* da linha de crédito com a Caixa, não aceitava que a gente tomasse o papel comercial da Caixa com o apoio do Estado para o resto da vida — tivemos de ceder nisto, porque a Comissão impôs. Fomos nós que cedemos.

Já referi que o Estado não lhes deu nada de linhas de crédito e papel comercial. Isto são linhas de apoio que a gente ia utilizar se não tivesse depósitos — felizmente, acho que não se vai concretizar. O Estado não nos

deu nada, eram linhas que estavam ali disponíveis se a gente quisesse utilizar.

Portanto, a Comissão Europeia e este Governo confrontaram-se com duas situações: o passado do BPN, que é da responsabilidade do Governo anterior, e as imposições do comprador, que era o BIC (também algumas não eram difíceis de gerir na Comissão Europeia⁹). Depois, lá tivemos de ceder, como já vos expliquei, para chegarmos a um acordo final.

Portanto, na fase final, o que se passou foi que a negociação, como já expliquei, não era entre o Governo e o BIC, era entre o BIC e a Comissão Europeia, com a Secretária de Estado a «passar a bola» e a dizer: «A gente não tem nada a ver com isto, é a Comissão Europeia que impõe». E a gente lá cedeu nalgumas coisas para chegar ao acordo final.

Sr. Deputado, sobre a fusão invertida, é claro que eu fiz declarações ao *Diário Económico*. Mas eu já devia ter juízo, não nasci ontem, devia ter percebido que eles puxavam logo do fiscal, porque esse é que é mediático, com o outro estão-se nas tintas»! O resto, da dimensão... Pois, fui ingénuo, *mea culpa*, porque já cá ando há muitos anos, já não devia ser ingénuo, mas fui ingénuo.

Tenho de explicar a parte operacional disto. Peço desculpa, isto é demasiado técnico, mas, já agora, como já fui engenheiro eletrotécnico — e continuo a ser o *chief information's office* do BPN (já o fui na Caixa), sou eu que tenho este pelouro dos sistemas de informação —, antes de ter tido aquela má ideia de ir para a política, vou ter de explicar o que se passou.

Como é que o sistema funciona? Nós temos um sistema informático no BPN e tínhamos um sistema informático no BIC. Como compreendem, o sistema informático do BPN, com máquinas AS400, é muito mais potente do que o do BIC, porque o BIC era um banco pequeno. Portanto, o que é vai acontecer? Nós esquecemos as máquinas do BIC e usamos as máquinas AS400 do BPN. Portanto, na nossa linguagem informática, vamos pegar no

código genético informático do BPN, que são os *beans*, são esses os que ficam, esquecendo os do BIC.

Do ponto de vista operacional, o que estamos a fazer é meramente a integração do BIC no BPN. E se é isso que vamos fazer, chegámos à conclusão que, do ponto de vista jurídico, era mais fácil, já que os códigos são todos do BPN, «fogo à peça», é o BPN que fica, com uma pequena *nuance*: o BIC dá autorização ao BPN para utilizar o nome Banco BIC. Portanto, é isto que temos de fazer.

No fundo, fica tudo do BPN e, no último dia, o BIC dá autorização ao BPN para utilizar o nome Banco BIC. Portanto, é isso que se passa.

Do ponto de vista fiscal, o que é que se passa? O que aconteceria sempre, e foi isso que eu disse ao *Diário Económico*, e o *Diário Económico* não puxou para cima. O senhor compreende: lá por nós termos comprado o BPN, estamos ao abrigo das leis portuguesas e, se as leis portuguesas permitem às empresas, se vierem a ter lucros, fazerem o *carryback* dos prejuízos passados, obviamente não estamos proibidos de o fazer. Mas se o senhor me disser que vou conseguir ter lucros para fazer o *carryback* dos prejuízos passados do BPN, Deus o oiça!, porque ficarei encantado. Não sei, sequer, se o vou conseguir, mas garanto-lhe: se conseguir ter lucros, como qualquer gestor português, ao abrigo das leis portuguesas que o poder político fez, não terei reбуço nenhum em fazer uma petição ao Ministro das Finanças, dizendo: «Ao abrigo da lei fiscal vigente, estou a ter lucros, tive os prejuízos do passado que herdei do BNP, posso tentar ter alguma compensação fiscal?». Posso!, mas depende: depois de o Ministro das Finanças aceitar o meu pedido tal como à generalidade das empresas portuguesas.

Portanto, estou ao abrigo das leis fiscais — foi isso que eu quis dizer ao *Diário Económico* —, tenho prejuízos do BPN do passado que podem, um dia, se eu tiver lucros, ser postos na mesa para tentar ter alguma

compensação. Mas, depois, é o Ministro das Finanças — este ou quem estiver — que vai decidir. Eu e qualquer gestor de uma empresa portuguesa estamos ao abrigo desta lei, e foi isso que eu quis explicar.

A integração é feita, por razões operacionais, do banco maior, que integra o pequeno e a parte da informática, os *beans* são os do BPN — era cómodo que assim fosse. Portanto, do ponto de vista jurídico, também dá menos trabalho e menos chatices. Depois, no meio disto, se vier a ter lucros e se conseguir ter alguma compensação fiscal, isto é, o *carryback* dos prejuízos, encantado! Mas não sei se o Ministro das Finanças — este ou outro — ma vai dar, não sei eu nem sabem os gestores das outras empresas. Cabe depois ao Ministro decidir.

Não sei se o esclareci, Sr. Deputado.

O *Diário Económico* — e aí foi ingenuidade minha — o que é que puxou logo? Qual é o subliminar disto? «Aqueles malandros do BIC compraram o BPN só por 40 milhões e ainda vão ter benefícios fiscais!».

Estou a explicar-vos com toda a transparência o que se passa e, portanto, do ponto de vista racional, é o BPN integra o BIC. Depois, se há prejuízos fiscais e se num dia puderem ser utilizados será bom sinal, é sinal que temos lucros. O Ministro até pode aceitar, ou não. Não sei!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves terminou, por isso vamos iniciar uma segunda ronda, para qual se inscreveram-se os Srs. Deputados Ana Catarina Mendonça, Honório Novo e Afonso Oliveira.

Para não dar de imediato a palavra ao Partido Socialista, que acabou de a usar, começo pelo Sr. Deputado Afonso Oliveira, para seguirmos uma ordem mais ou menos semelhante à que existia inicialmente. Estas perguntas são, como sabem, feitas sequencialmente e respondidas em conjunto pelo Sr. Eng.º Mira Amaral.

Faça favor, Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. **Afonso Oliveira** (PSD): — Sr. Engenheiro, vou colocar umas questões finais.

Queremos registrar, antes de fazer as perguntas, que estamos de acordo com a afirmação que fez hoje nesta Comissão, de que a postura do Sr. Prof. Teixeira dos Santos foi de grande elevação, foi uma postura correta, independentemente de estar ou não em desacordo com as suas afirmações. É importante referenciar o registo que deixou.

A propósito do Sr. Prof. Teixeira dos Santos — é aí que quero chegar —, o Sr. Professor disse à Comissão que a decisão de privatizar o BPN foi tomada no dia seguinte ao da nacionalização, ou seja, havia uma intenção de proceder à privatização imediatamente. Não o foi formalmente, mas a intenção era privatizar imediatamente. Foram rigorosamente estas as palavras dele.

Apesar desta intenção, o BPN fez um estudo, em janeiro de 2009, sobre as opções do Banco e, em junho de 2009, sobre o aprofundamento das opções do Banco. Ou seja, há aqui um processo de perfeita indefinição estratégica, diria até, de confusão estratégica. Não havia sequer uma estratégia para o Banco.

Com o conhecimento privilegiado que tem do setor financeiro e de todo este processo ao longo deste tempo, e para ser possível aferir de forma inequívoca o custo do buraco BPN — quando digo «buraco» falo do processo anterior e é evidente que não é o Sr. Engenheiro que, hoje, nos vai dizer isto, que diz respeito à administração Oliveira e Costa. No fundo, pergunto qual é o acréscimo de perdas, porque esta parte é que é importante. Sei que não poderá dizer o valor, e já disse que o processo de nacionalização e de privatização demorou excesso de tempo e destruiu valor, mas gostaria que aprofundasse, se fosse possível, a questão do acréscimo de perdas que este processo todo trouxe ao Banco.

Uma segunda questão também relacionada com esta é a seguinte: dada a forma como todo este processo foi conduzido, dada essa internacionalização estratégica, dadas as declarações do Sr. Secretário de Estado Carlos Costa Pina nesta Comissão, se não tivesse havido Memorando de Entendimento como é que estaria o Banco neste momento? Já agora, uma vez que teceu várias opiniões sobre várias matérias, gostava que nos desse a sua opinião até pela relação que teve em todo o processo anterior.

Uma outra pergunta tem a ver com a forma como a Caixa Geral de Depósitos geriu o Banco. Disse também o Sr. Engenheiro que teve alguma dificuldade — e permita-me usar esta expressão — em falar com o Sr. Dr. Francisco Bandeira, até porque ele tinha muitas funções, estava na Caixa Geral de Depósitos, estava no BPN, portanto, tinha excesso de funções, foi o que aqui nos disse. Percebo isso, sem uma outra intenção que não seja a de perceber até que ponto é que a Caixa Geral de Depósitos fez uma gestão que gostaríamos que fosse o mais profissional possível. Mas a pergunta que lhe deixo é a seguinte: estando o Banco no estado em que estava, havendo a necessidade de intervenção imediata e de o privatizar num prazo muito curto — e até já referenciou que seis meses chegariam para uma decisão dessas, para avaliar o Banco —, não faria sentido, na sua opinião e com a experiência que tem, que o Banco tivesse uma gestão a tempo inteiro e não uma gestão com administradores que estavam na Caixa Geral de Depósitos e no BPN, em simultâneo? Isto não terá prejudicado também a forma como era necessário intervir sobre o BPN?

Há pouco, na primeira ronda, coloquei-lhe a questão da distribuição dos depósitos, a questão comercial e tudo isto, creio, tem a ver com a forma como o Banco se posiciona perante o mercado, daí a minha pergunta no sentido de saber se comercialmente, pelas razões que também têm a ver

com a ocupação excessiva dos administradores, o Banco estaria nessa situação.

O Sr. Engenheiro já aqui disse que houve um momento em que as negociações entre o BPN, o BIC e o Governo estiveram quase a inviabilizar o negócio, e uma das razões que aqui foi explicitada pelo Sr. Engenheiro teve a ver com a dificuldade em assumir o acordo de empresa com os trabalhadores. Ora, pergunto-lhe, muito claramente: foi só esta a razão ou havia mais motivos naquele momento que levariam a não celebrar o acordo? Esta é uma questão que, pelo menos pela minha parte, ficou por esclarecer e é importante que tenhamos aqui esse esclarecimento.

Uma nota final para registar a clareza com que o Sr. Eng.º Mira Amaral nos transmitiu os termos do negócio que fez com que o Governo de Portugal tenha chegado a um acordo que — e pedia-lhe um comentário a esta minha afirmação — salvaguarda o interesse público, em alternativa ao que seria a liquidação do Banco.

Os termos em que foi feito o acordo com o Banco BIC, a venda ao Banco BIC, o negócio que foi transmitido aqui, de uma forma muito transparente, pelo Sr. Engenheiro, em alternativa à liquidação, foi ou não no sentido de defender o interesse público e, usando uma expressão do Sr. Engenheiro, os negócios só são bons quando agradam a ambas as partes. Pergunto-lhe, pois, se não ficaram salvaguardados os interesses de ambas as partes, o interesse público e o do banco BIC.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sr. Eng.º Mira Amaral, quero colocar-lhe três questões nesta segunda ronda, se me permite, sendo que a primeira tem a ver com as declarações e intenções anunciadas por vários responsáveis do BIC - BIC Angola e BIC Portugal - sobre a possibilidade

de vir a adquirir algumas outras participadas, BPN Brasil, BPN IFI, e por aí fora.

Qual é a questão que gostava que nos esclarecesse? Suponho - e é uma dúvida que tenho - que a estrutura acionista do BIC Angola é exatamente igual à do BIC Portugal, ou seja, o BIC Portugal é detido a 100% pelo BIC Angola.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Não!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - O Sr. Engenheiro dirá, mas é essa a ideia de que eu parti.

Ora, isto significaria, à partida, que, havendo esta identificação acionista, e o Sr. Engenheiro esclarecer-me-á, quando o contrato final de venda impede o BIC Portugal de, durante um certo número de anos, (suponho que são cinco ou seis anos), comprar qualquer entidade financeira em Portugal, isso também era extensível ao BIC Angola.

Tanto quanto pude depreender das afirmações produzidas pelo Dr. Fernando Teles, numa outra audição, isso não é assim. Gostava que abordasse este tema e nos esclarecesse sobre essa matéria.

A segunda questão que quero colocar-lhe tem a ver com o famoso conjunto de episódios, chamemos-lhe assim - e não vou abordar novamente os episódios, porque o senhor foi suficientemente esclarecedor - de novembro de 2011, quando estiveram para ser rompidas as negociações e até esteve - e não sei se já chegou à Comissão - para ser emitido um comunicado público vosso de denúncia das negociações...

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Tenho-o aqui mas não lhe mostro, Sr. Deputado!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sei que não nos mostra, mas nós pedimo-lo ao Dr. Fernando Teles.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Se ele o der...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Aliás, o Dr. Fernando Teles citou aqui algumas partes dele. Mas a questão não é sobre o comunicado, que já está suficientemente abordada, mas, sim, sobre um facto que podia, eventualmente, ocorrer se houvesse a rutura das negociações.

Havia ou não possibilidade de o Estado português, ocorrida a rutura das negociações em novembro de 2011, já depois de estabelecido o acordo em 31 de julho de 2011, colocar uma ação em tribunal contra o BIC Portugal, pedindo, eventualmente, uma indemnização por rompimento do acordo?

Independentemente do receio que o BIC possa manifestar ou não, temer ou não temer uma iniciativa deste género - e esta é outra questão -, a pergunta é tão-somente saber se havia ou não essa possibilidade real e se ela foi ou não considerada pelo BIC, do ponto de vista dos riscos do negócio, se, eventualmente, houvesse uma rutura.

A terceira e última questão tem a ver com a fusão invertida. O Sr. Engenheiro já respondeu ao Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, mas eu gostaria de voltar a ela. O que sucedeu foi que o BIC foi integrado no BPN. Vamos imaginar que não havia nenhuma razão logística, ou administrativa, ou funcional que aconselhasse esta operação feita desta forma, ou seja, BIC integrado no BPN, como ocorreu, e que o que poderia ter sucedido era a operação inversa, isto é, BPN integrado no BIC. Queria que nos informasse se as possibilidades de acesso a um conjunto de benefícios fiscais, previstos no artigo 52.º do Código do IRC, são passíveis de serem usufruídos pela operação das duas maneiras e se, pelo contrário, o facto de o BIC ser

integrado no BPN não permite, de facto, um acesso mais favorável a esse conjunto de regalias fiscais do que se tivesse sido efetuada a operação inversa.

E pergunto isto porquê? Porque, naturalmente, parte do BIC que tem lucros será naturalmente passível de amortização com os prejuízos reportados do BPN, o que não aconteceria, da mesma forma e com igual intensidade, se a solução adotada fosse a contrária, isto é, se fosse o BPN a integrar o BIC e não é, naturalmente, indiferente do ponto de vista do Estado, uma ou outra das soluções relativamente às previsíveis e potenciais receitas fiscais.

Gostava, pois, que o Sr. Engenheiro comentasse esta questão.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): - Sr. Eng.º Mira Amaral, quero colocar-lhe três questões breves.

Primeira: o Sr. Engenheiro hoje criou um problema complicado ao Sr. Américo Amorim, pois demoliu, de tal forma, o Dr. Costa Pina que o Sr. Américo Amorim vai ter dificuldades em mantê-lo no conselho de administração da Galp, depois das críticas violentíssimas que lhe dirigiu.

Segunda, a respeito da questão do desmentido, peço-lhe que, logo que possa, entregue a esta Comissão de Inquérito não só o desmentido como a forma como a imprensa ou qualquer outra comunicação social tratou o desmentido.

Estive agora a ver as datas, a notícia do jornal *i* é de 6 de agosto e a nossa pergunta dirigida ao Governo é de 8 de agosto, e, quando perguntámos ao Governo, a nossa convicção não era muito grande na resposta, porque prossupusemos, à partida, que o Governo nos ia dizer que

eram questões de bancos, de sigilo bancário, etc. - aliás, foi essa a resposta, duas ou três semanas depois.

Seja como for, Sr. Engenheiro, um desmentido de uma notícia destas seria um imperativo, primeiro para a Amorim Energia e, depois, para o BPN - aliás, eles é que deviam ter desmentido, de imediato, a notícia se ela, de facto, como o Sr. Engenheiro defende, não fosse verdadeira. De qualquer forma, ainda teremos tempo de esclarecer isto, depois do Sr. Engenheiro nos enviar os seus documentos.

A terceira questão é ainda sobre a reunião do Dr. Francisco Bandeira, pedindo-lhe um esforço para, logo que possível, precisar essa data, porque, na sequência das suas declarações de hoje a esta Comissão de Inquérito, julgo que esta reunião adquiriu uma relevância diferente para o entendimento de todo este processo. Aliás, aproveito para dizer ao Sr. Presidente e demais membros da Comissão de Inquérito que vamos requerer uma segunda audição do Dr. Francisco Bandeira.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): - Queria cumprimentar o Sr. Eng.^o Mira Amaral e fazer duas considerações e uma pergunta concreta.

Em primeiro lugar, Sr. Engenheiro, creio que podemos ter divergências de opinião, como já aqui ficou claro, sobre a nacionalização ou a não nacionalização, mas acho que há fatores que não podemos ignorar.

Podemos discutir se podia ter sido mais encurtado o prazo da gestão da nacionalização ou não, mas não devemos ignorar - como já referi, na audição do Sr. Eng.^o Faria de Oliveira - que a gestão fez o que pôde, que o contexto foi um contexto particularmente difícil. Recordo que estamos a falar de 2008 a 2010, quando a crise internacional surgiu, como o Sr.

Engenheiro também já aqui frisou; estamos a falar de 2009, em que houve eleições legislativas, o que também pode ter atrasado o prazo. Mas não é verdade — essa é uma discussão que tenho com Sr. Deputado Afonso, de várias audições — que tenha havido uma indefinição estratégica.

Há um ponto em relação ao qual, creio, o Sr. Engenheiro não quis responder há pouco - e está no seu direito -, mas, verdadeiramente, o nome do BPN à data da nacionalização era um nome, para usar a expressão do Dr. Miguel Cadilhe, associado a uma gestão ruinosa e criminosa, a mais ruinosa e criminosa da banca portuguesa. Portanto, não podemos escamotear aqui, entre nós - o Sr. Engenheiro poderá não ter esta opinião -, não podemos dizer que a credibilidade do BPN fosse tão boa que, passados seis meses, se pudesse vender.

O Sr. Eng.^a **Mira Amaral**: - Mas eu disse isso?!

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): - Não, Sr. Engenheiro, calma! O que estou a dizer é que podemos ter leituras diferentes do tempo, e a leitura que faço, neste momento, é uma leitura que tem a ver também com a falta de credibilidade do BPN, que não pode ser dissociada quando falamos de nacionalização e da sua gestão.

Por outro lado, Sr. Engenheiro, não podemos esquecer que o Dr. Miguel Cadilhe esteve também quatro meses à frente do BPN. Foram determinados cerca de 650 milhões de euros de imparidades, tendo-se vindo a descobrir mais tarde, em 2009, que as mesmas haviam duplicado. O Sr. Engenheiro dirá «podiam tê-lo feito em seis meses», mas houve duas gestões que não conseguiram fazer isto face à situação financeira que o Banco enfrentava.

O Sr. Eng.º Faria de Oliveira teceu também aqui algumas considerações, fazendo, designadamente, um saldo positivo, dentro do que era possível no contexto da gestão do BPN.

Sr. Engenheiro, queria fazer uma segunda nota, para dizer-lhe que estou de acordo consigo e com tudo o que foi dito aqui ao longo da tarde sobre a compra do BPN pelo BIC. Estou de acordo consigo porque, devo dizer-lhe, foi um excelente negócio para o BIC.

Por tudo aquilo que o Sr. Engenheiro hoje aqui nos explicou é fácil concluir o seguinte: primeiro, quando a Sr.ª Secretária de Estado se propõe negociar com o Sr. Engenheiro não sabia exatamente em que termos havia de negociar, razão pela qual o BIC apresenta primeiro uma proposta de contrato e, dois meses depois, a proposta que o Sr. Engenheiro aqui disse ter sido pedida pela Sr.ª Secretária de Estado a um gabinete de advogados não tinha nada a ver com a proposta do BIC; segundo, o Sr. Engenheiro é chamado para uma reunião com o Dr. Passos Coelho, com o Primeiro-Ministro; terceiro, o Dr. Fernando Teles é chamado de Luanda, dois ou três dias depois, para uma nova reunião, desta vez também com o Sr. Ministro das Finanças.

No meio de tudo isto, há também mais uma avaliação da Comissão Europeia, em outubro de 2001, que diz: «Cuidado com os contratos e os termos propostos para a reprivatização do BPN, que aceitámos aquando da assinatura do Memorando dizendo que deixávamos de lado a hipótese da liquidação e aceitando a proposta do Governo de tudo fazer para reprivatizar no mais breve espaço de tempo».

Por isso, o Sr. Engenheiro, como único negociador, como único interessado em comprar o BPN, colocou, e bem — do ponto de vista do BIC, entenda-se —, o Governo nas suas mãos, ou, nas suas palavras, colocou o Sr. Primeiro-Ministro a pedir-lhe «ajude-nos a salvar esta situação. Não nos leve para a liquidação». O Sr. Engenheiro ajudou a salvar

a situação e, mais, conseguiu que neste contrato extraordinário, pela situação que se conhece do BPN, fossem prestadas garantias por parte do Estado em relação ao passado do BPN, coisa que eu, no seu lugar, se calhar, também faria, porque o seu papel, como disse no início da sua intervenção, é defender os seus acionistas, o papel do Estado é defender o interesse do Estado; estou absolutamente de acordo, Sr. Engenheiro! O ponto em que divergimos nesta venda tem a ver com o facto de eu estar convencida — talvez mal — de que os encargos para o Estado são muito avultados.

Termino, Sr. Engenheiro, colocando-lhe algumas perguntas.

O Sr. Engenheiro disse há pouco que uma das suas «condições» foi dizer «apesar de acompanhar, não queremos ter nada a ver com os processos judiciais». E o montante é muito elevado, tanto quanto se sabe. Sr. Engenheiro, qual é o montante das garantias do passado do BPN? Quem lhe deu garantias de que o BIC ficaria liberto de todos esses encargos? Por último, quem foram os reais beneficiários das escolhas que o BIC fez, que o Estado permitiu que o BIC fizesse, encarregando o Estado um valor altíssimo desta venda para os contribuintes portugueses?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, gostaria de fazer-lhe uma pergunta muito concreta.

O Dr. Fernando Teles, quando esteve nesta Comissão, referiu que a determinada altura, antes da quase desistência da parte do BIC de concretizar o negócio, que lhe dava a impressão — e disse-o várias vezes — que existia alguém que queria de facto que o negócio não se concretizasse. Não concretizou a quem estava a referir-se, mas deu ideia de

que deveria estar a referir-se a alguém. Sr. Engenheiro, gostava de saber se também teve essa sensação e se concorda com o Dr. Fernando Teles.

Não gostaria de terminar sem agradecer os esclarecimentos que prestou à Comissão, Sr. Engenheiro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mira Amaral para responder a este conjunto de questões.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sr. Deputado Afonso Oliveira, referiu que houve estudos e mais estudos. Eu sei como é que o esquema funciona: quando os consultores veem uma empresa ou um banco em situação de indecisão estratégica por culpa do acionista, seja o Governo ou os privados, vão logo tentar vender estudos para deduzir a incerteza. Eu sei como é que as coisas funcionam. Aliás, devo dizer que também já fiz o mesmo do outro lado, como consultor. Sejam claros e transparentes; não estou aqui armado em santo!... Não cometi ilegalidade nenhuma, porque estava no setor privado. Também já fui consultor e sei que fazemos isto. Se vemos uma empresa em dificuldade, em indecisão estratégica, qual é o papel do consultor? É ir à empresa dizer que se vai reduzir a incerteza. Depois, o que é que se faz? «Saca-se» a informação da empresa, faz-se um *Powerpoint* muito bonito e faz-se a sua apresentação, para reduzir a incerteza.

O que é que eu acho que se passou no BPN? Nesta fase do campeonato, o BPN e o Governo devem ter feito estudos e os consultores aproveitaram esta situação, o que é perfeitamente normal acontecer nesta fase.

O Sr. Deputado pediu-me, depois, para fazer a quantificação de perdas no Banco. Não o sei fazer por uma razão muito simples, que compreenderá: à data da nacionalização não fiz um exercício comparável àquele que fiz para a compra; não tenho esse exercício. Para responder com

clareza e com seriedade à sua pergunta eu precisava de ter feito, no dia em que o Banco foi nacionalizado, o exercício que fiz para oferecer 40 milhões de euros, com o mesmo perímetro de privatização, para concluir que o Banco valia nesse dia 100 ou 200 milhões de euros e que, depois, valia 40 milhões de euros, assim concluía que o Banco perdeu... Não sei, não fiz esse exercício e não seria sério se lhe desse números. O que posso dizer-lhe, Sr. Deputado, numa declaração qualitativa de bom senso que todos perceberão, é que a economia portuguesa começar a degradar-se e o Banco estar a ser gerido em situação transitória, as duas coisas, convergem para a degradação de valor. É só isto que posso dizer-lhe, Sr. Deputado. Quantos milhões? Não entro em especulação, acho que não era sério da minha parte começar a «chutar» para aqui números sobre esta matéria.

No que respeita ao Memorando da troica, devo dizer que se não houvesse a troica e o Memorando, se calhar, nem o Governo do PSD teria esta pressão para fazer a venda até 31 de julho e enrolava, marmelava — desculpem-me o termo — nesta matéria, como é costume. Portanto, a minha tese sobre a troica, que não é algo perfeito nem são uns extraterrestres, é que, ao menos, ela obriga-nos, há uma pressão exterior para fazermos qualquer coisita. Porque o que a troica diz - e li o programa da troica - é aquilo que uma generalidade de economistas, mais à direita ou mais à esquerda, andavam a dizer há muito tempo!... Eu tive sessões na televisão com economistas do PS que convergiam comigo sobre uma série de coisas que a troica veio dizer. Porque é que não se fazia? Porque não se fazia! Foi preciso uma pressão exterior para se fazer.

Sr. Deputado, faça-lhe uma análise sobre este processo: abençoada troica, porque um dia isto tinha de se decidir. Bem ou mal, tinha de se decidir; é tão simples quanto isto.

Quanto à Caixa Geral de Depósitos, como compreendem, não me vão «sacar» declarações sobre a gestão da Caixa. Lamento, mas nessa não caio.

Também devo dizer-vos que compreendo que o Engenheiro Faria de Oliveira, como presidente da Caixa, tinha de defender a sua «dama». Eu não sou presidente da Caixa não tenho de a defender, mas não vão ter opiniões minhas sobre a gestão da Caixa. Compreendo que o presidente da Caixa venha aqui dizer que isto foi tudo fabuloso, excelente, é o papel dele como presidente da Caixa, mas não vão ter declarações minhas nem a favor nem contra. Como compreenderão há um mínimo de elegância e de *savoir faire*. Como não nasci ontem não vão conseguir «sacar-me» essas declarações.

Porém, há um aspeto relevante, para o qual vou chamar mais uma vez a atenção, sendo que se trata de um problema de estrutura ideológica meu e de filosofia de setor público: se o Governo português não tivesse a Caixa, mesmo que nacionalizasse, o que é que faria? Ia buscar uns gestores ao setor privado - mesmo que não vendesse o banco logo de seguida -, ia buscar os gestores ao mercado, era o que existia, e colocava-os a gerir o banco.

O que é que o Governo inglês fez com o Dr. Horta Osório? Os Srs. Deputados têm de se lembrar que o Lloyds ainda está nacionalizado, não foi ainda privatizado, está parcialmente nacionalizado. O que é que o governo inglês fez? Foi buscar o Dr. Horta Osório ao mercado. Volto à minha tese: como não tinha um banco público não foi buscar gestores ao banco público para fazer a gestão.

Portanto, há aqui, mais uma vez, um enviesamento, ou seja, como o Governo tinha a Caixa à mão, foi lá buscar gestores para gerir o BPN. Repito: se não houvesse um banco público, o Governo tinha ido buscar gestores ao mercado para gerir o BPN e não tínhamos tido a situação de

estarem gestores a gerir em *part-time* a Caixa ou o BPN. Mas, Sr. Deputado, isto não tem a ver com as pessoas, tem a ver com um enviesamento.

Já agora, acrescento uma coisa, pedindo aos Srs. Deputados a atenção de explicarem isto ao Governo do PSD, porque é algo de muito importante para mim: quando o Estado tem empresas no setor concorrencial, a referência dos salários desses gestores tem de ser do setor em que atuam, não pode ser da função pública. Se os senhores forem perguntar ao Dr. Horta Osório verificarão que ele não está no Lloyds a receber o ordenado pela tabela da função pública inglesa. Portanto, não compreendo como é que o atual Governo português — e agradeceia que os Srs. Deputados explicassem isto ao vosso Governo — quer «plafonar» vencimentos de gestores da Caixa à função pública. Numa perspetiva cínica, então, digo: «quero privatizar»! Se é para ter gestores na Caixa a ganhar esse ordenado, então vendam, porque estão a degradar o meu ativo, pois como contribuinte sou acionista da Caixa!...

Acho que os que ganham mais têm de fazer mais austeridade e têm de pagar mais impostos do que os que ganham menos. Nunca me ouviram criticar os governos do PS ou do PSD, aliás, até os tenho apoiado, por tudo quanto têm feito contra mim, porque acho que nós, os que ganham mais, temos de fazer mais austeridade, não porque isso tenha expressão financeira mas pelo sinal que damos; sou o primeiro a perceber isso. Percebo que também na banca tem de haver moderação dos ordenados dos gestores, mas não percebo que o Estado queira ter empresas em setores concorrenciais e tenha a lógica da tabela da função pública. Srs. Deputados, é este o recado que vos transmito, aliás, já transmiti num jornal esta ideia.

Srs. Deputados, quero com isto dizer que a situação é muito simples: o problema é que o Governo português não resistiu à tentação de ir buscar gestores à Caixa, ou de utilizar a Caixa como instrumento. Se não tivesse

um banco público não tínhamos tido esta cena de ter gestores da Caixa a gerir o BPN ao mesmo tempo, não teria havido este enviesamento. Esta é a minha análise da matéria.

Depois, foi-me perguntado se se tratou só do acordo de empresa. Não foi, Sr. Deputado. Aliás, devo dizer que o Governo reagiu e tentou defender-se o mais possível, mas do nosso lado, como já vos disse, estávamos a fazer o nosso papel. Os rácios de solvabilidade deram discussões intermináveis com aquela solução de compromisso, os riscos do passado também deram discussões intermináveis. Portanto, houve vários casos que deram discussões intermináveis. Citei o acordo de empresa no sentido em que fui eu quem explicou ao Dr. Passos Coelho a maneira elegante como, com a minha experiência de ministro de trabalho e sindical, faríamos isto. Fez-se, e os sindicatos, com todo o realismo e bom senso, aceitaram. Já elogiei os sindicatos no jornal *Expresso* sobre esta matéria, porque acho que houve realismo e bom senso.

O Sr. Deputado Honório Novo levantou uma questão pertinente: porque é que o BIC português não pode comprar? Não pode comprar, e percebo, em termos de concorrência, porquê. Porque se o Estado português tem a imposição da Comissão Europeia - aquilo faz sentido. Se eu estivesse lá fazia o mesmo -, se o Estado português recapitaliza o BPN e se este vai ter fundos públicos na sua capitalização não faz sentido que seja o banco com a recapitalização feita pelo Estado a comprar outras empresas, distorceria a concorrência. No fundo, era utilizar o dinheiro público que foi colocado no banco para comprar outras empresas; não faz sentido. Porém, nem o Estado português nem a Comissão Europeia podem fazer o que seja sobre o BIC Angola, porque não têm jurisdição sobre o mesmo.

Explicando como é que isto foi feito, Sr. Deputado, o BIC português não tem qualquer ligação formal ao BIC Angola. É um banco de direito português, criado em Portugal, só que tem exatamente a mesma estrutura

acionista do BIC Angola. Portanto, chamo-lhes irmãos gémeos. Em termos técnicos bancários, direi que é o meu primeiro banco correspondente em Angola, mas não tem nenhuma relação de grupo, não consolida com o BIC Angola no Banco de Portugal, porque não há nenhuma ligação formal entre os dois bancos.

O Sr. Deputado poderá dizer-me que os meus acionistas foram muito inteligentes pela maneira como fizeram esta construção e se calhar terá razão.

Portanto, o BIC português não consolida com o BIC Angola, não há nenhuma relação de grupo e não fazem formalmente parte do mesmo grupo. Como tal, a Comissão Europeia não pode impedir um banco angolano, que é o BIC Angola, de comprar aquilo que entender. Portanto, Sr. Deputado, o BIC Angola tem inteira liberdade de comprar o que entender, não pode ser coartado pela imposição — que eu percebo — da Comissão Europeia e do Governo português sobre o BIC português.

Isto é para lhe dizer que as tais compras que o Dr. Fernando Teles referiu, e que eu aqui corroborei, se forem feitas, são pelo banco BIC Angola. E o Dr. Fernando Teles está a referi-las como presidente do conselho de administração do BIC Angola, não do BIC português.

Sr. Deputado, penso que o esclareci.

Dou-lhe um outro exemplo: quando um banco português — e o Sr. Deputado julgava que era isso e, como tal, fazia sentido a sua pergunta — tem uma posição num banco angolano, como o BPI tem no Banco de Fomento de Angola, embora agora já não tenha 100% mas só 50%, como a Caixa tem o Caixa Totta em Angola, como o BES tem o BESA, o que é que acontece? Aqui, no Banco de Portugal, vão consolidar, porque a participação em Angola é uma participação financeira do banco aqui. Esses consolidam, mas o BIC português não consolida com o BIC Angola, são irmãos gémeos — é a expressão que dei...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Os acionistas são os mesmos, mas são entidades jurídicas completamente diferentes!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — O Sr. Deputado compreende que, em operações conjuntas, não há conflito de interesses na partilha do bolo, posso assim dizer, porque os acionistas são os mesmos. Têm a vantagem de poder fazer operações conjuntas sem conflitos de interesse na partilha do bolo!

O Sr. Deputado perguntar-me-á: «Os acionistas foram inteligentes?» Eu digo que sim! Mas fizeram aquilo que faz sentido nesta matéria.

Portanto, compreenderá o Sr. Deputado que a Comissão Europeia e o Governo português não têm qualquer poder para impedir o BIC Angola, no âmbito da compra do BPN, de fazer as compras que entender.

Penso que o esclareci, Sr. Deputado.

Outra pergunta muito interessante que o senhor coloca que é se havia ou não possibilidade de o Estado português pôr uma ação em tribunal contra o BIC.

Eu vejo o filme ao contrário, porque o Estado português é que não estava a cumprir connosco o que tinha acordado cumprir até 31 de julho.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — A minha pergunta é ambivalente!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Ah, ótimo!

O acordo feito a 31 de julho — era um acordo informal, no sentido em que só foi legitimado juridicamente quando fizemos o contrato de promessa e o acordo-quadro de 9 de dezembro — não tinha nenhuma cláusulas de penalização de um lado ou do outro. O que claramente referia

é que nos permitia, mesmo do ponto de vista moral, sair se o Governo não cumprisse até 31 de julho o que estava estipulado.

Tanto é assim que o Sr. Ministro das Finanças, na tal reunião no gabinete do Primeiro-Ministro, teve uma expressão de extrema elegância e franqueza, dizendo: «Eu percebo. Se nós não conseguirmos cumprir, os senhores têm todas as oportunidades de sair sem nós podermos sequer criticar-vos.» Portanto, nem do ponto de vista moral nos podiam criticar.

E, mais, Sr. Deputado, se eu lhe dissesse que, no âmbito deste acordo, eu comecei a sacar informação do BPN e comecei a ter informação privilegiada do BPN, o Sr. Deputado não precisava do acordo para o Estado português poder cair em cima de nós, se quisesse, porque já lhe tínhamos sacado informação privilegiada do BPN e agora saíamos e ficávamos com a informação.

Mas nem sequer a tirámos. Nós só entrámos no BPN a sacar informação depois do acordo-quadro, em que sinalizámos com 20%. Está, pois, a ver, Sr. Deputado, que não havia nenhum problema, até porque o acordo só feito em 9 de dezembro.

Portanto, o que havia, se quiser, era um texto de consenso entre as partes que tinha de ser vertido no contrato, a que eu chamava contrato de promessa e a que o Governo chamou acordo-quadro, e nem neste havia cláusulas. O que nele constava é que nós podíamos sair se o Governo não cumprisse. Portanto, eu até via o filme ao contrário. Mas não havia nada do Governo...

A nossa motivação, Sr. Deputado, não foi ficar, porque tínhamos penalização. Sabe qual foi a motivação? Não foi a minha... Sr. Deputado, o Dr. Fernando Teles gostava de ter um banco de retalho em Portugal, como ele disse... Portanto, a grande motivação... O Dr. Fernando Teles foi o grande obreiro deste negócio, porque ele gostava. Embora com o risco que

ele explicou aqui, achava que era interessante pegar no BPN, recuperá-lo e ter um banco de retalho.

Como tal, Sr. Deputado, foi esta a motivação, não havia nenhuns esquemas de coação sobre a matéria.

Em relação à sua outra questão, eu não sou jurista, nem fiscalista, não lhe sei responder, não tenho competência sobre isto, mas posso dizer-lhe que o BPN, embora mudando de nome, herda todo o passado do ponto de vista jurídico e fiscal do BPN, não tenho dúvidas, mas a verdade é que o contrato com o Governo, que o Sr. Deputado poderá pedir, é omissivo nessa matéria, ou seja, se é o BIC que compra o BPN ou se é o BPN que compra o BIC.

Portanto, sendo omissivo, nós podíamos fazer aquilo que nos interessasse. No contrato com o Governo, para nós, é claro que a marca BPN desaparece.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não está em questão a forma de integração, mas, sim, os potenciais acessos a melhores condições do ponto de vista fiscal.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — No contrato é claro que a marca BPN desaparece. Eu não queria ficar com a marca BPN — isso para mim é claro e o Governo percebeu.

Mas, se foi o BPN que comprou o BIC ou se foi o BIC que comprou o BPN, o contrato é totalmente omissivo... Tínhamos total liberdade de manobra para o fazer.

Não lhe sei responder, porque o problema nem se chegou a pôr. Decidimos logo que era assim por razões operacionais. E, olhe, fiscalmente também é capaz de ser melhor, mas não lhe sei responder se da outra maneira também não poderíamos vir a ter benefícios fiscais. O problema

nem se pôs nem foi discutido. Como fomos logo para aqui, por razões que lhe expliquei, e essas, até do ponto de vista fiscal, também nem ofereciam nuvens, nem equacionei outra alternativa, não lhe sei responder se, na outra alternativa, mantínhamos a possibilidade de benefícios fiscais ou não.

Sobre aquilo que diz o Sr. Deputado João Semedo, eu estou aqui a defender os interesses do BIC e o Sr. Américo Amorim é acionista do BIC. O ex-Secretário de Estado do Tesouro fez aqui declarações que eu considero incorretas, tecnicamente erradas, e, como gestor do BIC, tive que expressar a minha opinião sobre elas. Acho que fui claro sobre a matéria.

O Sr. Américo Amorim é livre de contratar quem quer para a Galp Energia...

Mas ele é administrador não executivo ou executivo na Galp Energia?

Vozes do PS: — É executivo!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Ah, é executivo! Nem sabia, estou a saber agora.

O problema é dele e do Sr. Américo Amorim. Não é isso que me tira o sono, Sr. Deputado João Semedo, se quer que o tranquilize.

Numa linguagem que o senhor conhece, diria: então, se era esse o problema, o Sr. Dr. Costa Pina deveria ter feito medicina preventiva e não vir para aqui dizer coisas que nem o ex-Ministro Teixeira dos Santos disse. Desculpe, isto é perfeitamente contraditório e, desculpe, mas não é correto.

O Sr. Deputado pode concordar que o negócio foi melhor ou pior para nós. É uma questão de juízo de valor, mas assim nunca mais saímos daqui. O Sr. Deputado acha que foi fabuloso, nós dizemos que não foi assim tão bom como o senhor diz... Mas o Sr. Deputado compreenderá que quando, em relação a uma empresa que é avaliada em 180 milhões de

euros, chega-se à hora da verdade e ninguém dá aquele valor por ela algo está mal na avaliação. E quando um dos concorrentes, que fui eu, faz os mesmos cálculos para avaliar a empresa e chega à conclusão que precisa de lá pôr 1000 milhões de euros... Algo está mal!

O Sr. **Basílio Horta** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Sobre isso não me pronuncio. Tomo nota do que o Sr. Doutor está a dizer! Sabe que estas coisas não são matemática certa!

Já agora, devo dizer — e permitam-me que o diga, porque não tem nada a ver com a matéria — que o meu encanto quando fui estudar Economia — saí de Engenharia e fui estudar Economia —, é que a Economia não é uma ciência exata. Se a Economia passar a ser uma ciência exata, volto para Engenharia, que comecei a estudar aos 17 anos (Economia só comecei a estudar aos 30). O meu encanto na Economia é que não é ciência exata.

O Sr. **João Semedo** (BE): — O mundo já deu por isso!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Como?

O Sr. **João Semedo** (BE): — O mundo já deu por isso!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — E, como o Sr. Deputado sabe, a própria rainha de Inglaterra chega à London School of Economics e pergunta: «Tantos sábios de economia e ninguém previu a crise?»

Os senhores sabem o que é um economista? É o tipo que diz o que é que se vai passar e seis meses depois explica porque é que se passou o contrário.

Sr. Deputado, sobre o Dr. Francisco Bandeira, não sei se tenho a data... Vou ver na outra agenda do ano passado. Admito que tenha e admito que não tenha. Sabe porquê? Porque ir ao Primeiro-Ministro eu fixe; ir ao Dr. Francisco Bandeira em termos correntes, como eu almoçava com ele muitas vezes — devo dizer que eu tinha uma tertúlia com ele e com o Dr. Tomás Correia... Em fado corrido, fui falar com ele, pelo que posso nem sequer ter tomado nota na agenda.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Engenheiro, se me permite interromper, de qualquer maneira, a precisão dessa data, se a tiver, é muito importante. Mas o Sr. Engenheiro já foi muito claro aqui, ao dizer que, seguramente, foi muito antes do pedido de ajuda internacional que o Governo fez.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Foi antes. Muito antes, o senhor não me comece a...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Antes ou muito antes?

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Desculpe, foi antes! Antes é antes!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Chega «antes», Sr. Doutor. Chega «antes»!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Não queira aqui um *fine tuning* sobre a matéria... Pelo amor de Deus!

Risos.

Acho que os senhores vão de fim de semana entusiasmados por terem aqui um facto espetacular a que eu não atribuo relevância nenhuma especial.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Nem imagina!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: — Relativamente à questão da Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, já expliquei que não vou comentar a gestão da Caixa. Sou o primeiro a perceber que o presidente da Caixa tinha de defender a sua dama, mas não vou comentar a gestão da Caixa.

E a questão que se coloca nem é a da gestão, é a de porem a Caixa a recuperar o BPN. Já expliquei que não era a filosofia... Há aqui um envenenamento por ser um banco público. Mas, para quê? Se não houvesse banco público o Estado tinha arranjado outra solução...

Também já expliquei que, para mim, há aqui uma questão que é óbvia. A partir do momento em que o Estado nacionalizou o BPN não havia nenhum comprador que quisesse assumir riscos do passado num caso destes, e ainda por cima num banco que toda a gente percebeu que estava com altos problemas.

Se me disser — e é verdade — que, por vezes, compram-se bancos assumindo-se os riscos do passado... Mas compram-se esses bancos porque acham que estão em situação normal! Desculpe a franqueza, se eu for comprar o BPI, não tenho esses cuidados; posso ter algum risco, mas... Mas nenhum tipo de bom senso, depois do que leu nos jornais sobre o BPN, ia comprar o BPN sem ter estes cuidados sobre o passado.

Portanto, a questão é simples: não há nenhum tipo de bom senso que fosse comprar o BPN, no dia da nacionalização, um mês depois, na altura que comprámos, assumindo o passado.

O passado é simples: o passado até à nacionalização é assumido pelo Governo naquilo que sabe e naquilo que não sabe, porque ainda vão aparecer surpresas que o Governo pode ter de pagar! E, portanto, a discussão, para mim, relevante, é a de saber se, a partir do momento, tendo todo o passado que ser assumido pelo Governo, pelas razões que eu já expliquei, se no momento da venda, o Governo, ao vender, poupa mais algumas coisas adicionais, ou não poupa!

Devo dizer que, para mim, os 40 milhões de euros que pagámos é pouco face ao que está em causa (houve todo o passado do banco) e àquilo que o Governo iria assumir com despedimentos de trabalhadores e com o honrar dos depósitos, se liquidasse o Banco, e face ao passivo social dos despedimentos. Isto, para mim, é mais importante do que os 40 milhões, que foram calculados da forma que eu expliquei.

Percebo perfeitamente que uma pessoa que não saiba como é que se avalia uma empresa e oiça falar em 5000 milhões de euros de prejuízo do passado e depois veja essa empresa só ser vendida por 40 milhões... Mas é assim a vida! O que o banco vale é o que ele dá de futuro, não é o passado.

Mas percebo que uma pessoa sem formação nesta matéria fique chocada. Eu, como contribuinte, também fico. Como contribuinte, quando me dizem que o prejuízo do passado são 5000 milhões de euros, também fico chocado como contribuinte. Pago impostos, e não são poucos! Mas os acionistas do BIC não têm nada a ver com isto. Ninguém de bom senso assegura os riscos do passado depois da divulgação que houve...

O Sr. Deputado deve perceber... O que me dizem os meus amigos em Lisboa é: «Não há meio de teres juízo?! Vais assumir um buraco destes, uma responsabilidade destas?!» O Sr. Deputado ficará também satisfeito,

hoje, porque uma vez cheguei a casa e disse-me a minha mulher: «O Sr. Deputado Honório, do PCP, acabou de dizer na televisão que ia receber 600 milhões de euros.» (*risos do orador*).

Veja lá o que tenho ouvido!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Não fui eu que disse isso, deve ter sido algum com o mesmo nome!

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Sr. Deputado, isto, em termos de boa disposição, só para lhe dizer que tudo o que apareceu nos jornais sobre o BNP faria com que nenhum investidor de bom senso tomasse conta disto sem que o passado ... É uma questão do mais elementar bom senso!

Portanto, quanto à questão que a Sr.ª Deputada colocou, que foi um contrato extraordinário, é um contrato extraordinário porque não é um contrato ordinário de venda. O banco estava falido, como sabemos, havia um *dead line* da troica e, portanto, nesse sentido.

Sr.ª Deputada, compreendo a sua palavra «extraordinário», mas se é para me falar em «negócio das arábias», não é um «negócio das arábias», como já expliquei.

Queria ainda dizer-lhe o seguinte, quanto ao mecanismo das garantias. O que é uma garantia? Suponha a Sr.ª Deputada que uma empresa de construção vai a uma...

A Sr.ª **Ana Catarina Mendonça** (PS): - Eu sei o que é uma garantia! Quero saber qual é o montante?

O Sr. Eng.ª **Mira Amaral**: - Eu falei de garantias neste caso, e vou explicar. Uma empresa de construção civil vai a uma obra e o dono da

obra, para se garantir, pede uma garantia à empresa. A empresa tem de oferecer uma garantia do banco sem a qual não lhe é adjudicada a obra.

Devo dizer que quando adjudico a uma empresa em que admito uma situação de falência, o que é que peço a essa empresa? Uma garantia para me assegurar. Se ela, depois, abre falência, fico a ver...

Portanto, o que é que há aqui? Há garantias emitidas pelo BPN para estas empresas e nem eu, nem o governo, nem ninguém pode prever que algumas destas garantias não sejam acionadas, no futuro, porque as empresas não cumpriram face ao cliente e o cliente vai acionar a garantia.

Neste sentido, já apareceram e voltam a aparecer novas garantias...

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): - A pergunta não é o que é uma garantia, Sr. Engenheiro, é qual é o montante. Eu sei o que é uma garantia.

O Sr. Eng.^o **Mira Amaral**: - Sr.^a Deputada, estamos com os jornalistas e não lhe posso revelar as empresas que têm as garantias e nem sequer posso revelar o montante, porque há várias garantias, agora e no futuro, a que o BPN vai ser chamado a honrar. Não vou revelar quais, só estou a explicar o mecanismo, que é obvio.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): - Eu sei o que é uma garantia.

O Sr. Eng.^a **Mira Amaral**: - Desculpe mas, da sua pergunta, julguei que não percebia e por isso tentei explicar, mas não vou revelar garantias.

Se a Comissão pedir isso por escrito e os meus juristas autorizarem, se eu for obrigado por uma lei da República a fornecer as garantias de crédito por cliente – como compreende, não estou acima la lei –, agora,

aqui não lhe dou nomes, nem de clientes nem de garantias, explico o mecanismo, como compreenderá.

Depois, aquilo que a Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira refere sobre suposições do Dr. Fernando Teles, não sei, a Sr.^a Deputada tem de lhe perguntar a ele o que ele queria dizer, mas acrescento-lhe o meu pensamento sobre a matéria, da minha experiência política.

Qual é o problema de o Estado tomar conta de coisas? É que é fácil o Estado tomar conta, mas para vender é o cabo dos trabalhos. Depois, o setor público não quer vender nada. É sempre isso que se passa, e eu conheci esse «filme» no governo.

É que um tipo, depois, quando está no governo, para vender alguma coisa tem de ser a «murros na mesa», para pôr os tipos a vender, porque ninguém quer vender nada do setor público.

Isso, para mim, não é um argumento ideológico, é um argumento de precaução quando o Estado intervém em qualquer coisa, porque depois isto não é recíproco. É fácil entrar, mas, depois, para sair, é o cabo dos trabalhos. Os senhores já viram a EXPO? A EXPO foi criada para a Expo e isso perpetuou outras coisas.

Não sei o que é que o Dr. Fernando Teles quis dizer, mas se a Sr.^a Deputada me perguntar a mim o que é que queria dizer acerca destas condições, é isto. Estou perfeitamente consciente que haveria quem, no setor público, não quisesse que o negócio se fizesse. E não é contra nós, contra o BIC, é porque o que o Estado recebe não é nada para vender, é sempre para ficar.

O Sr. **Presidente**:- Para interpelar a Mesa, tem a palavra a Sr.^a Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): - Sr. Presidente, é para apresentar um requerimento à Mesa, aproveitando a presença do Sr. Eng.º Mira Amaral e a resposta que deu agora à única pergunta que fiz, na minha intervenção.

Percebo em absoluto a resposta do Sr. Engenheiro, que, invocando que estão jornalistas na sala, não quer prestar essas informações, o que compreendo e respeito. Assim, o requerimento que faço, no âmbito da Comissão de Inquérito, é que o Sr. Engenheiro, avaliando essas condições, possa responder por escrito e enviar a esta Comissão, dado que é confidencial.

O Sr. Eng.^a **Mira Amaral**: - A menos que os juristas me obriguem a dá-la, não a dou, sejamos claros!

O Sr. **Presidente**:- Sr.^a Deputada, permitia-me sugerir-lhe que o requerimento fosse transposto para escrito, especificando bem quais as informações que deseja solicitar.

Pelos vistos, o Sr. Eng.º Mira Amaral invoca, pelo menos implicitamente, o segredo profissional em relação a essas informações. Como é sabido, esta Comissão já enfrentou essa questão e já levantou o segredo profissional noutras ocasiões, tendo até agora isso sido respeitado por todas as instituições, incluindo o Banco de Portugal. Se for caso disso, assim faremos, e enviaremos para o Sr. Eng.º Mira Amaral esse requerimento.

Mas, tendo em conta os requisitos para o levantamento do segredo profissional, era necessário precisar bem aquilo que se pretende requerer, pelo que lhe peço, Sr.^a Deputada, que formalizasse o requerimento, por escrito, com essa especificação.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): - FÁ-lo-emos, Sr. Presidente, nas próximas horas.

O Sr. **Presidente**:- Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): - Sr. Presidente, é só para dizer que isto não é uma terceira ronda de perguntas. Também gostaria de pôr uma série de questões ao Sr. Engenheiro, mas não o vou fazer.

No entanto, vou usar do mesmo direito que a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça e vou apresentar um requerimento à Mesa. E porque é que o faço na presença do Sr. Engenheiro? É que o Sr. Engenheiro, ao longo da tarde, fez aqui várias referências à intervenção direta do Sr. Primeiro-Ministro – julgo que por duas vezes – para evitar rutura de negociações. Portanto, terá havido essa intervenção. Nós registamos mas, nesta Comissão de Inquérito – e já apresentámos um requerimento escrito nesse sentido –, gostaria de dizer na presença do Sr. Eng.^o Mira Amaral que foi na sequência das suas declarações que entendemos, por uma questão de dignidade da prova e de prova absoluta do que se passou nessa fase das negociações, requer, conjuntamente com o CDS-PP, a vinda do Sr. Primeiro-Ministro a esta Comissão.

Para nós, para esclarecer toda esta matéria, é importante lembrar que quem decide, exercendo o cargo que exerce, se depõe por escrito ou se vem à Comissão é o próprio Primeiro-Ministro. Portanto, para nós, não há nenhum problema, se o Sr. Primeiro-Ministro assim o entender, que ele queira prestar esses esclarecimentos pessoalmente, mas, tendo o direito de o fazer por escrito, naturalmente que esse direito dever-lhe-á ser concedido.

Só estou a dizer isto porque os grupos parlamentares precisam de saber com alguma antecedência, se for por escrito, e o Sr. Presidente

dirigirá isso, que perguntas querem fazer ao Sr. Primeiro-Ministro sobre esta situação.

Portanto, do nosso ponto de vista, embora o requerimento seja nosso, julgo que será um requerimento que todos os grupos parlamentares aceitarão, porque eles próprios poderão pôr questões ao Sr. Primeiro-Ministro, sobre este negócio.

Só para terminar, gostaria de dizer ao Sr. Deputado João Semedo que o Grupo Parlamentar do PSD, se assim o aceitar, também subscreve o seu requerimento, e gostaria de o assinar, para uma segunda vinda do Dr. Francisco Bandeira à Comissão.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sr. Presidente, ao abrigo do mesmo direito de interpelação, e também na presença do Sr. Eng.º Mira Amaral, gostaria de referir dois aspetos, sendo o primeiro que entendemos adequado que seja ouvido outra vez o Dr. Francisco Bandeira, na sequência do pedido do Sr. Deputado João Semedo.

Sobre este pedido do PSD e do CDS relativamente ao Primeiro-Ministro, queríamos dizer que registamos esta iniciativa do PSD e do CDS, que, naturalmente, vem agregar-se e integrar-se numa solicitação do mesmo tipo já requerida e aceite pela Comissão há muitas semanas atrás, e informava os colegas, através do Sr. Presidente e de todos presentes, que, durante a próxima semana, face às declarações e confirmações aqui expressas de uma forma suficientemente clara pelo Sr. Eng.º Mira Amaral, finalmente, vamos apresentar aquilo que anunciámos há dois meses, ou seja, questionar o Sr. Primeiro-Ministro relativamente a um conjunto de informações.

Isto é, o PSD vem integrar-se e secundar a iniciativa que o PCP apresentou e que faz parte do quadro das nossas iniciativas, ainda por concluir, relativamente àquele conjunto de iniciativas que restam.

Registamos positivamente esta *démarche* do PSD e do CDS.

O Sr. **João Semedo** (BE): - Sr. Presidente, era só para esclarecer o seguinte: relativamente à audição do Sr. Primeiro-Ministro, julgo que é notório e evidente que vários grupos parlamentares quererão essa audição e julgo que os grupos parlamentares não estão obrigados a apresentar por escrito as suas perguntas.

Julgo que Sr. Presidente devia consultar o Sr. Primeiro-Ministro, sabendo-se da intenção dos grupos parlamentares de obterem o seu depoimento, sobre se o Sr. Primeiro-Ministro depõe por escrito ou presencialmente. A mim, poupar-me-ia algumas horas de trabalho, porque uma coisa é preparar um interrogatório oral e outra é preparar um questionário escrito.

Por último, gostaria de dizer ao PSD que desta vez não correremos o risco de ter um Primeiro-Ministro a dizer que não recebeu o presidente de uma empresa, como aconteceu em outras comissões de inquérito.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. **Basílio Horta** (CDS-PP): - Sr. Presidente, muito rapidamente, para dizer que nos associamos ao requerimento apresentado pelo CDS e pelo PSD. Aliás, era nossa intenção apresentar um requerimento exatamente no mesmo sentido.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): - Sr. Presidente, não vamos eternizar isto, mas, através de V. Ex.^a, queria dizer ao Sr. Deputado Honório Novo que sabia que havia um requerimento neste sentido mas estava convencido, depois de termos feito a consolidação das audições, que o PCP tinha desistido desse pedido. Verifico hoje que, face ao nosso requerimento, se lembrou que tinha lá outro.

Mas, de qualquer maneira, registamos isso e faço-o verificando que o PCP quer votar a favor do nosso requerimento. É uma coisa muito simples.

O Sr. **Presidente**: - Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Sr. Presidente, vou entregar-lhe um documento, que é um documento oficial desta Comissão de Inquérito,...

O Sr. **Presidente**: - Sr. Deputado, não é necessário.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - ... que tem nove páginas e, na nona página, no quadro respetivo, está «prestação de depoimento, por escrito, do Dr. Passos Coelho, a requerimento do PCP».

O Sr. **Presidente**: - Srs. Deputados, eu ia exatamente dizer isto que o Sr. Deputado Honório Novo acaba de afirmar. O Sr. Deputado Honório Novo tinha prescindido da audição do membro da Comissão Europeia...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Não, não! Quando é que eu fiz isso?

O Sr. **Presidente**: - Não foi do Juaquin Almunia que prescindiu?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): - Prescindimos do Joaquin Amunia.

O Sr. **Presidente**: - Mas era isso que eu estava a dizer, que tinha prescindido da audição de um membro da Comissão Europeia, não tinha prescindido dos outros a quem já se solicitaram questões e também ainda não tinha tomado uma decisão final em relação ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Honório Novo (PCP): - Exatamente.

O Sr. **Presidente**: - Srs. Deputados, há aqui uma metodologia a estabelecer, que não vamos estabelecer hoje mas numa reunião da Mesa e coordenadores que iremos convocar para a próxima semana e logo veremos como operacionalizar isto. Contudo, tomei nota das posições dos Srs. Deputados.

Em seguida, darei a palavra ao Sr. Eng.º Mira Amaral. Antes, porém, uma vez que presumo que será a intervenção final, queria apenas recordar que penso que será importante para esta Comissão receber o *draft* ou projeto de contrato que o BIC apresentou no final de julho, aqui várias vezes mencionado.

Penso que ficou também definido aqui que iria ser entregue o *clipping* e o comunicado de desmentido das questões relacionadas com a eventual ou alegada dívida da Amorim Energia ao BPN e também, se o Sr. Eng.º Mira Amaral tiver anotado isso na sua agenda de 2011, a data exata de realização da reunião com o Dr. Francisco Bandeira.

Sr. Eng.º Mira Amaral, depois desta «pontualização» sobre as questões que ficaram pendentes, passo-lhe a palavra.

O Sr. Eng.º **Mira Amaral**: - Sobre as *démarches* que o Sr. Primeiro-Ministro fez, queria dizer que ele não me pediu segredo nenhum disto.

Acho que o Sr. Primeiro-Ministro atuou no âmbito dos seus deveres e da legítima preocupação de salvar um banco de ir para a liquidação.

Fui claro aqui, e agradeço que tomem isso em *Ata* que eu teria feito o mesmo que o Sr. Primeiro-Ministro, com o mesmo sentido de responsabilidade social que ele assumiu nesta matéria.

Depois, talvez os Srs. Deputados estejam lembrados que já disse isto em entrevista ao *Expresso*, há 15 dias. Não é facto novo. Talvez os senhores não tenham lido a minha entrevista ao *Expresso*, mas eu referi exatamente estas *démarches* do Sr. Primeiro-Ministro para comigo.

Talvez os Srs. Deputados não tenham lido mas estão lá, no *Expresso*, não revelei nenhum facto novo pois já no *Expresso* o tinha revelado, e o Dr. Fernando Teles, em entrevistas, também já disse isto, que o Primeiro-Ministro português tinha pedido para ele vir a Portugal. Portanto, Srs. Deputados, isto é apenas para moderar um pouco o vosso entusiasmo, pois já era público, não são factos novos.

Reafirmo que o Sr. Primeiro-Ministro atuou com uma legítima preocupação de evitar a liquidação de um banco, o que eu subscrevo, pois faria o mesmo, e devo dizer, da minha experiência governativa, que várias vezes o então Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, teve de atuar para salvar ou resolver problemas que os ministros, naturalmente, na sua área, não conseguiam resolver.

Portanto, para mim, esta é uma atuação perfeitamente normal e legítima de um primeiro-ministro. É aquilo que gostaria que fosse transmitido da minha opinião sobre a matéria.

O Sr. **Presidente**: - Fica registado, Sr. Eng.º Mira Amaral.

Vou dar por concluída esta audição, reiterando, em nome da Comissão, o agradecimento pela sua presença e pelas respostas que aqui nos deixa.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 18 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL